



## **CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE – UNIFEBE**



### **PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI**

**BRUSQUE  
2008**

**Centro Universitário de Brusque – Unifebe**

**Reitora da Unifebe**

Prof<sup>a</sup>. MSc. Maria de Louders Busnardo Tridapalli

**Vice Reitor da Unifebe e Pró-Reitor de Administração**

Prof. MSc. Antônio Carlos Schlindwein

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação**

Prof<sup>a</sup>. MSc. Heloísa Maria Wichern Zunino

**Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão**

Prof<sup>a</sup>. MSc. Jocimari Tres Schroeder

**Coordenação e Sistematização**

Prof<sup>a</sup>. MSc. Marcilene Pöpper Gomes

Robson Zunino

**Colaboradores**

Assessoria de Comunicação Social

Assessoria Jurídica

Biblioteca Acadêmica

Contabilidade

Financeiro

Núcleo de Informática

Recursos Humanos

Secretaria Acadêmica

Coordenadores e Colegiados de Curso

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>7</b>  |
| <b>APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO .....</b>   | <b>10</b> |
| <b>1 EDUCAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: CONTEXTOS E DESAFIOS.....</b>  | <b>12</b> |
| <b>2 CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS QUE ALICERÇAM O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL- UNIFEBE .....</b>                   | <b>14</b> |
| <b>3 FUNDAMENTOS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL UNIFEBE .....</b>   | <b>22</b> |
| <b>3.1 EIXOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL E DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....</b> | <b>25</b> |
| <b>4 A UNIFEBE E SEU CONTEXTO HISTÓRICO.....</b>   | <b>31</b> |
| <b>5 INSERÇÃO REGIONAL.....</b>  | <b>33</b> |
| <b>6 A MISSÃO INSTITUCIONAL .....</b>  | <b>34</b> |
| <b>6.1 A VISÃO .....</b>   | <b>34</b> |
| <b>6.2 OS PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS.....</b>   | <b>35</b> |
| <b>6.3 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS.....</b>  | <b>35</b> |
| <b>6.3.1 Diretrizes do Ensino de Graduação .....</b>   | <b>36</b> |
| <b>6.3.2 Diretrizes do Ensino de Pós-Graduação .....</b>   | <b>38</b> |
| <b>6.3.3 Diretrizes da Pesquisa .....</b>  | <b>39</b> |
| <b>6.3.4 Diretrizes da Extensão .....</b>  | <b>40</b> |
| <b>6.3.5 Diretrizes Administrativas .....</b>  | <b>40</b> |
| <b>6.3.6 Diretrizes da Educação à Distância .....</b>  | <b>41</b> |
| <b>7 O PERFIL DOCENTE.....</b>   | <b>42</b> |
| <b>8 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO .....</b>   | <b>43</b> |
| <b>8.1 A CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CURRÍCULO .....</b>  | <b>43</b> |
| <b>8.2 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO: INSTRUMENTO DE GESTÃO .....</b>  | <b>44</b> |
| <b>8.3 PERFIL DO EGRESSO .....</b>   | <b>46</b> |

|  |           |
|--|-----------|
| 8.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO .....   | 48        |
| 8.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC .....                                       | 49        |
| 8.6 PLANO DE ENSINO .....  | 51        |
| 8.7 MODALIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM .....   | 51        |
| 8.8 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS .....                                  | 52        |
| 8.9 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR .....   | 53        |
| 8.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINAR E DE APRENDER .....                            | 55        |
| <b>8.10.1 O contrato didático do curso .....</b>                                     | <b>57</b> |
| 8.11 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS .....                 | 59        |
| 8.12 SECRETARIA ACADÊMICA .....  | 60        |
| 8.13 SECRETARIA DAS COORDENAÇÕES .....   | 61        |
| <b>9 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO .....</b>                    | <b>61</b> |
| 9.1 PÓS-GRADUAÇÃO .....  | 62        |
| <b>9.1.1 A Pós-Graduação na Unifebe .....</b>  | <b>63</b> |
| 9.2 PESQUISA .....   | 65        |
| <b>9.2.1 A Pesquisa na Unifebe .....</b>   | <b>66</b> |
| <b>9.2.2 Publicações Científicas .....</b>   | <b>75</b> |
| <b>9.2.3 Eventos de Iniciação Científica .....</b>                                   | <b>76</b> |
| 9.3 EXTENSÃO .....   | 77        |
| <b>9.3.1 A Extensão na Unifebe .....</b>   | <b>78</b> |
| <b>10 ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....</b>                          | <b>81</b> |
| 10.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIFEBE: UM PROCESSO COLETIVO E<br>FORMATIVO .....   | 81        |
| <b>10.1.1 Avaliação Institucional .....</b>  | <b>82</b> |
| 10.1.1.1 Objetivos da Avaliação Institucional .....                                  | 84        |
| 10.1.1.2 Etapas da avaliação institucional .....                                     | 84        |
| <b>10.1.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES .....</b>      | <b>85</b> |
| <b>10.1.3 Comissão Própria de Avaliação – CPA .....</b>                              | <b>85</b> |
| <b>10.1.4 Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE .....</b> | <b>86</b> |
| 10.2 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO .....                          | 86        |
| <b>10.2.1 Estágio Curricular Não-Obrigatório .....</b>                               | <b>87</b> |
| 10.3 FORMAÇÃO CONTINUADA .....   | 90        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>10.3.1 Breve histórico da Formação Continuada na Unifebe .....</b> | <b>92</b>  |
| <b>11 SUFICIÊNCIA DAS BASES FÍSICAS.....</b>                          | <b>105</b> |
| 11.1 BLOCO A.....   | 106        |
| 11.2 CENTRO DE CONVENIÊNCIA – BLOCO B .....                           | 107        |
| 11.3 BLOCO C.....   | 108        |
| 11.4 PRÉDIO DO ANFITEATRO.....  | 110        |
| <b>12 ADEQUAÇÃO DE LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS .....</b>              | <b>111</b> |
| 12.1 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS DA UNIFEBE .....                     | 111        |
| <b>12.1.1 Caracterização .....</b>                                    | <b>111</b> |
| <b>12.1.2 Objetivos .....</b>   | <b>112</b> |
| <b>12.1.3 Recursos humanos envolvidos.....</b>                        | <b>114</b> |
| <b>12.1.4 Horário de funcionamento .....</b>                          | <b>114</b> |
| <b>12.1.5 Política de uso .....</b>                                   | <b>114</b> |
| 12.1.5.1 Aulas no laboratório.....                                    | 115        |
| 12.1.5.2 Internet.....  | 115        |
| <b>12.1.6 Equipamentos de apoio didático-pedagógico .....</b>         | <b>116</b> |
| <b>12.1.7 Equipamentos de informática disponíveis.....</b>            | <b>116</b> |
| 12.2 BIBLIOTECA ACADÊMICA .....                                       | 118        |
| <b>12.2.1 Caracterização .....</b>                                    | <b>118</b> |
| <b>12.2.2 Espaço físico.....</b>                                      | <b>119</b> |
| <b>12.2.3 Segurança do espaço físico e equipamentos.....</b>          | <b>120</b> |
| <b>12.2.4 Manutenção.....</b>   | <b>121</b> |
| <b>12.2.5 Objetivos .....</b>   | <b>121</b> |
| <b>12.2.6 Responsabilidade social.....</b>                            | <b>121</b> |
| <b>12.2.7 Informatização da Biblioteca Acadêmica .....</b>            | <b>122</b> |
| <b>12.2.8 Horário de funcionamento .....</b>                          | <b>122</b> |
| <b>12.2.9 Recursos humanos envolvidos.....</b>                        | <b>123</b> |
| <b>12.2.10 Apoio à normalização de trabalhos acadêmicos.....</b>      | <b>123</b> |
| <b>12.2.11 Equipamentos disponíveis .....</b>                         | <b>125</b> |
| <b>12.2.12 Serviços prestados.....</b>                                | <b>125</b> |
| <b>12.2.13 Política de empréstimo e consulta.....</b>                 | <b>126</b> |
| 12.2.13.1 Estatística de empréstimo .....                             | 128        |



## **Centro Universitário de Brusque – Unifebe**

### **Projeto Pedagógico Institucional - PPI**

|   |            |
|---|------------|
| <b>12.2.14 Política de desenvolvimento de coleções.....</b>   | <b>128</b> |
| 12.2.14.1 Formas de aquisição .....                           | 129        |
| 12.2.14.2 Responsáveis pela seleção .....                     | 129        |
| 12.2.14.3 Instrumentos auxiliares do processo de seleção..... | 129        |
| 12.2.14.4 Critérios gerais de seleção .....                   | 129        |
| 12.2.14.5 Aspecto quantitativo .....                          | 130        |
| <b>12.2.15 Acervo geral .....</b>                             | <b>130</b> |
| <br>  |            |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                      | <b>132</b> |
| <br>  |            |
| <b>ANEXOS.....</b>  | <b>135</b> |

## **INTRODUÇÃO**

A construção e a implantação do Projeto Pedagógico Institucional - PPI da Unifebe, visa atender o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs instituídas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, oportunizando, a rediscussão das propostas curriculares e a reorganização e/ou formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs em harmonia com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI.

A Unifebe, alinhada a este processo de âmbito nacional, em parceria com a comunidade acadêmica, vem desenvolvendo desde 1999 discussões e reflexões com o objetivo de sistematizar um documento norteador de suas ações, ou seja, organizar um projeto educativo, entendido como o plano global da instituição para o desenvolvimento das suas três funções fim - ensino, pesquisa e extensão. Entendemos o PPI como a sistematização nunca definitiva de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. Um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2000).

Desta forma, em especial os docentes devem entender que o PPI é um documento de suma importância para o desempenho de suas funções, devem compreender que as disciplinas em um curso de graduação são partes de um todo, cujo objetivo é o perfil do profissional a ser formado e que este perfil deve ser elaborado de acordo com as DCNs e que são amparadas por leis federais, sendo obrigatório a sua implantação.

O Projeto Pedagógico Institucional em sua matriz curricular têm uma dimensão ética e política. Não é apenas um programa de ações, de organização, de gestão, mas em sua dimensão ética remete a valores fundamentais, a um projeto de homem e de sociedade. Na dimensão política define a organização de uma sociedade ou de um grupo humano em todos os seus componentes: a economia, o

trabalho, as trocas de bens e serviços, a assistência social, a cultura, a educação e outros.

Desta maneira, o Projeto Pedagógico Institucional da Unifebe - está referenciado pelas Políticas Nacionais vigentes. E, é bem verdade, que estas políticas nacionais podem sofrer alterações significativas com as mudanças de governos. Nesta ótica, o Projeto Pedagógico Institucional - PPI necessita ser entendido como um documento que retrata um processo educacional e pedagógico em contínua reelaboração e construção coletiva. O Projeto Pedagógico de uma Instituição - PPI e os de seus Cursos – PPC não devem retratar um amontoado de objetivos específicos, estratégias, bibliografias, mas sim, ser um documento completo, simples, fácil de entender e de consultar. A simplicidade de um Projeto Pedagógico permite avaliação e a readequação rápida, contemplado a necessidade de acompanhar as mudanças deste mundo globalizado, mudanças pedagógicas, sociais, econômicas, culturais e políticas.

O projeto aqui apresentado revela a história percorrida pelos diferentes atores, técnico-administrativos, docentes, acadêmicos, enfim toda a comunidade acadêmica, que sonhou e sonha com caminhos possíveis de serem trilhados no ensino superior, articulando ações, resultando neste documento formal que orienta práticas que possam conduzir a concretização dos objetivos almejados. O documento está organizado em 12 capítulos. O primeiro capítulo busca apresentar uma visão de ensino superior no âmbito nacional; já o segundo e o terceiro capítulo traduzem a trajetória histórica da elaboração e sistematização deste documento; no quarto e quinto capítulos somos convidados a conhecer a Unifebe e seu contexto histórico e sua inserção regional; já no capítulo sexto é referenciada a missão, a visão, os princípios e valores institucionais, bem como as diretrizes institucionais; no sétimo, oitavo e nono capítulos, o perfil docente e logo nos capítulos subsequentes são apresentados os princípios do ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, como também as diretrizes para a organização dos currículos e sua estruturação; o décimo capítulo trata da Assessoria de Desenvolvimento, responsável pela organização e sistematização dos projetos institucionais, da

formação continuada de técnico-administrativos e docentes, da avaliação institucional, do estágio curricular não obrigatório; e por último, os capítulos décimo primeiro e décimo segundo demonstram as condições da estrutura física, dos laboratórios e equipamentos e por fim o acervo da Biblioteca Acadêmica. Portanto, a elaboração e sistematização do PPI é obrigatória pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Já a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, ao instituir o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES estabelece a importância e a exigência da articulação entre o PPI e o PDI, visto ser o PPI um dos elementos do próprio PDI. Estes instrumentos estão diretamente associados com as avaliações de cursos e processos de reconhecimento e credenciamento e renovação de credenciamento. Pode-se dizer que o PPI é um documento central que estabelece as políticas para fazer o acadêmico fiel à filosofia da IES. Enquanto que o PDI é um documento institucional estratégico que deve estabelecer as ações para dar cumprimento às políticas expressas no PPI. Este projeto em seu bojo traz esta preocupação posta na lei, compreendendo que os desejos e utopias da comunidade acadêmica estão além das propostas aqui apresentadas. No entanto, registra o que é possível ser experimentado diante do cenário atual que vive o ensino superior, traçando ações estratégicas a curto, médio e longo prazo, com o propósito de ter o PPI como uma proposta de fazer a educação como um instrumento de humanização, conforme está proposto na missão institucional.

## APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

### INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

A Fundação Educacional de Brusque – FEBE, instituída pela Lei Municipal nº 527/73, de 15 de janeiro de 1973, é uma entidade pública dotada de personalidade jurídica de direito privado.

O seu funcionamento foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 646/75, de 08 de agosto de 1975 e, atualmente, a Fundação é regida por Estatuto aprovado pelo Ministério Público (Curador das Fundações), registrado no Cartório de Títulos e Documentos, Pessoas Jurídicas e Outros Papéis da Comarca de Brusque/SC sob o nº 000622, fls. 020, no livro A-5, em 18 de fevereiro de 1999.

A FEBE é administrada pelo Conselho Curador (CC), pelo Conselho Administrativo (CA) e por sua Presidência.

### FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE – FEBE

Fundada em 15 de janeiro de 1973  
CNPJ: 83 128 769/0001-17 - Inscrição Estadual: Isenta  
Rua Dorval Luz, nº 123, Santa Terezinha, Caixa Postal 1501  
88352-400 - Brusque - Santa Catarina  
*Home-page:* <http://www.unifebe.edu.br> - *E-mail:* [reitoria@unifebe.edu.br](mailto:reitoria@unifebe.edu.br)

### INSTITUIÇÃO MANTIDA

A FEBE é a mantenedora do Centro Universitário de Brusque - Unifebe, credenciado pelo Governador do Estado de Santa Catarina, através do Decreto Estadual nº 647/03, de 29 de agosto de 2003.

O Estatuto da Unifebe determina que a sua Administração Superior é exercida pelo Conselho Universitário (Consuni), pela Reitoria, pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e pela Pró-Reitoria de Administração.

São também órgãos da Administração Acadêmica da Unifebe, os colegiados e as coordenações de cursos.

| <b>CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE – UNIFEBE</b> |  |
|--|--|
|  | Autorizado pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC através da Resolução nº 090/2003, em 12 de agosto de 2003.<br>Credenciado pelo Decreto Estadual nº 647, publicado no DO-SC em 29/08/03.<br>Rua Dorval Luz, 123, Santa Terezinha, Caixa Postal 1501<br>88352-400 - Brusque - Santa Catarina<br><i>Home-page:</i> <a href="http://www.unifebe.edu.br">http://www.unifebe.edu.br</a> - <i>E-mail:</i> <a href="mailto:reitoria@unifebe.edu.br">reitoria@unifebe.edu.br</a> |

A gestão da Unifebe se traduz na prática por um modelo previsto no Estatuto da Instituição. A tomada de decisões nunca acontece de forma isolada: a primeira instância para a tomada de decisões é a Reitoria, constituída pelo Reitor e Vice-Reitor, sendo auxiliada pelos Pró-Reitores de Ensino de Graduação, de Administração e de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Para a discussão e deliberação sobre os assuntos acadêmicos, científicos e didático-pedagógicos contribuem desde os colegiados de curso até o mais alto conselho deliberativo, o Conselho Universitário - Consuni. Essas instâncias se compõem de representantes do corpo técnico-administrativo, dos docentes, dos coordenadores de cursos, dos discentes bem como de representante da comunidade externa.

No que se refere à administração econômico-financeira, o processo decisório ocorre igualmente de forma colegiada. Algumas deliberações são da competência da reitoria ficando, contudo, a maior parte delas, na alçada do Conselho Administrativo da Mantenedora do Centro Universitário, a Fundação Educacional de Brusque - FEBE. Completa o organograma institucional, o Conselho Curador, órgão máximo ao qual compete a fiscalização econômico-financeira da Fundação.

## **1 EDUCAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: CONTEXTOS E DESAFIOS**

Refletir sobre a natureza específica da formação superior nos dias atuais implica, antes de tudo defender uma concepção pedagógica referenciada no futuro da sociedade, rumo à qualidade de vida e à emancipação humana. Isso nos remete, inicialmente, a repensar o papel social que a Educação Superior desempenha no contexto em que se insere.

Mesmo diante das críticas, não se pode deixar de lado o caráter emancipador da IES, ao produzir e disseminar conhecimento. Afinal, de que lugar pode se questionar a verdade, volátil ou não, se não há um lugar mantido pela sociedade como instância de produção e de crítica ao conhecimento instituído e/ou produzido?<sup>1</sup> É este questionamento constante ao conhecimento instituído que viabiliza a função transformadora da educação superior.

É perceptível, também, que avançamos em pesquisa. Entretanto, ao mesmo tempo em que assistimos ao desenvolvimento científico, constatamos que nunca a continuidade da vida no planeta e da raça humana esteve tão ameaçada. As alterações no equilíbrio ecológico, na forma de vida, os dejetos industriais, o lixo não degradável, a escassez de energia e de água, entre outros, parecem se agravar cada vez mais, até mesmo como resultados dessa pesquisas.

Do ponto de vista do mundo do trabalho, verificamos, cada vez mais, que a atuação profissional deixa de ser referenciada nos postos de trabalho, nos cargos, para orientar-se pelos pressupostos das formas mais flexíveis de produção. Esta configuração indica, para a IES, que a formação profissional a ser oferecida deverá incluir a orientação para diferentes inserções no mundo do trabalho, com foco na formação integral do acadêmico.

No plano das relações internacionais, por força da globalização econômica, assistimos à progressiva competitividade econômica e tecnológica entre diferentes países. Aqueles países que detêm capital e tecnologia impõem aos demais um

---

<sup>1</sup> RICOEUR, Paul Prefácio. In: DRÈZE, J; DEBELLE, J. **Concepções da Universidade**. Fortaleza: UFC, 1983.

papel subordinado e dependente, tanto do ponto de vista econômico, quanto tecnológico, cultural e ideológico. Este cenário direciona a IES brasileira a gerar conhecimentos capazes de levar a soluções próprias a fim de que se supere o atraso social, tecnológico e econômico com que hoje se defronta.

Ao mesmo tempo em que se redesenham e se rompem fronteiras entre nações, vê-se crescer a intolerância e o desprezo entre povos, o racismo, a violência e a exclusão social. Assiste-se ao massacre de etnias, à exclusão dos mais elementares direitos à vida, em continentes inteiros. As instituições educativas não podem, portanto, deixar de dar sua contribuição para a superação deste quadro. A educação tem um compromisso com a paz, o bem estar de todos, a solidariedade entre os seres humanos e a natureza.

No Brasil, além destes, muitos outros aspectos precisam ser equacionados, a ausência de políticas consistentes que definam o lugar da instituição de Ensino Superior no desenvolvimento do próprio país e a ausência de uma política estável para o financiamento e desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Assim, a tarefa de definir os referenciais que deverão orientar o desenvolvimento e sua respectiva ação pedagógica na IES deve ser compreendida como manifestação de intencionalidade deste desenvolvimento mais amplo.

## **2 CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS QUE ALICERÇAM O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL- UNIFEBE**

A educação é condição necessária para a vida humana. Mas, ela é paradoxal: ao mesmo tempo em que é instrumento de controle social, ela contribui para a modificação das condições existentes; ao mesmo tempo em que pode oprimir, pode libertar.

O Centro Universitário de Brusque - Unifebe, em sua proposta político-pedagógica busca promover uma educação humanista, superando a educação bancária, que segundo Paulo Freire, constitui-se em uma relação onde o saber é depositado no educando. Na educação humanista, a consciência não faz mais o papel de mero receptáculo de informações, mas passa a ser uma consciência intencionada no mundo, uma consciência que atua ativamente na produção de saber, extraindo-o do mundo e não apenas recebendo-o.

A consciência passa a fomentar a problematização do mundo. Consciência problematizadora exatamente porque é sempre consciência de algo. Com isso, a própria relação entre educador e educando se altera. A interlocução supera a imposição, e a suposta contradição entre os mesmos se dilui rompendo a verticalização da transmissão do saber. O educando é finalmente chamado a assumir seu posto de sujeito cognoscente, pois agora compartilha a produção do saber, que gera cidadãos, profissionais e pensadores críticos.

Duas posições extremas precisam ser evitadas na busca de uma educação humanista e emancipadora. De um lado, o modelo tradicional de ensino, caracterizado por Freire como educação bancária. Seu erro fundamental reside numa posição epistemológica equivocada, que entende a mente como receptora passiva de dados. Tal posição desloca as relações sujeito-mundo, colocando toda a ênfase no lado objetivo e externo, como determinante e constituinte dessa relação. Ao sujeito, cabe a função de adaptar-se ao que lhe é imposto de fora, sendo

considerado “bem-educado” caso consiga desenvolver, conforme observa Dewey, a docilidade, a passividade e a obediência que lhe são requeridas.<sup>2</sup>

A crítica a essa posição está bastante presente no discurso pedagógico, embora nem sempre pelas razões certas. Isso porque, muitas vezes, tal crítica se faz ao que é mais externo à educação tradicional, seja sua organização, seja seu modo de controle e exercício da autoridade. O risco aqui é pressupor que a simples ausência de autoridade e controle seja suficiente para resolver os problemas. Este é, segundo Dewey, o grande engodo da educação nova ou progressiva. O fracasso anunciado desse modelo se deu, sobretudo, pelo não desenvolvimento da discussão acerca dos pressupostos de uma educação humanista e emancipadora, ficando o escolanovismo numa crítica simplista da educação tradicional.<sup>3</sup> Aquilo que Dewey já apontava no início do século XX, muitos de nós pudemos observar de muito perto: a grande confusão trazida pelos “métodos novos” e o decréscimo na qualidade do ensino, que afinal, não contribui em nada para a emancipação humana.<sup>4</sup>

Uma educação humanista deve levar em conta a experiência humana e seu papel no nosso desenvolvimento individual e social. A experiência educativa é aquela que abre possibilidades para novas e mais ricas experiências. Difere-se de uma experiência inócua ou mesmo deseducativa por dois princípios distintivos: 1) o princípio da *continuidade*, segundo o qual nossas experiências nos marcam, afetando o modo como iremos perceber e reagir diante das coisas, ou seja, afetam nossas experiências subseqüentes e 2) o princípio da *interação*, segundo o qual deve ser dada a mesma importância aos fatores internos e aos fatores objetivos na experiência.<sup>5</sup> Uma educação que se pautar por esses princípios saberá encontrar o equilíbrio entre esses fatores, formando indivíduos que possam se postar diante do mundo de modo autônomo e participativo, adequando suas necessidades e aspirações individuais aos fatores objetivos do mundo em que vive. O modelo

---

<sup>2</sup> Cfe. DEWEY, John. **Experiência e Educação**. São Paulo: Editora Nacional, 1976, p. 5.

<sup>3</sup> Idem, p. 3-11

<sup>4</sup> Essa discussão retorna de modo bastante apropriado em Saviani (1995).

<sup>5</sup> Dewey, 1976, p. 24-43.

tradicional, ao negligenciar os fatores internos do indivíduo no processo de aprendizagem, tentava reduzi-lo a mero receptor de informações, criando um espírito de submissão, como se o mundo e sua organização fosse algo de inexorável, ao qual o indivíduo devesse se adaptar e submeter passivamente. De outro lado, os pressupostos da chamada educação nova, ao negligenciar os fatores externos e objetivos, a organização e a disciplina necessárias à convivência do homem com o mundo e seus semelhantes, dificultava a construção de uma relação realmente cooperativa e produtiva com o mundo, centrando o indivíduo em si mesmo, gerando um espírito egoísta e egocêntrico, no qual a satisfação dos próprios caprichos é a regra fundamental.

A falta desse equilíbrio já era verificada por Dewey nos modelos tradicional e progressivo de educação, como já assinalamos anteriormente. Superá-los significa caminhar na direção de uma educação realmente humanista e libertadora, que permita o desenvolvimento do ser humano em todo o seu potencial, tornando-o capaz de, com inteligência, agir sobre os fatores externos e os modificar, buscando a melhoria constante do seu modo de vida, tanto individualmente, como coletivamente. Dessa forma, estará também se posicionando de modo ativo e construtivo na vida social, promovendo a cooperação e a convivência democrática. Isso implica uma transformação na atuação política dos educandos e educadores, tornando passíveis de mudança as estruturas que hoje oprimem e realizando, finalmente, o processo de humanização das relações sociais.

Reconhecemos que o conhecimento não pode ser visto como algo que provém do exterior, como pensam os empiristas, nem tampouco de estruturas mentais inatas, pré-formadas, como pensam os inatistas e racionalistas, mas sim como fruto de construção que se dá por meio tanto de processos endógenos desencadeados pelo ambiente físico e social, como pela linguagem mediadora da interação simbólica dos sujeitos com os seus pares (VYGOTSKY, 1989). Entendemos que os sujeitos em relação formam uma rede que se transforma na interação e que o conhecimento é produzido nessa mediação com os outros,

incluindo-se aqui a dimensão dialógica, inerente à própria construção do pensamento.

Conforme Vygotsky “o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer.” (1987, p 101). Dessa forma, uma aprendizagem significativa exige que o educando relacione o apreendido com o seu universo de conhecimento, experiência e vivência. Isto permite contato experimental com problemas práticos relevantes, participação responsável no processo de aprendizagem, transferência do aprendizado para situações reais e ainda, a formulação de problemas que sejam relevantes para o mesmo ou para sua comunidade.

Nesse processo, deve-se agregar o desenvolvimento de uma postura científica, isto é, interesse em descobrir, saber o porquê, questionar e propor soluções. Esta postura deve permear todas as atividades desenvolvidas no curso e ser levada pelo educando, para sua vida profissional. A proposta de ensino da Unifebe, portanto, está centrada em uma concepção que tem a pesquisa e a extensão como eixos constituidores, primando pelo desenvolvimento de uma postura crítico/ativa do educando.

Frente a isso, a avaliação do processo de ensinar e aprender dos cursos de graduação da Unifebe pauta-se na concepção teórica-prática da Avaliação Formativa. A avaliação formativa organiza o funcionamento do processo educativo, devendo o professor observar sistematicamente os acadêmicos e relacionar a avaliação a intervenções pedagógicas e situações didáticas adequadas e coerentes com o Projeto Pedagógico de cada curso e o Projeto Pedagógico Institucional.

Na avaliação formativa se assegura que os processos de formação vão se adequando às características dos alunos, permitindo a adaptação do ensino às diferenças individuais. Esta avaliação, ainda que considere os resultados da aprendizagem, incide preferencialmente sobre os processos desenvolvidos pelos alunos face às tarefas propostas.

O desenvolvimento da avaliação formativa está ligado a um currículo dinâmico, construído e articulado com os sujeitos da ação educativa. Dessa maneira, avalia-se sempre para agir, ou seja, a avaliação se encontra no centro da ação educativa, sendo necessário o desenvolvimento da avaliação para organização do planejamento, na análise das aprendizagens e na orientação do trabalho do professor.

Portanto, a concepção de educação humanista defendida pela Unifebe tem um transparente compromisso com a transformação social. Entende o homem como “ser de relações”, criativo, disponível ao diálogo, por isso comunicador, cujo desejo ontológico é ser mais, buscando sua humanização. A prática desta educação compreende uma relação horizontal entre educador e educando, em que ambos aprendem e ambos se ensinam mutuamente, tendo o mundo como cenário e a realidade como conteúdo que mediatiza as relações entre ambos, sem dissolver, obviamente, as diferenças específicas do papel de cada um nesse processo. Nesta prática, não existe dicotomia entre homem e mundo, pelo contrário, o homem está no mundo, com o mundo, participando das transformações sociais. A educação, nessa perspectiva, reflete numa educação desafiadora, instigante, reflexiva e, sobretudo, dialógica. O diálogo constitui-se como dimensão fundante da educação que possibilita aos educandos refletirem sobre a posição socioeconômica, histórica e cultural em que estão inseridos, conseqüentemente, as atitudes emergem movidas pela ação-reflexão-ação. Portanto, nesta perspectiva, a tarefa central dos educadores é desvelar as possibilidades que o educando tem de (re) criar o seu mundo.

A Unifebe em seu Projeto Institucional tem por missão:

“Atuar no Ensino Superior articulado à Pesquisa e à Extensão, pautado em uma perspectiva humanista e comprometido com o desenvolvimento que promova a qualidade de vida na sociedade”.

Essa missão se baseia numa visão do ser humano enquanto ser completo, nas suas dimensões biológica, psicológica, sócio-política, profissional e transcendente. Não entendendo o ser humano como ser compartimentado pretende-se atuar no seu desenvolvimento pleno, integral.

A partir da missão, delinham-se os princípios e valores que regem a Unifebe formando as suas bases de atuação:

- *formação plena do ser humano*: à instituição não cabe apenas possibilitar o desenvolvimento de habilidades e competências requeridas para o exercício profissional em qualquer área. A base do profissional é o ser humano e o cidadão, consciente de si e do contexto em que vive, capaz de manter uma postura ética e crítica em relação a esse contexto;
- *promoção da cultura, do bem comum e do desenvolvimento social*: ao educar para a cooperação dos indivíduos entre si e com o mundo, estaremos criando um ambiente propício para o desenvolvimento das diferentes formas de manifestação cultural, fomentando igualmente a idéia de que os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais. Combatendo o individualismo, estaremos também propiciando o desenvolvimento integrado da sociedade, de modo a garantir a sustentabilidade desse desenvolvimento para as futuras gerações;
- *construção e socialização do conhecimento*: o ambiente universitário é foco de discussão e de pesquisa, de onde brotam novos conhecimentos e se fomentam questões que permitem um permanente diálogo entre realidade e informação, visando a adequação permanente desta às contínuas mudanças que se processam em todos os setores da vida social;
- *função social da educação*: acreditamos que a educação, enquanto fomentadora da ética, da crítica e do espírito de cooperação, é elemento fundamental na denúncia das injustiças, na proposição de soluções para os problemas sociais e na construção de relações mais fraternas. Sua finalidade, assim, não se esgota na formação do indivíduo de modo isolado, mas o impele a dar sua contribuição para a construção de uma sociedade em que todos possam viver com dignidade;

- *dignidade da pessoa humana*: trata-se do princípio norteador dos demais, pois é exatamente em vista dessa dignidade que a Unifebe propõe um ensino pautado em uma perspectiva humanística. O ser humano não pode ser objeto de dominação ou de manobra, nem estar sujeito a condições de vida que lhe omitam os seus direitos fundamentais. A educação deve propiciar o desenvolvimento das potencialidades de cada um para que, sendo o melhor que possa ser, colabore também para que todos possam ter a mesma oportunidade de desenvolvimento;
- *não discriminação*: se admitirmos a dignidade de cada pessoa, não podemos tolerar qualquer forma de discriminação. Vivemos numa sociedade que ainda cultiva discriminações de toda ordem, umas mais explícitas, outras mais veladas. Uma educação pautada numa perspectiva humanística deve denunciar as atitudes discriminatórias para que todos, independente de cor, nacionalidade, credo, gênero ou opção sexual tenham a oportunidade de desenvolver-se e estar inseridos na sociedade e tratados com o respeito e a dignidade que se deve a qualquer ser humano;
- *pluralismo de idéias e de concepções*: sistemas totalitários envidam todos os esforços para impedir que este princípio se efetive, pois os diferentes pontos de vista incitam ao debate e à reflexão, enquanto que os modelos políticos de dominação se mantêm através da adesão forçada ou persuadida a idéias e concepções estabelecidas por uma única pessoa ou grupo. A defesa da pluralidade permite a construção de um ambiente democrático, que dispõe melhor as pessoas a atuarem de modo cooperativo, apesar das diferentes concepções que advoguem, em busca do bem comum. Garante também uma contínua revisão de conceitos e posições, o que possibilita lidar de modo mais efetivo com um mundo em constante mudança;
- *liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber*: respeitados os princípios éticos que norteiam a vida social e que podem impor restrições pontuais a alguns tipos de pesquisa (por exemplo, as questões relacionadas à bioética), constitui direito de todos o ensino/aprendizagem, a pesquisa e a divulgação do saber. Limitar esse direito é impedir o acesso ao

conhecimento, o que só pode beneficiar a quem tem interesse na manutenção da ignorância e da desigualdade social. A defesa desse direito é parte das ações voltadas ao desenvolvimento social, que não se faz sem o desenvolvimento intelectual e moral dos indivíduos;

- *razoabilidade e eqüidade*: são princípios que norteiam a prática da democracia em qualquer âmbito. Devem ser os guias de todos os que exercem qualquer tipo de autoridade, para que ela seja exercida sempre em vista ao bem comum, assim como o fundamento de relações baseadas na cooperação e no respeito mútuo;
- *gestão democrática e unidade administrativa*: democracia não significa ausência de unidade e de consenso, antes os pressupõe. No entanto, esse consenso e essa unidade devem ser buscados na clareza e transparência dos objetivos e procedimentos, que dêem a todos a certeza de que os interesses coletivos estão norteando o processo. Dessa forma, o uso legítimo da autoridade garantirá a unidade de propósito e o espírito de cooperação, necessários ao desenvolvimento de qualquer instituição;
- *dimensão comunitária*: inserida na comunidade da qual faz parte, a instituição deve estar comprometida com o seu desenvolvimento, buscando atuar no seu meio através de projetos de pesquisa e extensão, que propiciem um melhor conhecimento da sua realidade e apontem alternativas de mudanças onde for necessário e de incremento de suas potencialidades. Dessa forma, estará contribuindo para a melhoria da qualidade de vida na sociedade e para o exercício da plena cidadania;
- *valorização profissional*: a instituição é construída no dia-a-dia através do trabalho de diferentes setores e pessoas que, cada qual na sua especificidade, contribui para a consecução dos propósitos e a realização da missão institucional. Dessa forma, o trabalho de cada um tem valor imprescindível para o conjunto. Valorizar o profissional, dando-lhe as condições adequadas de trabalho, permitindo o desenvolvimento de suas capacidades significa promover o crescimento e o desenvolvimento da própria instituição, que só tem a ganhar com profissionais motivados e imbuídos de espírito cooperativo;

→ *qualidade do ensino*: sem descuidar do desenvolvimento concomitante das atividades de pesquisa e extensão, o ensino é a finalidade primeira de um centro universitário, para onde converge o trabalho desenvolvido em todos os setores da instituição. É essa qualidade que garantirá a formação humana e profissional que a missão institucional propõe. Sua melhoria contínua é condição indispensável para a consolidação e crescimento da instituição e, portanto, é o escopo de todo o esforço empreendido.

### **3 FUNDAMENTOS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL UNIFEBE**

Pensar o Projeto Pedagógico de uma instituição é pensar a construção de sua identidade, o que implica uma análise coletiva tanto de sua história (a que lhe deu as características que apresenta no momento) quanto das direções intencionais que serão assumidas em função das definições tomadas pelo Projeto Pedagógico Institucional.

Para legitimar-se perante a sociedade, a Unifebe assumiu sua função social, investindo em ações que visam identificar a especificidade da instituição e buscar o diferencial que justifique a sua permanência. Neste viés, o Projeto Pedagógico Institucional vem se tornando o instrumento preferencial para a explicação das propostas educacionais que a Unifebe defende e tem servido como instrumento para verificar em que medida estas propostas estão em consonância com aquelas demandadas pela sociedade.

A instituição tem por objetivo viabilizar uma prática coerente com sua função social, para isso é necessário que estabeleça metas que integrem aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros para a realização de seu Projeto Pedagógico Institucional. Essa advertência nos remete a pensarmos que vivemos num mundo competitivo e globalizado. Portanto, “a sociedade atual demanda de um profissional comprometido com os problemas da educação brasileira; um profissional crítico, com domínio de conteúdo científico, pedagógico e técnico, com compromisso

ético, político e histórico, com responsabilidade social para com a educação” (IPAE, 2002, p.18).

Nesse sentido, hoje, a Unifebe é construída conjuntamente com os acadêmicos e deve ter como função principal prepará-los para lidar com as oportunidades e ameaças que o futuro lhe oferecer. Para isso, estimular o desenvolvimento de habilidades e competências que lhe permitam compreender quais seus pontos fracos e fortes, vantagens e desvantagens em relação ao meio, oportunizando-os a criar condições de transformar o conhecimento adquirido em capacidade de atuar, em competência, através de sua formação pessoal e profissional.

Assim, a Unifebe pensa o seu Projeto Pedagógico Institucional ajustando-o ao perfil de uma sociedade do conhecimento, deixando claro à comunidade acadêmica a sua filosofia, sua missão e sua visão de sociedade, de homem e de educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, através dos Pareceres 146/2002 e 134/2003, definem os seguintes princípios a serem observados na construção dos projetos pedagógicos:

- a) ampla liberdade na arquitetura dos currículos;
- b) flexibilidade na composição dos conteúdos a serem trabalhados;
- c) diversidade de tipos de formação e habilitações num mesmo programa;
- d) sólida formação geral;
- e) estímulo à prática de estudos independentes e sua valorização;
- f) reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente universitário;
- g) articulação teoria-prática;
- h) relevância para a pesquisa individual e coletiva, estágios e atividades de extensão incluídas na carga horária curricular;
- i) avaliação formativa ao longo do processo de aprendizagem.

Assim, o Projeto Pedagógico Institucional deve constituir-se num ponto de chegada de uma caminhada que se inicia pela discussão da filosofia da instituição, da definição da missão e da visão, até chegar no estabelecimento das metas e ações que estão definidas no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, contemplando as dimensões institucionais da organização pedagógica, do corpo docente, discente, técnico-administrativo e da infra-estrutura.

Entende-se por filosofia institucional os fundamentos teórico-metodológicos que orientam a ação da Unifebe e os princípios que nortearão a sua caminhada, contextualizada pelas suas concepções de sociedade, de homem, de educação, de ensino, de aprendizagem e de avaliação.

Já a missão é a razão de ser da instituição: qual o seu negócio? Porque ela existe? Qual o cenário futuro? Quais os seus propósitos? É a sua razão de existir. Sua formulação inclui a indicação do que a instituição faz, quem o faz, para quem, quando, onde e por quê.

A visão implica em conhecer o contexto em que a instituição está inserida, identificando oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos. Ter a clareza sobre para onde está caminhando, que horizonte vislumbra quais as perspectivas atuais e quais mudanças e quando devem ser realizadas.

Assim concebida e gerenciada, a Unifebe poderá desenvolver uma educação de qualidade, alicerçada nos quatro pilares do conhecimento, descritos no Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (DELORS, 1999), que são:

- a) aprender a conhecer - instrumentos da compreensão;
- b) aprender a fazer - agir sobre o meio envolvente;
- c) aprender a viver juntos - participar e cooperar com os outros;
- d) aprender a ser - via de integração dos três pilares precedentes.

Portanto, considerando que o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional, o Projeto Pedagógico dos cursos e o Plano de

Ensino do professor são os instrumentos que definem o caminho e as ações a serem desenvolvidas, pode-se afirmar que efetuando a sua gestão de forma adequada, com visão sistêmica, de maneira interativa e com uma proposta curricular integradora e flexível, teremos uma educação superior com maior eficácia e qualidade.

### 3.1 EIXOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL E DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A construção e sistematização do Plano de Desenvolvimento Institucional esta articulada em torno de quatro grandes eixos que visam planejar as ações pedagógicas e administrativas entendendo a educação como instrumento de humanização, partindo do pressuposto teórico da missão institucional, os quais citamos: a qualidade, a flexibilização, a regionalização e o financiamento. São eixos constituintes da história e da própria identidade da Instituição. A seguir pretende-se abordá-los um a um de forma sucinta.

#### *a) A qualidade*

A qualidade da Unifebe se define a partir da sua missão e pelos seus fins para os quais foi criada. Missão e fins constituem, para a Unifebe, um conjunto de valores, uma espécie de ideário a ser perseguido por todos os atores sociais que a compõem, comprometida com o processo do desenvolvimento humano e social de sua região de abrangência.

A Unifebe tem seus fins assegurados em Estatuto, onde se lê no art. 6º: “A Unifebe tem como missão atuar no Ensino Superior articulado à Pesquisa e à Extensão, pautado em uma perspectiva humanista e comprometido com o desenvolvimento que promova a qualidade de vida na sociedade.” Ou seja, a Unifebe pretende atuar como centro de referência de qualidade, no âmbito do ensino

articulado a pesquisa e a extensão, assumindo o compromisso com o seu processo de desenvolvimento humano e social.

A qualidade da formação nos cursos da Unifebe se define a partir da sua missão e dos fins para os quais foi criada. Numa perspectiva humanista, significa criar condições para o desenvolvimento integral dos acadêmicos, assegurando pela aprendizagem do conhecimento uma mudança atitudinal, que envolva o ser estético, artístico, ético, político, social e cultural. Dessa forma, na Unifebe, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais: aprender a conhecer - adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer - desenvolver a habilidade de poder agir sobre o meio no qual se está inserido; aprender a viver juntos - saber participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas e finalmente aprender a ser - via essencial que integra no indivíduo as três aprendizagens precedentes, resultando numa nova postura fundamentada em uma nova ética.

A partir dessa concepção de qualidade, a Unifebe pretende atuar como um centro de referência no âmbito do ensino articulado à pesquisa e à extensão, assumindo o compromisso com o processo de desenvolvimento humano e social e atuando como protagonista na discussão de um novo modelo de vida e sociedade, pois fazemos educação como instrumento de humanização.

A Unifebe ao estruturar o ensino de qualidade, acredita que cada um dos "quatro pilares do conhecimento" deve ser objeto de atenção igual por parte de toda a ação didático-pedagógico, objetivando que a educação se efetive como uma experiência global a levar estes conhecimentos ao longo de toda a vida, no plano cognitivo e no prático, para o acadêmico, enquanto pessoa e membro da sociedade.

A Unifebe compreende desde o início da elaboração coletiva da sua missão, que seria indispensável, para enfrentar os desafios do século XXI, assinalar as quatro aprendizagens fundamentais, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, como novos objetivos da educação. Esta nova concepção ampliada de educação tem por objetivo fazer com que toda a comunidade acadêmica, possa descobrir reanimar e fortalecer o seu potencial

criativo - revelando o tesouro escondido que há em cada instituição de ensino, conforme revela o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI enviado a UNESCO. Esta noção de qualidade supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados (saber fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordens econômicas), e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade aprende a ser. A mensuração da qualidade do ensino da Unifebe se dá através da:

- Avaliação Institucional, que visa ser um efetivo instrumento de gestão e de capacitação interna, acadêmica e administrativa necessário ao desenvolvimento, crescimento da Unifebe, organizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA que passou a existir em cumprimento da Lei Federal 10.861 de 14 de abril de 2004, instituída pelo Presidente da República, que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES, sendo seu princípio fundamental a responsabilidade social com a qualidade do ensino e o respeito à identidade, à missão e à história da Unifebe. Assim, a CPA contribui no desenvolvimento e na aplicação da Avaliação Interna, por meio dos indicadores direcionados ao ensino tendo como objetivo identificar causas dos problemas e das deficiências enfrentadas pelo ensino, visando melhorar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico administrativo.
- O acompanhamento do Egresso é outra possibilidade de mensurar a qualidade do ensino da Unifebe, ou seja, identificar os profissionais formados pela Unifebe, buscando verificar a inserção dos egressos no mercado de trabalho, seja por concursos ou por ações empreendedoras, como empresários. Portanto, manter o acompanhamento dos acadêmicos egressos da Unifebe se justifica primeiramente pela necessidade de oportunizar ações que contribuam com a missão da Instituição, visando a qualidade no ensino, quando se tem a oportunidade de buscar informações, de modo a confirmar ou corrigir dificuldades, alinhando-se às demandas e movimentos sociais. Assim, o

acompanhamento de egressos pode ser também entendido como um procedimento sistemático que possibilitará a avaliação e renovação/inação das ações da Unifebe. Por meio do acompanhamento do desempenho profissional e social do egresso temos a oportunidade de atraí-los oferecendo formação continuada e estimular a aproximação e o engajamento do egresso nas atividades da Unifebe, que assim oportunizarão aos gestores do ensino de graduação e pós-graduação informações para tomada de decisão e a atualização dos projetos pedagógicos dos cursos, visando garantir a qualidade no ensino, por meio das quatro aprendizagens fundamentais: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

#### *b) A flexibilização*

Hoje a flexibilização é uma exigência devido à demanda da sociedade, ou seja, o processo de mundialização do capital vem determinando mudanças nas relações de produção e no processo de organização de trabalho que não pode ser ignorado pelas instituições de ensino superior. Diante deste cenário o nosso desafio é oportunizar a formação de profissionais críticos, no âmbito das quatro aprendizagens, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, para que possam compreender as novas relações de produção e de trabalho, e as exigências por elas apresentadas.

A Flexibilização Curricular amplia a organização dos conceitos estruturados em uma matriz curricular. Nesse sentido, exige mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica em consonância com os princípios e diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional e do Projeto Pedagógico do Curso. É uma ação estratégica na tentativa de garantir o diálogo permanente entre os cursos de formação e o mercado de trabalho, favorecendo, assim, a conexão com a realidade social na qual o aluno egresso será inserido.

Oferece ao acadêmico a possibilidade de construir o seu processo formativo e possibilita a interlocução entre os pares das diferentes áreas do conhecimento.

Trata-se de um espaço de construção da autonomia intelectual, tornando o aluno co-responsável por sua formação.

Na discussão do Projeto Pedagógico dos Cursos, a flexibilização curricular deve constituir-se em uma questão central, entendida não como uma mera modificação ou acréscimo de disciplinas na matriz curricular dos cursos, mas também, como elemento promotor de mudanças na estrutura do currículo, na prática pedagógica e na postura docente.

Ela deve ser entendida nos seus conteúdos científicos-culturais, nos seus modos/caminhos de concretização, nas subjetividades dos sujeitos que fazem parte dos processos pedagógicos nas mais diversas instâncias do currículo, e na sua perspectiva de materializar o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

Atividades acadêmico-científicas e culturais, disciplinas optativas, cursos seqüenciais são, entre outros, elementos da flexibilização curricular.

### *c) A regionalização*

A regionalidade de atuação constitui-se em um eixo inerente ao processo de criação e de implantação da Unifebe. A Unifebe já nasceu regional, o Estatuto da FEBE (Mantenedora) em seu artigo 3º alíneas h e i e o Estatuto da Unifebe (Mantida) em seu artigo 9º incisos VI e VII evidenciam a regionalização da Unifebe. Essa característica tem oportunizado a Unifebe se demonstrar como um modelo exitoso de se fazer Ensino Superior, um modelo que pretende ser inovador em relação ao modelo tradicional.

A Unifebe foi concebida para atuar de forma participativa no processo de desenvolvimento humano e social de Brusque e região. A regionalização é um eixo constitutivo de sua identidade, sem o qual a Unifebe perde significado e razão de existir. Um dos efeitos da educação superior é a promoção da reflexividade social: nas ações dos diferentes atores sociais são incorporados os novos conhecimentos e perspectivas que a educação superior dissemina. Assim, a reflexividade social

própria dos conhecimentos aprendidos e produzidos na Unifebe, traduz o compromisso da instituição com os interesses coletivos voltados para a promoção da qualidade de vida em nossas comunidades.

*d) O financiamento*

O financiamento para a Unifebe se constitui em um dos seus desafios atuais, pois sua única fonte de recurso são as mensalidades provenientes dos cursos de graduação. Diante deste contexto atual busca-se pensar, outras fontes alternativas de recursos, que possam custear as suas despesas, almejando o seu crescimento.

Para tanto, investe-se em uma Gestão Participativa, buscando coletivamente alternativas para a resolução dos problemas postos pelo atual cenário da educação superior no Brasil. Em instituições públicas não-estatais (comunitárias) como é o caso da Unifebe, a quase total ausência de aporte de recursos públicos faz da questão do financiamento um dos grandes desafios a serem vencidos para a viabilização de uma educação superior com qualidade.

Pela Gestão Participativa buscamos um processo de mobilização, que co-responsabilize a comunidade interna e externa de Brusque e região, na busca criativa de novas fontes para o financiamento da educação superior promotora da equidade, da justiça e da paz social que queremos fazer na Unifebe.

O sentido de avançar com participação na Unifebe perpassa pela humanização dos processos ao compartilhar deveres e obrigações, evidenciando talentos baseando-se na equitativa convergência de interesses entre equipes técnicas administrativas e pedagógicas, professores, acadêmicos e sociedade.

Significa dizer que a participação ativa nos processos institucionais permite que as pessoas tenham a oportunidade de construir sua autonomia ao assumirem a responsabilidade pelo desempenho e auto-gestão de suas tarefas. Mediante a prática dessa participação, é possível superar o exercício do poder individual e promover a construção do poder da competência, centrado na instituição como um todo, contribuído enquanto instituição, para o desenvolvimento da região e

a melhoria da qualidade de vida das pessoas, cumprindo a nossa missão institucional.

#### **4 A UNIFEBE E SEU CONTEXTO HISTÓRICO**

A Fundação Educacional de Brusque - FEBE foi instituída pela Lei Municipal nº. 527, de 15 de janeiro de 1973, tendo como idealizador o Prof. Pe. Orlando Maria Murphy, que foi o seu primeiro presidente. Nesse mesmo ano foi criada a Escola Superior de Estudos Sociais – ESES, que passou a oferecer o Curso de Estudos Sociais, transformado em Curso de Filosofia, em 1987.

Em 1975 foi autorizada a oferta do Curso de Ciências – Licenciatura de 1º Grau, que em 1990 passou a ser oferecido em regime especial de funcionamento.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, o Curso de Ciências – Licenciatura de 1º Grau deixou de ser oferecido na Instituição. Em 1985, Pe. Pedro Canísio Rauber foi eleito Presidente da FEBE e Diretor da ESES, permanecendo na função que permaneceu até 1990. Em 1987, através de convênios firmados entre a FEBE a Universidade Regional de Blumenau, a Escola Superior de Estudos Sociais – ESES, passou a oferecer os cursos de Administração e Pedagogia.

Em 27 de outubro de 1990, foi eleito, para um mandato, o terceiro presidente da Fundação Educacional de Brusque – FEBE e diretor da Escola Superior de Estudos Sociais - ESES, Pe. João Hülse. Reeleito em 1994, Pe. João atuou até o ano de 1998. No início do primeiro mandato, dois novos cursos conveniados com a Universidade Regional de Blumenau foram implantados: Ciências Contábeis e Direito.

Em 06/07/1998, concluído o segundo mandato do professor Pe. João Hülse como presidente da mantenedora, FEBE, e diretor da mantida ESES, foi empossada a nova presidente, Profª Maria de Lourdes Busnardo Tridapalli, após ter ocorrido sua eleição no dia 29/06/1998 pelo Conselho Administrativo, com base no Estatuto da Fundação, que passou a atuar também como Diretora da ESES, que oferecia à

época, além dos quatro cursos conveniados com a Universidade Regional de Blumenau: Administração, Pedagogia, Direito e Ciências Contábeis, o cursos de Filosofia como curso próprio da Instituição.

Ao assumir, a diretora-presidente, usando da prerrogativa enunciada no Art. 86 da Lei Complementar Estadual 170/98, transformou em cursos da ESES, os 04 cursos conveniados.

Visando a adaptação da Instituição aos novos cursos e à sua nova realidade, em abril de 1999, a Escola Superior de Estudos Sociais – ESES foi extinta e foi proposta ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, a criação do Centro de Educação Superior de Brusque – CESBE, aprovado pelo Parecer nº. 75/99 do referido conselho. Para melhorar as condições físicas e estruturais, possibilitando atendimento mais adequado aos cursos, em março de 2001, o Centro de Educação Superior de Brusque – CESBE, inaugurou seu novo campus.

No Plano de Desenvolvimento Institucional, estava prevista a transformação do Centro de Educação Superior de Brusque em Centro Universitário, e para tanto, os trabalhos ganharam um ritmo mais acelerado. Os Conselhos à época, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, do CESBE e o Conselho Administrativo, da mantenedora, FEBE, passaram a se reunir, quase que semanalmente, buscando deliberar sobre as questões inerentes e obrigatórias para a instalação do Centro Universitário: desde os atos que regulam a vida acadêmica e didático-pedagógica, como sobre o Estatuto e Regimento constitutivos do novo ente jurídico-educacional. Assim, em 12 de agosto de 2003, em sessão plenária do Conselho Estadual de Educação, foi aprovada a criação do Centro Universitário de Brusque – Unifebe, credenciado pelo Decreto n. 647, do Governo do Estado de Santa Catarina, promulgado no Diário Oficial em 29/08/03.

Desde 1998, a Instituição havia iniciado um processo que ampliou significativamente a oferta de cursos e passaram a ser oferecidos os seguintes cursos de graduação: bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Design de Moda, Direito e Sistemas de Informação; licenciatura em Educação Física, Filosofia, História, Letras e Pedagogia; cursos tecnólogos, Tecnologia em Cerâmica,

Tecnologia em Gestão Empresarial, Tecnologia em Processos Industriais – Eletromecânica; Tecnologia Têxtil, Tecnologia em Turismo, Tecnologia em Gestão Comercial, Tecnologia em Negócios Imobiliários.

Atualmente novos Cursos estão sendo ofertados: Tecnologia em Logística Empresarial, Tecnologia em Comércio Exterior, Educação Física, com habilitação em licenciatura ou licenciatura e bacharelado.

Alguns cursos são oferecidos fora do *campus* Santa Terezinha; na sede do SENAI, na cidade de Tijucas é oferecido o curso de Tecnologia em Cerâmica; na sede do SENAI da cidade de Brusque são oferecidos os Cursos de Processos Industriais – Eletromecânica e Tecnologia Têxtil e na cidade de Nova Trento, no Centro de Encontros Imaculada Conceição – CEIC é oferecido o curso de Tecnologia em Gestão Empresarial.

## **5 INSERÇÃO REGIONAL**

O caráter regional da Unifebe está evidenciado no Estatuto da FEBE – mantenedora em seu art. 3º alíneas h e i:

“Art. 3º A Fundação tem por finalidade promover o desenvolvimento de pesquisas e estudos em todos os ramos e níveis do saber, promovendo sua difusão através de cursos permanentes e ocasionais, objetivando a valorização e o bem-estar do homem. Cabe-lhe especificamente:

- h) estender à comunidade regional os benefícios de suas atividades e colaborar no estudo dos problemas que interessam ao bem comum;
- i) estimular a utilização dos recursos da comunidade, tanto humanos como materiais, para a integração comunitária na área de influência da Fundação.”

No Estatuto da Unifebe – mantida a regionalização da Unifebe também pode ser observada em seu art. 9º incisos VI e VII:

“Art. 9º Constituem objetivos específicos da Unifebe:

VI - estimular o conhecimento do mundo presente, privilegiando a realidade nacional e regional, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.”

## **6 A MISSÃO INSTITUCIONAL**

A missão para a qual a Unifebe foi constituída tem a ver com a sua história, com a sua identidade e com os seus fins. Ou seja, a Unifebe é chamada a:

“Atuar no Ensino Superior articulado à Pesquisa e à Extensão, pautado em uma perspectiva humanista e comprometido com o desenvolvimento que promova a qualidade de vida na sociedade”.

Essa missão baseia-se numa visão do ser humano como ser completo, nas suas dimensões biológica, psicológica, sócio-política, profissional e transcendente. Não entendendo o ser humano como ser compartimentado, pretende-se atuar no seu desenvolvimento pleno, integral.

### **6.1 A VISÃO**

Planejar uma instituição de Ensino Superior é pensá-la para o futuro, mas sem perder de vista a sua história. História, presente e futuro são categorias indissociáveis e indispensáveis para se ter uma visão do que poderá ser a Unifebe daqui a cinco ou mais anos. Neste sentido a Unifebe tem a seguinte visão:

“Ser referência em Educação Superior atuando como protagonista na produção do conhecimento voltado para o bem comum”.

## 6.2 OS PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS

A partir da missão, delineiam-se os princípios que regem a Unifebe, formando suas bases de atuação:

- a) formação plena do ser humano;
- b) promoção da cultura, do bem comum e do desenvolvimento social;
- c) construção e socialização do conhecimento;
- d) função social da educação;
- e) dignidade da pessoa humana;
- f) não discriminação;
- g) pluralismo de idéias e de concepções;
- h) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- i) razoabilidade e eqüidade;
- j) gestão democrática e unidade administrativa;
- k) dimensão comunitária;
- l) valorização profissional;
- m) qualidade do ensino.

## 6.3 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

Constituem diretrizes da Unifebe:

- atuar no ensino superior formando profissionais críticos, com conhecimentos e habilidades adequados ao exercício profissional e à capacidade de se manterem continuamente atualizados;

→ desenvolver as diferentes formas de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com vistas à qualidade de vida na sociedade.

### **6.3.1 Diretrizes do Ensino de Graduação**

Um ensino pautado em uma perspectiva humanista, comprometido com o desenvolvimento que promova a qualidade de vida, deve propiciar uma reforma intelectual e moral que supere o espírito de indiferença e que prepare para a vida numa sociedade democrática e pluralista. Neste sentido, a educação deve contribuir para a formação do ser humano em todos os seus aspectos.

O profissional, além da competência técnica para o exercício de suas funções, deve ser um cidadão em plenitude, que compreenda o contexto sóciopolítico e cultural em que está inserido, tendo condições de discuti-lo de forma participativa, ajudando a implementar as mudanças necessárias ao progresso da sociedade e ao bem estar de todos.

Os princípios que regem o ensino na Unifebe constituem o eixo do planejamento das atividades acadêmicas, articuladas à pesquisa e à extensão.

Pretende-se que esta organização do ensino venha consolidar e concretizar a Missão Institucional que está comprometida com as demandas da comunidade de Brusque e região.

A partir dessa perspectiva, o ensino será pautado por diretrizes específicas em consonância com as diretrizes nacionais:

- a) compromisso com uma educação humanística e crítica no desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes na formação integral do homem, com vistas ao exercício de sua cidadania;
- b) garantia da qualificação do ensino por meio da formação continuada e ampliação de sua inserção na comunidade;

- c) condições de trabalho aos cursos de graduação para o desenvolvimento de Projetos Pedagógicos coerentes com a missão, princípios, diretrizes, objetivos institucionais, bem como, com as diretrizes nacionais;
- d) compromisso com a avaliação permanente do ensino de graduação estimulando sua articulação com a avaliação da pós-graduação, da pesquisa, da extensão e gestão universitária;
- e) ampliação da política de expansão das vagas e dos cursos em atendimento às demandas sociais;
- f) desenvolvimento e implementação de atividades de ensino à distância - EAD;
- g) desenvolvimento de políticas de mudança na estruturação e nos procedimentos de gestão acadêmica;
- h) intensificação das ações que visem a qualidade de vida e a melhoria das condições de trabalho da comunidade acadêmica;
- i) fomentar os acadêmicos para serem protagonistas no seu processo de aprendizagem e parceiros dos docentes e demais acadêmicos na busca da formação humana e profissional que se deseja;
- j) compreensão do processo de aprendizagem como eixo fundante do ensino de graduação, objetivando a formação integral do educando, pautada nos quatro pilares do conhecimento;
- k) atuação do professor como mediador pedagógico junto aos acadêmicos, que passa a exigir mais do que apenas a reprodução das informações, por ele, fornecidas em sala de aula;
- l) promoção de ações pedagógicas que sejam mais eficientes e eficazes para colaborar com a aprendizagem de nossos acadêmicos e melhorar a qualidade do ensino de graduação;
- m) integração do processo de ensino e aprendizagem consolidados a partir da iniciação a pesquisa e aos trabalhos científicos acadêmicos;
- n) garantia na prestação de serviços à comunidade pela articulação do ensino com a pesquisa e a extensão.

Em síntese, ao acadêmico compete aprender a desenvolver competências e atitudes que lhes permitam analisar e discutir criticamente o conhecimento e propor soluções para os problemas que hoje se apresentam pela humanidade e o seu entorno, como também tomar decisões com responsabilidade, ética profissional e competência.

### **6.3.2 Diretrizes do Ensino de Pós-Graduação**

As atividades realizadas na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - Proppex da Unifebe buscam o desenvolvimento de estratégias que propiciem melhores condições de atuação profissional. Para que isso se concretize, as diretrizes pedagógicas dos cursos de pós-graduação oferecidos pela instituição permitem que os profissionais nela especializados sejam capazes de compreender a importância dos fatores de qualidade em sua vida profissional e pessoal, assim como, no contexto social em que se integram.

Nesse movimento qualitativo, as ações da pós-graduação constituem uma base de sustentação que se alicerça no ensino de graduação. A parceria solidária entre as modalidades de ensino garante estratégias de desenvolvimento técnico e científico à medida que, permite uma atuação acadêmica e de continuidade dos estudos, articulando seu diálogo com a pesquisa e a extensão, favorecendo a tríplice função universitária.

São diretrizes da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão:

- a) o desenvolvimento do conhecimento científico que esteja relacionado ao exercício profissional;
- b) a busca da excelência e a aproximação da instituição com a comunidade, na oferta de cursos de especialização ou extensão, nos projetos e estudos que identifiquem necessidades regionais, sempre respeitando os princípios da ciência e os avanços da tecnologia;

- c) o engendramento do ensino de forma sistematizada, em níveis diversos, promovendo a criação de grupos de pesquisa;
- d) a valorização da formação acadêmica de seus docentes, entendendo-os como os agentes de auxílio e consolidação da pesquisa, enquanto fator de qualidade e diferencial das instituições de ensino.

### **6.3.3 Diretrizes da Pesquisa**

Compreendemos a pesquisa como o principal instrumento de produção do conhecimento científico. Diante desta perspectiva, a Unifebe vem desencadeando um processo de discussão no sentido de implementar um programa permanente de pesquisa, privilegiando a sala de aula como espaço de questionamentos que podem ser transformados em questões de investigação científica. A relação entre teoria e prática também se constitui em um pressuposto que dá significado à concepção da pesquisa na instituição, pois a relevância do conhecimento está relacionada com seu potencial de transformação e de ação humana.

A pesquisa na Unifebe compreende as seguintes diretrizes:

- a) capacitação e aperfeiçoamento de docentes;
- b) incentivo e orientação para o desenvolvimento da iniciação científica, na forma de engajamento dos discentes em pesquisas;
- c) estimulação para criação de pesquisas produtivas e núcleos institucionais de investigação que visem o atendimento das necessidades regionais;
- d) projetos de pesquisa desenvolvidos a partir da problematização diagnosticada em Brusque e região, nas várias áreas do conhecimento, por professores, acadêmicos e também por outras instituições, em parcerias.

#### **6.3.4 Diretrizes da Extensão**

Compreender a extensão universitária como um fenômeno de atendimento às demandas da sociedade, local e regional, vem ao encontro da missão proposta pela instituição.

Dessa forma, o complexo desafio de atuação da extensão universitária, resulta em um exercício prático e social de qualificação, da aliança entre a instituição e os setores envolvidos nas dinâmicas de humanização, aperfeiçoamento e sustentabilidade da sociedade.

Nesse sentido são diretrizes da extensão:

- a) beneficiar a sociedade externa com a produção e a divulgação do conhecimento priorizando a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- b) realizar projetos e atividades com o apoio dos cursos de graduação possibilitando a participação da comunidade interna e externa;
- c) promover ações integradas que garantam a troca de saberes e envolvimento dos acadêmicos com a sociedade na qual se inserem;
- d) disponibilizar um espaço de vivência, oportunizando a realização de experiências que integrem aspectos educativos, sociais, culturais e artísticos, transcendendo a formação dos acadêmicos na Unifebe.

#### **6.3.5 Diretrizes Administrativas**

Acompanhando a missão institucional, as diretrizes da Administração da Unifebe pautam-se:

- a) na aplicação racional e eficiente dos recursos disponibilizados pela Mantenedora e alocados para o atendimento das atividades de ensino, da pesquisa concebida como iniciação científica e da extensão universitária voltada à comunidade;

- b) no controle do índice de inadimplência pelo pagamento de seus serviços, atuando para manter o equilíbrio necessário entre receita e despesa;
- c) na manutenção das atividades institucionais em pleno e regular funcionamento, buscando atender suas atribuições e competências estatutárias com a alocação dos recursos orçamentários disponíveis;
- d) na execução planejada do orçamento da instituição, objetivando o atendimento das diretrizes administrativas para cada exercício financeiro.

### **6.3.6 Diretrizes da Educação à Distância**

Visando oferecer opções diferenciadas de modalidades de ensino que se ajustem às necessidades dos alunos e usufruindo dos avanços das tecnologias digitais da informação e comunicação os melhores benefícios pedagógicos para o processo de ensino-aprendizagem a Unifebe propõe:

- a) oferecer a modalidade de Educação a Distância dentro dos princípios da legalidade, da seriedade profissional e da modernidade pedagógica apoiadas numa visão humanista;
- b) implantar a cultura da Educação a Distância dentro de um processo gradual e de respeito aos docentes e alunos da instituição;
- c) possibilitar a implantação da modalidade de Educação a Distância nos diversos níveis de ensino oferecidos pela Unifebe desde as oficinas pedagógicas, cursos de extensões, disciplinas semi-presenciais até curso de graduação e especialização;
- d) criar condições de formação continuada aos docentes da Unifebe nas diversas áreas e aspectos inerentes a Educação a Distância como: planejamento, organização, domínio das tecnologias de apoio, de suporte e de produção de material didático, autoria, tutoria, e avaliação;
- e) montar gradualmente espaços pedagógicos com suporte tecnológicos e metodológicos para desenvolvimento de atividades de produção, de capacitação,

de interação, e de participação relacionados à modalidade de Educação a Distância na Unifebe;

- f) estabelecer parcerias e convênios, se necessário for, com outras instituições educacionais que desenvolvam atividades na área de Educação a Distância e que atendam aos princípios e aos critérios de qualidade educacional da Unifebe.

## **7 O PERFIL DOCENTE**

A formação do corpo docente constitui fator decisivo na excelência de suas atividades, no compromisso com o desenvolvimento e ampliações das ações, que são realizadas no contexto do curso.

O ingresso no quadro de carreira se dá de forma transparente e tem por objetivo selecionar os profissionais mais adequados para o exercício do magistério superior. Ocorre, portanto, através de Processo Seletivo composto de análise de titulação, aderência à disciplina e prova didática, sendo o candidato argüido por banca examinadora exclusivamente destinada para esta finalidade.

São requisitos para o exercício do magistério superior, na Unifebe, ser o docente portador de diploma de graduação correspondente a curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, a disciplina indicada ou afim àquela a ser lecionada, além de, possuir, no mínimo, título de especialista, apto ao magistério superior, na área de conhecimento ou afim.

É importante salientar que a Unifebe conta com uma política de incentivo à formação continuada de seus professores, seja em cursos de *Stricto Sensu* (Mestrado ou Doutorado), seja em cursos de *Lato Sensu* (Especialização). Ainda dentro dessa política de Formação Continuada, também existe a prática de fomento à participação de docentes em eventos de natureza científica.

O quadro docente compõe-se de especialistas, mestres e doutores, formados e qualificados em Instituições de Ensino reconhecidas por sua produção acadêmica e autorizadas a funcionar por órgãos competentes do governo federal. Também contamos com professores que atuam no mercado de trabalho,

possibilitando uma integração mais rápida entre a academia e a realidade do mercado.

O perfil do corpo docente da Unifebe reflete a correta aderência da área de atuação com sua formação em níveis gerais, tendo em vista a melhoria na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

## **8 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

### **8.1 A CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CURRÍCULO**

Segundo Veiga (1997, p. 26), o currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. O currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que tem um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive.

Na dimensão político-pedagógica a organização curricular busca a consonância com os seguintes aspectos:

- a) na fundamentação das ações pautadas na perspectiva dos Quatro Pilares da Educação: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender viver juntos e Aprender a ser;
- b) na articulação com as habilidades e competências que os acadêmicos deverão desenvolver de forma processual e apresentar ao final do curso e ter como paralelo, as necessidades oriundas do mercado de trabalho.

O perfil profissiográfico desenvolvido pelos cursos e suas competências devem estar em consonância com as exigências do atual contexto sócio-econômico e do mercado de trabalho. Assim, deve ser observado na organização curricular a integração do gestor nas dimensões social e humana, na dimensão holística, na formação técnica e o caráter empreendedor que se deseja no curso.

Cabe salientar que não são apenas essas dimensões que definem a estruturação curricular, mas também, princípios como: flexibilização, transdisciplinaridade e contextualização.

## 8.2 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO: INSTRUMENTO DE GESTÃO

Projetar, como ensina a raiz latina da palavra, significa “lançar-se para a frente”, orientar, dar direção a uma idéia, a um processo pedagógico intencional alicerçado nas reflexões e ações do presente. Nesta perspectiva, este documento tem a dupla dimensão de ser orientador e condutor do presente e do futuro, porque todo Projeto Pedagógico é voltado para uma ação transformadora, quando entendido que a própria ação pedagógica é uma ação política.

A LDB (Lei 9394/96) institui o Projeto Pedagógico como obrigatoriedade, mas não implantado de forma burocrática e fragmentada, mas sim, como um projeto elaborado de forma participativa e colaborativa, originado no seio da coletividade docente, discente e administrativa que dá uma identidade ao curso. "É a configuração da singularidade e da particularidade da instituição educativa" (VEIGA, 2000, p.187).

Essa elaboração exige uma reflexão acerca da concepção e das finalidades da educação e sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão aprofundada sobre o tipo de indivíduo que queremos formar e de mundo que queremos construir com nossa contribuição.

O processo de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos - PPCs da Unifebe foi desenvolvido através da tentativa de responder a várias questões:

- Qual é a concepção de homem e mundo?
- Qual a concepção de sociedade?
- Qual a concepção de educação?
- Qual a concepção de universidade?
- Qual a concepção de cidadão?

**Projeto Pedagógico Institucional - PPI**

- Qual a concepção de profissional?
- Qual a concepção de conhecimento?
- Qual a concepção de currículo?
- Qual é a relação teoria e prática?

Estes questionamentos e suas respectivas reflexões são compreendidos como processo, estão em contínua construção, avaliação, re-elaboração. Portanto, ao constituir em processo democrático de decisões, o Projeto Pedagógico nos cursos de graduação da Unifebe representa a possibilidade organizada de explicitar os anseios da comunidade acadêmica na busca de alternativas viáveis, por meio do encadeamento de ações educativas e a organização do trabalho pedagógico. Este processo ocorre mediante a análise da dinâmica de cada curso.

Ao buscar um rumo, uma direção, o Projeto Pedagógico na sua globalidade tem explicitado um compromisso coletivo, filtrando e unindo, os interesses particulares e coletivos da comunidade acadêmica.

Cabe considerar ainda que esse movimento coletivo é expresso cotidianamente nas práticas, nas relações dos sujeitos no ambiente institucional. Este contempla a diversidade de valores culturais, sociais, políticos e econômicos. Esta diversidade de valores é diagnosticada no interior de nossa instituição por meio da Avaliação Institucional, das reuniões de colegiado, da Formação Continuada, entre outros, permitindo-nos, assim, a reflexão sobre este contexto, o resgate destas experiências e a identificação de novos caminhos alternativos.

O Projeto Pedagógico de Curso é mais do que a necessidade de responder a uma solicitação formal-burocrática. É a reflexão e a contínua expressão de nossas idéias sobre a educação superior, sobre a universidade e sua função social, sobre o curso, sobre o ensino, sobre a pesquisa e sua relação com o ensino, sobre a extensão e sua relação com o currículo, sobre a relação teoria e prática.

Assim, o Projeto Pedagógico é construído no contexto de uma realidade complexa e sua estruturação revela as características das inter-relações existentes na instituição, nos cursos, no sistema educacional superior e no contexto social do

qual faz parte. As possibilidades e os limites do Projeto Pedagógico passam por questões do contexto externo e da natureza interna da instituição.

Como forma de melhorar este diálogo nos diferentes cursos de graduação da Unifebe, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, em parceria com a Assessoria de Desenvolvimento e com a Assessoria de Educação a Distância construiu uma sistemática de acesso da comunidade acadêmica tendo como ferramenta de gerenciamento a Plataforma Claroline, ou seja, o Ambiente Virtual de Aprendizagem. Esse trabalho possibilitará a todos coordenadores, docentes, acadêmicos e técnico-administrativos, além da troca de experiências e comunicação intra-curso, a atualização desse projeto que é dinâmico, processual.

### 8.3 PERFIL DO EGRESSO

Na formação dos graduandos do Centro Universitário de Brusque, consideramos fundamental que a estrutura curricular possa assegurar o conteúdo específico mínimo de habilidades e competências que caracteriza um profissional da área, através de disciplinas e outras atividades curriculares formais. De acordo com a missão da instituição o objetivo não é somente se restringir a isto, mas sim oportunizar aos graduandos um processo constante de aprimoramento formativo de verdadeiros cidadãos, capazes de responder aos constantes desafios impostos pela sociedade contemporânea, em consonância com as Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo MEC.

Até o presente momento, a Unifebe tem realizado algumas tentativas voltadas ao trabalho com egressos. Algumas iniciativas foram empreendidas, mas devido ao pouco retorno dos questionários de pesquisa, não geraram informações relevantes para uma avaliação do perfil do egresso. Tais informações são de extrema relevância para que a instituição possa avaliar o impacto do seu trabalho formativo na formação humana e profissional dos seus acadêmicos, bem como para saber até que ponto está, realmente, colaborando no desenvolvimento regional através de uma formação de qualidade.

Conscientes dessa necessidade e da pouca ênfase dada até aqui a esse item, a Unifebe pretende desenvolver uma política permanente de acompanhamento do seu egresso, visando não só à avaliação da qualidade de sua formação, mas ao suprimento de suas necessidades de formação continuada.

Abaixo, relacionamos algumas das ações a serem propostas na busca de viabilizar a construção do perfil do egresso do Centro Universitário de Brusque:

- a) encaminhar via e-mail um questionário para todos os egressos, numa pesquisa acerca da sua atividade profissional, da importância da sua formação acadêmica para o seu desempenho profissional e das necessidades de formação continuada;
- b) a partir das respostas, organizar atividades de integração e formação por área, visando trazer o egresso de volta à instituição e manter um contato constante com o mesmo;
- c) convidar oficialmente a todos para participarem das semanas de cursos, como forma de formação continuada;
- d) organizar anualmente eventos de integração e formação continuada, em que alguns egressos sejam convidados a dar depoimento sobre sua experiência formativa e profissional;
- e) organizar cursos de pós-graduação que visem à satisfação das necessidades formativas levantadas na pesquisa;
- f) fazer do acompanhamento do egresso um item permanente da política de avaliação e desenvolvimento institucional;
- g) editar semestralmente um periódico de distribuição gratuita ("Jornal do Egresso"), relatando e apresentando histórias e experiências dos egressos da instituição.

Constantemente a Unifebe convida seus egressos para participarem de eventos institucionais, tais como: a Formação Continuada, Eventos de Extensão, Encontros de Planejamento Institucional, Semanas de Cursos, dentre outros. Participando dos eventos institucionais os egressos podem contribuir com a

instituição ao mesmo tempo em que revelam como estão inseridos no mercado de trabalho e de que forma a Unifebe contribuiu para a sua formação integral.

#### 8.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

As profundas transformações no mundo do trabalho e o intenso desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas vêm provocando novas demandas para a produção e gestão do conhecimento e para o exercício das profissões, desafiando as IES a repensarem o seu processo formador. Neste sentido o estágio é compreendido como atividade essencialmente pedagógica, capaz de estimular o conhecimento crítico e criativo da realidade social, e a sensibilização dos estudantes para o atendimento das necessidades sociais a partir do respeito aos valores éticos que devem orientar a prática profissional.

A Unifebe entende o Estágio como as atividades programadas, orientadas e avaliadas que proporcionam ao acadêmico, aprendizagem social, profissional ou cultural, através da sua participação em atividades de trabalho em seu meio, vinculadas à sua área de formação acadêmico-profissional. Os objetivos dos Estágios Curriculares da Unifebe são:

- compreender conceitualmente o estágio curricular como experiência intensa de inserção no campo profissional, mediante a articulação dos saberes teóricos e práticos;
- vivenciar o processo numa perspectiva interdisciplinar, como importante ação articuladora entre ensino, pesquisa e extensão;
- desenvolver as competências, habilidades e atitudes em situações de aprendizagem, mediadas entre a Instituição de Ensino e o campo de estágio;
- garantir a vinculação orgânica entre a Instituição Formadora e os demais campos, assegurando a participação de todos e resguardando nesta relação, a autonomia de cada partícipe;

- servir de apoio pedagógico para o questionamento, reavaliação e reestruturação curricular dos cursos mediante a relação teoria e prática.

Os Estágios Curriculares classificam-se em:

- obrigatórios;
- não-obrigatórios.

O Estágio Curricular obrigatório se vincula diretamente à disciplina ou disciplinas do currículo pleno do respectivo curso de graduação.

O Estágio Curricular não-obrigatório se constitui em atividade complementar à formação acadêmico-profissional do aluno, realizada por livre escolha do mesmo, com o acompanhamento da Unifebe.

Os Estágios Curriculares Obrigatórios serão normatizados por regulamento próprio, elaborado pelo colegiado do curso, juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino e em consonância com as normas estabelecidas no regulamento geral do Centro Universitário de Brusque. Os regulamentos elaborados no âmbito de cada curso tratarão exclusivamente do Estágio Curricular obrigatório.

## 8.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

No Regulamento Geral da Unifebe sobre a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso – TCC” é compreendida como atividade curricular obrigatória nos Cursos de Graduação do Centro Universitário de Brusque - Unifebe. A disciplina TCC consiste na elaboração de trabalho final de graduação, abordando temas relacionados às disciplinas profissionalizantes do Curso, a ser elaborado pelo acadêmico em forma de monografia, sob a orientação de um professor e aprovado por uma Banca Examinadora. Atendidas as diretrizes deste Regulamento, cada Curso, se preferir, poderá elaborar o seu próprio regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso em função de suas características e especificidades próprias.

Em cada semestre em que a disciplina TCC for oferecida, o acadêmico será avaliado e receberá uma nota, observadas as normas da Instituição quanto à nota mínima para aprovação.

O TCC além da finalidade regimental de integralizar o currículo pleno do Curso, tem como objetivos gerais:

- dinamizar as atividades acadêmicas;
- estimular a iniciação científica;
- desenvolver atividades de pesquisa e extensão;
- demonstrar a habilidade adquirida durante o curso;
- aprimorar a capacidade de interpretação e crítica bibliográfica.

É pré-requisito para matrícula no TCC estar o acadêmico aprovado na disciplina Metodologia do Trabalho Acadêmico ou outra equivalente.

Durante o período de freqüência à disciplina TCC, o acadêmico deverá atender ao seguinte:

- comparecer às reuniões convocadas pelo coordenador e/ou pelo professor orientador do TCC;
- manter contato com o professor orientador de acordo com o estabelecido através de cronograma ajustado previamente;
- justificar eventuais faltas;
- entregar relatório mensal de atividades ao Coordenador do TCC;
- proceder, quando exigido, à defesa pública do seu trabalho monográfico, perante Banca Examinadora, conforme calendário fixado pelo Coordenador do TCC.

As atividades do TCC serão coordenadas, preferencialmente, por um professor do respectivo Curso, portador do título de, no mínimo especialista.

## 8.6 PLANO DE ENSINO

A Instrução Normativa Proeng nº 03/07, de 27 de março de 2007 estabelece normas para elaboração dos Planos de Ensino. O Plano de Ensino constitui-se no documento que contempla a organização da ação docente frente ao planejamento no Projeto Pedagógico do curso e legitima o compromisso docente com o processo de aprendizagem dos acadêmicos. Aos docentes compete elaborar os Planos de Ensino das disciplinas dos Cursos de Graduação e Seqüenciais mediante a avaliação dos respectivos coordenadores de curso. No plano de ensino deverão constar os dados de identificação do curso, missão institucional, missão do curso, perfil profissiográfico, ementa, objetivos gerais e específicos, conteúdo, metodologia, instrumentos e critérios de avaliação, referências básicas e complementares, conforme modelo em vigência, adotado pela Instituição.

A nomenclatura das disciplinas, sua carga horária e ementas estão disponibilizadas na home page, na Graduação. Cabe ao professor digitar e incluir seu Plano de Ensino na Central do Professor, utilizando a senha fornecida pela Secretaria Acadêmica, sendo responsabilidade do coordenador de curso avaliar e posteriormente autorizar a publicação do documento na Central do Professor para consulta dos acadêmicos através da Central do Aluno.

O plano de ensino deverá estar disponibilizado na Central do Aluno no primeiro dia de aula da respectiva disciplina. O professor deverá entregar até o primeiro dia de aula de cada disciplina uma cópia do Plano de Ensino na Secretaria Acadêmica.

## 8.7 MODALIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Na Unifebe o ensino de graduação vem sendo organizado na modalidade presencial, no entanto, alguns professores já vêm colocando em prática a modalidade não-presencial. A modalidade presencial caracteriza-se pela frequência

mínima de 75% das aulas. Por semi-presencial, entende-se a modalidade presencial que permite a organização de até 20% do currículo sendo ministrado a distância<sup>6</sup>.

A Unifebe vem discutindo junto aos docentes, pró-reitores, reitoria e demais setores a necessidade da modalidade a distância que segue a política de EAD, cujas diretrizes definem um percentual de 20% das disciplinas de um curso na modalidade semi-presencial.

Para por esta modalidade em prática necessariamente utiliza-se de um ambiente virtual de aprendizagem, que atualmente é a Plataforma Claroline, tendo como objetivo criar uma cultura de utilização das tecnologias da informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem.

## 8.8 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais são consideradas atividades complementares, executadas durante o curso, com enfoque científico-cultural. São consideradas atividades AACC:

- participação em eventos Científicos, como Congressos, Jornadas, Encontros, cabendo apresentar certificado comprobatório;
- participação em eventos Culturais, cabendo apresentar certificado comprobatório;
- cursos em Semanas Acadêmicas e todos Cursos de extensão, cabendo apresentar certificado comprobatório;
- arbitragem em competições, cabendo apresentar certificado comprobatório.

Os acadêmicos recebem certificados para a comprovação das atividades AACC devidamente preenchidos conforme o regulamento. Desta forma, deverão cumprir ao final do Curso um total de 200 horas/aula, de cursos e eventos considerados científicos e/ou culturais, também são válidos Eventos e/ou Cursos realizados num período até 5 anos retroativo a entrada do Acadêmico no Curso da

---

<sup>6</sup> Portaria nº 4059/2004 do Ministério da Educação e Cultura.

Unifebe. Todo acadêmico que tiver efetuado AACC antes de entrar no Curso poderá abater até 50% das horas totais exigidas, ou seja, 100 horas, devendo cumprir às 100 horas restantes no decorrer de sua formação específica.

## 8.9 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Prática como Componente Curricular constitui espaço significativo para que acadêmicos e docentes vivenciem de forma indissociada, atividades teórico práticas, na medida em que articulam conceitos com a realidade dos diferentes espaços educativos que compõem o sistema educacional local e global. Nesta perspectiva, desenvolver a prática como componente curricular não implica necessariamente a inserção física dos acadêmicos e docentes no campo de trabalho. A inserção acontece à medida que se explora a complexidade que envolve os cotidianos escolares, desde os materiais didáticos até as políticas públicas que regem a educação básica, por exemplo. É uma dinâmica em que alunos e professores partem das vivências para a teorização e da teorização para as vivências.

A reflexão sobre os contextos escolares promove ao licenciado, olhares sobre políticas e práticas pedagógicas concretas. Desta forma, a Prática como Componente Curricular traz em sua essência o vínculo com a educação básica, também desafia e possibilita o docente a rever a forma de organizar a própria disciplina enfocando prioritariamente a aprendizagem, considerando que os acadêmicos são sujeitos aprendentes.

Problematizar e analisar contextos no campo de atuação exige dos professores, além do domínio conceitual específico, diálogo constante com outros campos do conhecimento que constituem a matriz curricular do curso, possibilitando ações interdisciplinares, assim como uma proximidade com estudos que giram em torno da formação dos professores.

Com relação ao plano de ensino, a Prática como Componente Curricular não será tratada como uma unidade distinta. Ela aparecerá inserida nas próprias

unidades já elencadas, porque ela é elemento constitutivo da abordagem dos conceitos.

São horas extra-curriculares, incluídas na carga horária da disciplina, porém, específicas para aplicação prática do conteúdo desenvolvido e que tem por objetivos promover:

- a articulação das dimensões teóricas e práticas;
- a valorização do conhecimento advindo da experiência;
- uma formação acadêmica ampla e interdisciplinar.

A Prática como Componente Curricular será desenvolvida com ênfase em procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro das observações realizadas e a resolução de situações-problema. Para dinamizar as atividades poderão ser utilizadas as tecnologias da informação, incluindo o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas, situações simuladoras e estudos de casos.

Caberá aos professores de cada disciplina orientar a Prática como Componente Curricular sob a coordenação do Coordenador do Curso. Quando a PCC for realizada de forma interdisciplinar deverá ser nomeado, pelos professores que as prescreveram, um Professor Monitor que terá a incumbência de realizar a articulação entre os mesmos. Já o Coordenador do Curso, juntamente com os professores das disciplinas, deverão promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

É de Competência do Coordenador das Atividades Práticas:

- apresentar o Regulamento das Atividades Práticas dos Currículos dos Cursos de Licenciaturas, aprovado pela Resolução CAS nº 21/03, de 08 de outubro de 2003, aos alunos e professores do curso;
- supervisionar, de forma global, as Atividades Práticas de acordo com o regulamento supra citado;

→ acompanhar os professores e alunos na elaboração dos projetos e no desenvolvimento das Atividades Práticas.

Aos professores das disciplinas compete:

- prescrever as Atividades Práticas relacionadas as suas disciplinas;
- orientar os alunos na execução das Atividades Práticas;
- avaliar e atribuir notas as Atividades Práticas relacionadas as suas disciplinas;
- lançar no Diário de Classe da disciplina, de forma discriminada, a nota das Atividades Práticas relacionadas com suas disciplinas.

Aos alunos cabe cumprir as Atividades Práticas prescritas pelo professores dentro dos prazos estipulados e quando necessário buscar, junto aos professores, orientações sobre as atividades a serem desenvolvidas.

Será necessário um total de 400 horas de atividades práticas como componente curricular, sendo que cada curso organizará a disposição destas horas em seu regulamento próprio.

Na elaboração do Projeto e Relatório da PCC necessariamente deve conter: planejamento, execução, avaliação, análise e reflexão. Todo acadêmico deverá, obrigatoriamente, participar da PCC, cabendo a avaliação e aprovação destas horas conforme estabelecido em regulamento próprio.

## 8.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINAR E DE APRENDER

Na implementação da prática pedagógica atual, temos como pressuposto de que a Avaliação do Desempenho deva funcionar de modo que possibilite ao acadêmico acompanhar seu processo de aprendizagem, percebendo com clareza onde está progredindo e em quais aspectos encontram-se estacionado, sobretudo, evidenciando em que direção pode, e deve avançar.

Isso significa que o aluno se torne mais consciente do processo de aprendizagem e de como controlá-lo, avaliando e reconhecendo suas possibilidades e dificuldades na resolução de um problema. A efetivação desse modo de agir, caminha em direção a avaliação formativa.

Nessa lógica, a avaliação constitui-se como um processo contínuo que é realizado a cada uma das atividades acadêmicas a partir das características concretas que cada uma possui; de cada situação; de cada proposta.

No processo avaliativo formativo, desde o início da aprendizagem o professor observará e registrará as suas impressões, orientando e indicando ajustes e possibilidades de melhoria do trabalho que os alunos desenvolvem, mas não realiza um registro de notas. É difícil estabelecer uma média de aprendizagem e verificar com certeza que habilidades e domínios de aprendizagem foram empregados pelos alunos. A avaliação, nesse caso, é determinada pelo conjunto do trabalho e não pela soma das partes (ROMANOWSKI, *et all*, 2003, p.127).

Portanto, para que a avaliação seja formativa de fato, deve favorecer ao acadêmico ter uma consciência clara de si mesmo frente ao seu processo de aprendizagem. É necessário que o aluno, com a ajuda do professor ao avaliá-lo, tenha clareza de suas próprias dificuldades e de seus recursos, ou seja, que possa conhecer-se.

Outro aspecto relevante é que numa concepção formativa da avaliação não se trata apenas de avaliar o nível de aprendizagem dos acadêmicos. O professor deve avaliar, também, o próprio processo de ensino e a atividade de que realiza em aula. A partir desse novo paradigma de avaliação, novas ações metodológicas passam a ser empreendidas na prática pedagógica e, conseqüentemente, no processo avaliativo. Desse modo, faz-se necessário ter clareza quanto às concepções e práticas avaliativas presentes no contexto pedagógico dos cursos, ou seja:

- a) o que significa avaliar?
- b) o que avaliar?
- c) como avaliar?
- d) que instrumentos e critérios de avaliação selecionar?

No ano de 2003, a transformação de Centro de Ensino Superior para Centro Universitário exigiu a construção coletiva de um novo Regimento e Estatuto para a Instituição, adequado à legislação no que se refere ao Centro Universitário. A partir desse momento, a Unifebe sofreu alterações significativas em seu contexto político, administrativo e pedagógico.

Essas transformações estão fundamentadas na concepção da Avaliação Formativa cujas diretrizes encontram-se presentes no Regimento da Unifebe.

Alicerçado na legislação nacional (LDB 9394/93) e institucional (Regimento), cada colegiado de curso construiu o seu Contrato Didático.

Esse documento tem por objetivo orientar o processo avaliativo do curso, no qual constam os aspectos essenciais para a realização de um processo avaliativo justo e coerente pautado nas tendências e abordagens teóricas atuais sobre a avaliação da aprendizagem, bem como na Missão Institucional.

### **8.10.1 O contrato didático do curso**

O contrato didático estabelece e explicita a proposta pedagógica, principalmente quanto ao ensino e avaliação. Portanto, objetiva consensuar e esclarecer como se darão as regras do “jogo”, buscando a transparência da prática docente no processo de ensino - aprendizagem.

Nesse sentido, o colegiado do curso, resolve explicitar suas ações quanto a avaliação no seguinte tocante:

*a) Quanto aos procedimentos de avaliação:*

- cabe ao docente, a partir da observação sistemática do educando e da aplicação de instrumentos avaliativos adequados, a atribuição de notas;
- a avaliação do acadêmico será expresso numa escala de notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com uma casa decimal, e deverá ser registrado no diário de classe e entregue a coordenação de curso ao final da disciplina;
- a nota final, resultante da média dos diferentes instrumentos de avaliação, deverá ser igual ou superior a 6,0 (seis);
- os procedimentos de avaliação devem estar coerentes com a missão, perfil e objetivos pretendidos na formação do acadêmico;
- a avaliação do processo ensino-aprendizagem deve permitir o uso de diferentes instrumentos de avaliação, ficando a critério do professor eleger o instrumento que melhor se aplique a avaliação.

*b) Quanto aos instrumentos de avaliação usados pelo curso:*

O ser humano na sua busca pelo aprender, se utiliza de meios próprios de percepção, que poderiam ser a capacidade de abstração, memória, imaginação, sentimento, percepção sensorial e categorial, e outros. Assim sendo, os professores devem também se utilizar de instrumentos variados que possibilitem despertar no aluno seus meios de percepção. Abaixo relaciona-se alguns instrumentos de avaliação que podem ser utilizados.

- estudo de caso;
- prova operatória;
- relatório;
- seminário;
- implementação computacional.

*c) Quanto aos critérios de avaliação:*

Os critérios de avaliação deverão estar claros no plano de ensino, como também estarem em sintonia com os objetivos da aprendizagem de cada conteúdo programático da disciplina. Descreve-se abaixo alguns critérios utilizados:

- frequência e / ou participação;
- domínio do conhecimento prático/teórico;
- raciocínio lógico;
- habilidade de negociação;
- uso de conceitos teóricos na solução de problemas;
- habilidade de relacionamento interpessoal.

*d) Quanto à devolutiva do resultado da avaliação:*

O resultado da avaliação deverá ser socializado com os acadêmicos num prazo máximo de 15 (quinze) dias após a aplicação do instrumento de avaliação. Pondera-se aqui a importância deste momento para reflexão dos resultados obtidos, tanto pelo aluno, quanto também pelo professor.

Entende-se que este documento deva sempre expressar a realidade do presente momento, devendo sempre estar em discussão pelo corpo docente, promovida pelo coordenador do curso, para que este retrate a realidade da prática de ensino aprendizagem do curso.

## 8.11 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS

O Projeto Pedagógico de Curso - PPC é compreendido como um documento oficial e neste sentido precisa ser avaliado constantemente. É um documento norteador das concepções e ações do curso, e implica numa sistemática de

atualização e avaliação a fim de observar se os objetivos e ações planejadas estão de fato acontecendo no dia a dia do curso.

Neste viés criou-se um documento com o objetivo de realizar a avaliação qualitativa do Projeto Pedagógico de Curso, fundamentado nas dimensões e categorias de análise exigidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Este documento tem como propósito contribuir para a reformulação e o enriquecimento do projeto pedagógico inicial, mediante a utilização da avaliação como uma prática contínua e permanente, contribuindo assim para a melhoria da qualidade dos cursos e da instituição.

A avaliação qualitativa do Projeto Pedagógico de Curso visa analisar a consistência e coerência das práticas descritas em relação à missão, os princípios e as diretrizes da Unifebe e do respectivo Curso. Sua elaboração e utilização têm o propósito de favorecer a identificação dos aspectos que reforçam o Curso e aqueles que concorrem para a identidade do Curso e constituem seu diferencial, assim como busca apontar os aspectos que, em razão de insuficiências constatadas, merecerão atenção na reconstrução do Projeto Pedagógico de Curso a cada ano.

## 8.12 SECRETARIA ACADÊMICA

A Secretaria Acadêmica tem por objetivo planejar, organizar, supervisionar e controlar a vida acadêmica de todos os alunos dos cursos de graduação. Seu horário de funcionamento é de 2ª a 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h às 22h.

É um órgão diretamente subordinado a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e é dirigida por uma Secretária Acadêmica.

São responsabilidades da Secretaria Acadêmica: organizar, coordenar e controlar as atividades relativas ao registro do corpo discente, compreendendo reserva de vaga, matrículas, controles acadêmicos, transferências, notas, requerimentos, documentos solicitados pelos alunos, protocolo, processo de registro de diplomas e certificados, entre outros.

### 8.13 SECRETARIA DAS COORDENAÇÕES

A Secretaria das Coordenações destina-se a assessoria e ao apoio às coordenações de curso e, supletivamente, à Pró-Reitoria de Graduação.

Compete a Secretaria das Coordenações:

- a) auxiliar administrativamente os coordenadores dos cursos de graduação;
- b) organizar e manter os murais e os arquivos de documentos referentes ao setor;
- c) fazer comunicações aos acadêmicos por solicitação dos coordenadores;
- d) digitar e expedir correspondências dos setor;
- e) auxiliar o coordenador na elaboração do horário dos cursos;
- f) receber e efetuar chamadas telefônicas, requisitar material de escritório e fazer registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas;
- g) organizar materiais e espaços necessários para as reuniões com professores, Bancas de TCC e Seminários de Estágios;
- h) reproduzir materiais para os professores dos cursos, por solicitação e orientação dos coordenadores;
- i) executar outros trabalhos afins necessários ao setor e à Instituição.

### 9 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo com o Estatuto da Unifebe, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – Proppex é um órgão executivo que coordena os processos de definição, implantação e acompanhamento das políticas e das atividades de pós-graduação, pesquisa e extensão da Unifebe. A Proppex, em consonância com a missão e a visão da Unifebe, coordena ações que contribuam com a formação integral dos acadêmicos, com uma Educação Superior de qualidade.

A Unifebe busca constantemente aprimorar e ampliar suas atividades de pós-graduação, pesquisa e extensão, implementadas com o princípio de articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, de forma ativa e integrada com a sociedade.

## 9.1 PÓS-GRADUAÇÃO

Os Cursos de Pós-Graduação são elaborados de acordo as diretrizes da Resolução 001/2001 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e o Regulamento da Pós-Graduação da Unifebe, aprovado pela Resolução CA nº 26/07, de 04/07/07. Salienta-se que o Regulamento da Pós-Graduação da Unifebe como marco regulatório de políticas, procura se adequar às necessidades institucionais, locais e regionais, portanto, um documento em constante atualização.

A relevância dada à formação integral na Unifebe predispõe a consolidação da cultura da pós-graduação como uma continuidade do Ensino de Graduação. A orientação e o estímulo aos acadêmicos ao longo do curso de graduação sobre a necessidade da formação continuada, por meio de Cursos de Pós-Graduação, é uma diretriz de todas as coordenações e docentes dos cursos de graduação. Os projetos pedagógicos dos cursos da Unifebe contemplam a formação continuada, por meio da oferta de Cursos de Pós-Graduação aos seus egressos e à comunidade em geral.

A Unifebe oferece Cursos de Especialização (*Lato Sensu*) que agregam estratégias e políticas, capazes de propiciar melhores condições de formação e atuação profissional em diferentes setores da sociedade. Portanto, as diretrizes pedagógicas dos cursos oferecidos permitem que os profissionais nela especializados sejam capazes de compreender a importância dos fatores de qualidade, em sua vida profissional e pessoal, assim como no contexto sócio-político em que se integram e conseqüentemente, nele intervêm.

A principal diretriz dos cursos de pós-graduação na Unifebe é que estes devem ser compreendidos como formação continuada, possibilitando a atualização

e o aperfeiçoamento para a atuação, interferência e inovação nas empresas e demais organizações, abrindo novas possibilidades e avanços profissionais, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento sócio-econômico regional (Habilitação Mercado de Trabalho). Além disso, os Cursos de Pós-Graduação (*lato sensu*) também preparam profissionais para a docência no ensino superior, renovando o quadro docente das Escolas e das IES (Habilitação Formação para o Magistério Superior).

Os cursos de pós-graduação da Unifebe têm como base de sustentação o Ensino de Graduação, à medida que buscam verificar as necessidades dos acadêmicos egressos e a continuidade na sua formação acadêmica. Busca-se constantemente verificar as demandas locais e regionais, ofertando cursos para a comunidade em geral.

A relevância dada à dimensão de educar contempla a cultura de que a pós-graduação é uma forma de continuidade do ensino de graduação. Estima-se que a melhor forma de garantir tal movimento é a conscientização dos acadêmicos desde o início do curso de graduação.

### 9.1.1 A Pós-Graduação na Unifebe

O quadro a seguir, apresenta um resumo dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, no período de 2003 a 2007.

| Curso   | Carga Horária | Coordenador          | Início dos Créditos | Final dos Créditos | Nº. Inicial de alunos | Nº. Final de alunos |
|---|---------------|----------------------|---------------------|--------------------|-----------------------|---------------------|
| Gestão Estratégica de Organizações                  | 450 h/a       | João Batista Adami   | Mai/2002            | Jul/2003           | 34                    | 27                  |
| Direito Processual Civil                            | 450 h/a       | Rodrigo José Leal    | Set/2002            | Nov/2003           | 26                    | 17                  |
| Gestão Estratégica de Empresas I                    | 450 h/a       | João Batista Adami   | Abr/2003            | Jul/2004           | 31                    | 27                  |
| Engenharia de Processos Industriais I               | 360 h/a       | André Luiz A. Bastos | Ago/2003            | Set/2004           | 45                    | 44                  |
| Formação para o Magistério Superior (complemento do | 90 h/a        | André Luiz A. Bastos | Out/2004            | Dez/2004           | 22                    | 22                  |

| Curso   | Carga Horária       | Coordenador                | Início dos Créditos | Final dos Créditos | Nº. Inicial de alunos | Nº. Final de alunos |
|---|---------------------|----------------------------|---------------------|--------------------|-----------------------|---------------------|
| Curso Engenharia de Processos Industriais I)  |                     |                            |                     |                    |                       |                     |
| História – Um Tema Contemporâneo, A Intolerância na Sociedade Latino Americana              | 450 h/a             | Marlus Niebuhr             | Abr/2004            | Jul/2005           | 33                    | 30                  |
| Engenharia de Processos Industriais II  | 360 h/a             | André Luiz A. Bastos       | Set/2004            | Set/2004           | 20                    | 18                  |
| Controladoria   | 360 h/a             | Tarcisio P. da Silva       | Mar/2005            | Jun/2006           | 32                    | 29                  |
| Gestão Estratégica de Empresas II   | 450 h/a             | João Batista Adami         | Abr/2005            | Jun/2006           | 32                    | 30                  |
| Direito Constitucional  | 360 h/a             | Rodrigo José Leal          | Mar/2006            | Dez/2007           | 36                    | 22                  |
| Teorias e Práticas Pedagógicas em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental | 450 h/a             | João Derli de Souza Santos | Jun/2006            | Ago/2007           | 35                    | 26                  |
| Gestão Contábil e Tributária – Turma I  | 360 h/a             | Alessandro Fazzino         | Set/2006            | Nov/2007           | 25                    | 23                  |
| Formação para o Magistério Superior – Turma I   | 90 h/a + Monografia | Propex                     | Set/2006            | Ago/2007           | 38                    | 37                  |
| Formação para o Magistério Superior Turma II  | 90 h/a + Monografia | Propex                     | Set/2007            | Previsão Ago/2008  | 32                    | -                   |
| Gestão Contábil e Tributária Turma II   | 360 h/a             | Alessandro Fazzino         | Set/2007            | Previsão Nov/2008  | 21                    | -                   |

FONTE: PROPPEX - DEZ/2007

No ano de 2007 foram aprovados pelos Conselhos Universitário e Administrativo, os cursos a seguir relacionados e com previsão de início para 2008.

| Curso   |
|---|
| Formação para o Magistério Superior – Turma III   |
| Gestão Estratégica de Empresas (Turma III - Brusque)                                      |
| Teorias e Práticas Pedagógicas em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental |

| Curso  |
|--|
| Atividade Física e Saúde                               |
| Direito Processual Civil (Turma III)                   |
| Direito Penal  |
| MBA em Gestão de Marketing                             |
| MBA em Gestão de Pessoas                               |
| Tecnologia da Informação na Gestão Empresarial Moderna |

FONTE: PROPPEX - DEZ/2007

## 9.2 PESQUISA

De acordo com o Regulamento da Pesquisa da Unifebe, aprovado pela Resolução CA nº 12/07, de 18/07/07, a pesquisa na Unifebe tem compromisso com a iniciação científica, articulada ao ensino e extensão. A iniciação científica é compreendida como um instrumento que permite iniciar os acadêmicos dos cursos de graduação e seqüencial na pesquisa científica, além disso, permite constante atualização dos docentes orientadores e demais envolvidos.

Salienta-se que o Regulamento da Pesquisa da Unifebe como marco regulatório de políticas, procura se adequar às necessidades institucionais, locais e regionais, portanto, um documento em constante atualização.

Os projetos de iniciação científica têm como diretriz geral, focar demandas, temáticas e interesses locais, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico de Brusque e região, nas áreas do conhecimento em que a Unifebe atua.

Com base nessa diretriz defende-se um trabalho pedagógico onde se concebe o ensino, não meramente como transmissão do conhecimento acumulado, mas sim, como um importante agente de promoção das capacidades criativa e inventiva, de descobrir o novo. Assim, assume-se a pesquisa como uma ação fundamental à qualificação do ensino, configurando-se como uma atividade que busca contribuir com o processo de aprendizagem dos acadêmicos.

É importante esclarecer que a Unifebe tem como fonte de recursos as mensalidades pagas pelos acadêmicos, e a principal fonte para o desenvolvimento de pesquisas são os recursos oriundos do Artigo 170 da Constituição Estadual. Diante deste contexto, faz-se necessário captar recursos em Editais de Agências de estímulo à Pesquisa. Todavia, para participar destes Editais é necessário analisar as exigências dos Editais e verificar se estas exigências coincidem com os objetivos e as possibilidades legais da FEBE – Fundação Educacional de Brusque (mantenedora da Unifebe) e do Centro Universitário de Brusque – Unifebe (mantido pela FEBE). Além disso, avaliar a possibilidade de contrapartida da FEBE/Unifebe e a adequação das linhas de pesquisa do Edital às possibilidades e os interesses dos Cursos de Graduação.

Considera-se o espaço de sala de aula, como um espaço de produção de iniciação à pesquisa, voltando-se para os interesses da sociedade, suas carências e problemas, e então, se estimula a extensão. Dessa forma, busca-se cumprir o movimento de articulação do ensino, pesquisa e extensão previsto na missão da Unifebe.

### **9.2.1 A Pesquisa na Unifebe**

Os projetos de pesquisa são desenvolvidos por professores e acadêmicos, a partir das demandas diagnosticadas em Brusque e região, nas áreas do conhecimento em que a Unifebe atua. Os projetos devem atender à evolução da ciência, da tecnologia e da inovação, articulando o ensino, pesquisa e extensão.

Destaca-se o fomento da iniciação científica com recursos oriundos do Artigo 170, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e projetos de pesquisa externos, em que a instituição estabelece convênios com instituições de auxílio à pesquisa, como a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Entre os anos de 2002 a 2007 a Proppex, coordenou a realização de um número significativo de projetos de pesquisa, que indicam uma intenção de maior envolvimento da comunidade acadêmica em tal atividade, conforme apresentado nos quadros a seguir.

| <b>Projetos de Iniciação Científica – Edital Artigo 170 (2002-2007)</b> |   |                                 |                                |
|---|---|---------------------------------|--------------------------------|
| <b>Ano / Nº</b>   | <b>Título do Projeto</b>  | <b>Orientador</b>               | <b>Orientando</b>              |
| 2002/1  | A Participação da criança com Síndrome de Down no Instituto de Educação Santa Inês: Inclusão ou Exclusão?   | Maria Lúcia Lorenzetti          | Marisete Looz                  |
| 2002/2  | Margens da História   | Eleudemar Ferreira Rodrigues    | Leanara Popenga                |
| 2002/3  | O Conceito de Ser Humano em Karl Marx: Sua Relevância na Contemporaneidade  | Nivaldo Alves de Souza          | Marcos Antônio Beal            |
| 2002/4  | Patrimônio Arquitetônico Religioso da Cidade de Nova Trento (Santa Catarina/Brasil)   | Marlus Niebuhr                  | Renata Montagnoli              |
| 2002/5  | Centenário de Brusque – 1860 A 1960 A História que a História não Contou  | Marlus Niebuhr                  | Karina Santos Vieira           |
| 2002/6  | Uma Investigação Sobre o Ensino da Metalinguagem: A Ortografia  | Otília L. de O. Martins Heinig  | Kelli C. Amorim Polati Guedert |
| 2002/7  | Modelo Para Avaliação do Grau de Otimização de Processos Produtivos Baseado na Análise do Valor   | André Luis Almeida Bastos       | Marcelo Bayer Valle            |
| 2002/8  | Diagnóstico Histórico dos Problemas Ambientais no Rio Itajaí-Mirim, Município de Brusque  | Eleudemar Ferreira Rodrigues    | Lenara Popenga                 |
| 2003/9  | Criatividade: Percepções dos Estudantes do Curso de Pedagogia   | Darirlei Garcia Buemo           | Diana Bepler                   |
| 2003/10   | Status Quo da Gestão Ambiental nas 100 Maiores Empresas de Santa Catarina   | André Luis de Almeida Bastos    | Rafael Pereira                 |
| 2003/11   | Estudo Comparativo Da Localização Espacial Da Atividade Industrial Em Brusque Por Unidades De Planejamento E Gênero Industrial: Análise Para os Anos de 1999 A 2003 | Jorge Luis Bonamente            | Bianca Falcão                  |
| 2003/12   | Estudo da Influência dos Programas De Qualidade E Produtividade No Desempenho Operacional Das 100 Maiores Empresas De Santa Catarina                                | André Luis de Almeida Bastos    | Valdinei de Souza              |
| 2003/13   | Projeto: Uma das Maneiras Possíveis de Organizar O Trabalho Pedagógico Nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental – A Formação de Professores                        | Eliani Aparecida Busnardo Buemo | Sidirene dos Santos            |

| <b>Projetos de Iniciação Científica – Edital Artigo 170 (2002-2007)</b> |   |                                  |                                   |
|---|---|----------------------------------|-----------------------------------|
| <b>Ano / Nº</b>   | <b>Título do Projeto</b>  | <b>Orientador</b>                | <b>Orientando</b>                 |
| 2003/14   | Avaliação da Implementação da Gestão Democrática Na Escola Sócio-Cultural   | João Derli de Souza Santos       | Nilmar Deucher                    |
| 2003/15   | Considerações Sobre O Pragmatismo Em Charles Sanders Pierce E William James   | José Francisco dos Santos        | Reginaldo Pereira                 |
| 2003/16   | O Espectro da Modernidade: A Ferrovia Que Não Foi   | Marlus Niebuhr                   | Robson Gallasini                  |
| 2003/17   | Educação Física   | Luciana Maria Gamba              | Elizângela de Azevedo             |
| 2003/18   | Brusquenses Na Segunda Guerra Mundial: A História de Quem Não Foi   | Francisco Alfredo Braun Neto     | Marcos Giani Lima                 |
| 2003/19   | A Inserção de São João Batista No Padrão de Roteiro Turístico Brusque/Nova Trento   | Aldonei da Silva Lopes           | Marilda Puel                      |
| 2003/20   | Manchas Solares E Interferência Nos Processos de Telecomunicações   | Aldonei da Silva Lopes           | Moisés Luiz Niels                 |
| 2003/21   | Diagnóstico: Controle do Processo Cerâmico (Cerâmica Estrutural)  | Homero Gustavo Calatzis da Silva | Deise Thomas                      |
| 2003/22   | Estudo Da Atuação Dos Íons De Cálcio, Magnésio, Enofre E Sódio Na Deflocação De Esmaltes Cerâmicos  | Geraldo Jorge Mayer Martins      | Thiago Nunes                      |
| 2003/23   | A Formação De Índices De Cesta Básica Familiar E De Custo De Vida Do Município De Brusque   | Edegar Becker                    | Nádia Apolinário                  |
| 2004/24   | União Homoafetiva: Alguns Aspectos Éticos Em Evidência  | Edson Ristow                     | Edina Mara Mensor Bento Antonello |
| 2004/25   | Estudo Da Gestão Ambiental Das Empresas Do Município De Brusque Sc  | Edegar Becker                    | Pâmela Jordan                     |
| 2004/26   | Análise Organizacional Das Empresas Brusquenses   | Edegar Becker                    | Everton Luis Ruzinsky             |
| 2004/27   | Levantamento Da Qualificação Docente Nas Escolas Públicas Estaduais De Brusque  | Eliani Aparecida Busnardo Buemo  | Sandra Both                       |
| 2004/28   | Contribuições Da Iniciação Científica À Pesquisa Na Formação Integral Do Acadêmico De Graduação   | Rita Buzzi Rausch                | Glória Floriani                   |
| 2004/29   | Matemática Na Educação Infantil   | Luciana Baron Gamba              | Jane Maria de S. e Silva          |
| 2004/30   | Status Quo Do Sistema De Gestão Integrado- Qualidade, Segurança, Meio Ambiente E Responsabilidade Social Nas 100 Maiores Empresas De Santa Catarina | André Luis Almeida Bastos        | Daniel Merízio                    |
| 2004/31   | Avaliação Do Tempo De Acionamento De Atuadores De Sistema Pneumáticos E Hidráulicos   | José Alexandre Borges Valle      | Jefferson Adriano Dadam           |
| 2004/32   | Interfaces Da Inclusão Na Escola Sócio-Cultural   | João Derli de Souza Santos       | Alessandra Moresco Vequi          |

| Projetos de Iniciação Científica – Edital Artigo 170 (2002-2007) |   |                                  |                          |
|--|---|----------------------------------|--------------------------|
| Ano / Nº   | Título do Projeto   | Orientador                       | Orientando               |
| 2004/33  | Avaliação E Proposta De Reconstituição Dos Resíduos Sólidos Em Nível Do Roteiro Turístico Religioso Brusque Nova Trento       | Aldonei da Silva Lopes           | Márcio Lopes             |
| 2004/34  | Expansão Urbana Em Santa Terezinha: A Contribuição Do Campus Da Unifebe   | Marlus Nieburh                   | Paulo César Sedrez       |
| 2004/35  | Avaliação Dos Efeitos Das Manchas Solares E De Sua Interferência No Processo De Telecomunicações                              | Aldonei da Silva Lopes           | Moisés Luiz Niels        |
| 2004/36  | Gerenciamento Dos Orçamentos Nas Médias Empresas De Brusque   | Tarcísio Pedro da Silva          |                          |
| 2004/37  | Custos De Produção: Seu Gerenciamento Nas Pequenas Empresas De Brusque Sc   | Tarcísio Pedro da Silva          |                          |
| 2004/38  | Influência Dos Compostos De Nacl, Koh, Bacl2, Naoh, Na2co3 E Nhcl Nas Características Reológicas De Esmaltes                  | Geraldo Jorge Mayer Martins      | Thiago Nunes             |
| 2005/39  | Grid Computing: Computação Em Grade   | Damaris Fanderuff                | Robson Siegel            |
| 2005/40  | A Moda Contemporânea: Um Estudo Sobre O <i>Piercing</i>   | Heloisa Helena Leal Gonçalves    | Neide Pacheco            |
| 2005/41  | A Humanização Das Relações De Trabalho: As Contribuições Da Doutrina Social Da Igreja Para O Direito Do Trabalho              | Ricardo José Engel               | Talita Mafeçolli         |
| 2005/42  | O Olhar Dos Acadêmicos Sobre A Nova Proposta De Avaliação Nos Cursos De Graduação Do Centro Universitário De Brusque: Unifebe | Clarice Pires                    | Luciana Rech             |
| 2005/43  | Grafias Da Luz: A Construção Da Imagem De Blumenau Através Das Fotografias Veiculadas Na Revista Blumenau Em Cadernos         | Carla Fernanda da Silva          | Cristiano Polheim        |
| 2005/44  | Gestão Ambiental: Compromisso Das Empresas Com O Meio Ambiente – O Caso Do Município De Brusque                               | Denize Demarche Minatti Ferreira | Mayko Cristian Josino    |
| 2005/45  | Elaboração De Um Plano De Desenvolvimento Do Turismo Sustentável Para O Município De Brusque-Sc                               | Denize Demarche Minatti Ferreira | Larrysa Grotti           |
| 2005/46  | O Problema Da Fundamentação Da Moral  | Márcio Renato Bartel             | Joilson Rodrigues Vieira |
| 2005/47  | O Embrião E O Feto Diante Da Bioética Atual: Aborto E Pesquisas Com Células Tronco Embrionárias                               | Márcio Renato Bartel             | Odair José Pozenatto     |
| 2005/48  | Indicadores Do Turismo Sustentável Em Botuverá Sc – Um Estudo Para Adaptabilidade Do Turismo Rural Ao Turismo Natural         | Aldonei da Silva Lopes           | Mariléia Dognini         |

| <b>Projetos de Iniciação Científica – Edital Artigo 170 (2002-2007)</b> |  |                                  |                                       |
|---|--|----------------------------------|---------------------------------------|
| <b>Ano / Nº</b>   | <b>Título do Projeto</b>   | <b>Orientador</b>                | <b>Orientando</b>                     |
| 2005/49   | Transformações Histórico Culturais Alemãs E O Turismo Sustentável Em Brusque   | Aldonei da Silva Lopes           | Paulo César Sedrez                    |
| 2005/50   | A Disciplina Escolar Sob A Ótica De Educadores E Educandos   | Clara Maria Furtado              | Cátia Helena Soares                   |
| 2005/51   | História Do Curso De Filosofia Na Unifebe: Elementos Epistemológicos   | Carlos Eduardo Sell              | Márcio Martins Rosa                   |
| 2005/52   | Percepção De Sustentabilidade Ambiental Das Empresas Catarinenses  | Edegar Becker                    | Elisa Cristina Maes                   |
| 2005/53   | O Licenciamento Do Software Livre: Um Estudo Legal   | Damaris Fanderuff                | Irma Ribeiro Reis                     |
| 2005/54   | Educação Física E Diversidade: Considerações Sobre A Prática Pedagógica Na Escola Pública                                  | João Derli de Souza Santos       | Simone de Souza                       |
| 2005/55   | Custos De Produção: Seu Gerenciamento Nas Médias Empresas De Brusque – Sc  | Tarcísio Pedro da Silva          | Jucilene Dell Antônia                 |
| 2005/56   | Reminiscências: Memórias Do Cinema No Vale   | Marlus Niebuhr                   | Adriana Cristina de Oliveira Andrades |
| 2005/57   | Cinema E Música: Memórias De Amores Impossíveis  | André Marcos Vieira Soltau       | Bruno Fauth Bertoluci                 |
| 2005/58   | Cinema E Comportamento: Muito Além Do Bem E Do Mau   | André Marcos Vieira Soltau       | Sandra Mara Garcia Vieira             |
| 2005/59   | Estudo Sobre A Concepção Da Inovação Nas Principais Empresas De Brusque – Sc   | Heloisa Helena Leal Gonçalves    | Fábio Moccelim Araújo                 |
| 2005/60   | Gerenciamento Dos Orçamentos Nas Grandes Empresas De Brusque   | Tarcísio Pedro da Silva          | Sheila Fantoni                        |
| 2005/61   | Avaliação Institucional: Conceitos E Saberes   | Cíntia Metzner                   | Gláucia Grignani                      |
| 2005/62   | A Indissociabilidade Ensino, Pesquisa E Extensão Na Graduação: Pensamento E Ações Dos Professores Da Unifebe               | Rita Buzzi Rausch                | Rafaela Chierici                      |
| 2005/63   | Direito A Cidadania Das Pessoas Portadoras De Necessidades Especiais No Município De Brusque                               | Neumar Antônio Trajano de Souza  | Cíntia Cristina Reinert               |
| 2006/64   | Perfil Nutricional Associado À Prática De Atividades Físicas Na Terceira Idade   | Luciane Ângela Nottar Nesello    | Marcelo Moreira Azambuja              |
| 2006/65   | Projeto Piloto Para Recuperação De Vegetação Ciliar Em Área Próxima Ao Campus Do Centro Universitário De Brusque – Unifebe | Denize Demarche Minatti Ferreira | Dayana da Silva                       |
| 2006/66   | Aposentadoria Por Idade: Alguns Aspectos Legais Em Evidência   | Ricardo José Engel               | Lucimara Rosa Jimenes                 |
| 2006/67   | Plano De Gerenciamento De Resíduos Sólidos Recicláveis Para O Campus Do Centro Universitário De Brusque - Unifebe          | Denize Demarche Minatti Ferreira | Franciele Viviane dos Santos          |

| <b>Projetos de Iniciação Científica – Edital Artigo 170 (2002-2007)</b> |   |                                  |                              |
|---|---|----------------------------------|------------------------------|
| <b>Ano / Nº</b>   | <b>Título do Projeto</b>  | <b>Orientador</b>                | <b>Orientando</b>            |
| 2006/68   | A História Do Biquíni E O Estudo Das Tendências Na Moda Praia Feminina Para O Verão 2008  | Heloisa Helena Leal Gonçalves    | Simone Cadore                |
| 2006/69   | Sistema De Informações Gerenciais Nos Escritórios De Contabilidade  | Tarcísio Pedro da Silva          | Inivalda Paixer              |
| 2006/70   | Ensino Fundamental De Nove Anos: O Que Pensam As Professoras Da Pré-Escola E Da 1ª Série Da Rede Pública Estadual De Brusque  | Eliani Aparecida Busnardo Buemo  | Aleandra Carla Bechtold      |
| 2006/71   | Levantamento Junto Aos Acadêmicos Do Curso De Educação Física Da Unifebe: Quais As Áreas De Interesse Para Cursarem Uma Especialização?                             | Darilei Garcia Buemo             | Luciano Moser                |
| 2006/72   | Relação Entre A Prática De Atividades Físicas E O Estado Nutricional De Escolas No Município De Brusque – Sc  | Luciane Ângela Nottar Nesello    | Guilherme André Sedrez       |
| 2006/73   | Terrorismo, Segurança E Direito Internacional: Perspectivas Para O Comércio Exterior Brasileiro   | Joana Stelzer                    | Márcia Berbereia Basile      |
| 2006/74   | Fatores Motivacionais Para Os Profissionais De Costura Do Cluster Têxtil Da Região De Brusque   | Marcelo Recktenvald              | Gisela Cristina Münch        |
| 2006/75   | As Normas Da Unctad E O Comércio Exterior Brasileiro: Alternativas Para Inserção Comercial Internacional  | Joana Stelzer                    | André Nivaldo da Cunha       |
| 2006/76   | Educação Física: A Prática Pedagógica Na Educação De Jovens E Adultos   | João Derli de Souza Santos       | Joseane dos Santos           |
| 2006/77   | Saberes Conceituais E Integradores Sobre Produção Textual: A Formação Inicial Dos Professores De Língua Portuguesa Para O Ensino Do Texto                           | Jeanete Terezinha de Souza       | Jerry Andriani Laurindo      |
| 2006/78   | Portal Informativo De Produtividade Em Pesquisa Interdisciplinar Na Unifebe: Uma Proposta Para Banco De Dados Em Ambiente Windows Demonstrável Através De Home Page | Aldonei da Silva Lopes           | Raquel de Oliveira Day       |
| 2006/79   | Agregados de Informações Turísticas Regionais: Uma Proposta De Dinamização do Turismo Histórico-Cultural Brusquense   | Aldonei da Silva Lopes           | Tatiane Mafessoli            |
| 2006/80   | Estudo Sobre o Peso das Mochilas de Escolares da Rede Pública Municipal E Estadual de São João Batista/Sc   | Adonis Marcos Lisboa             | Gislaine Laurindo            |
| 2006/81   | Competências Profissionais Esperadas Dos Profissionais de Costura No Cluster Têxtil De Brusque E Região   | Marcelo Recktenvald              | Jean Renato Popper           |
| 2007/82   | Aplicação do modelo ADAA (Avaliação de Desempenho Ambiental Ampliado) em indústrias do município de Brusque   | Denize Démarche Minatti Ferreira | Francieli Viviane dos Santos |

| <b>Projetos de Iniciação Científica – Edital Artigo 170 (2002-2007)</b> |  |                                 |                          |
|---|--|---------------------------------|--------------------------|
| <b>Ano / Nº</b>   | <b>Título do Projeto</b>   | <b>Orientador</b>               | <b>Orientando</b>        |
| 2007/83   | Comércio e segurança internacional à luz do <i>ISPS Code</i> : riscos e oportunidades para o comércio exterior catarinense   | Joana Stelzer                   | Márcia Berbereia Basile  |
| 2007/84   | A literatura infantil e sua significação para o trabalho pedagógico  | Maria Valéria G. Figueiredo     | Rita de Cássia P. Grimm  |
| 2007/85   | O homem máquina e a educação física: o desporto como foco de análise   | Fabio Zoboli                    | Catiane da Cruz          |
| 2007/86   | A incidência e a dimensão do ato infracional na comarca de Brusque: uma abordagem sobre a prática do ato infracional no período de maio de 2002 a maio de 2007.                      | Adriana Bina da Silveira        | Ana Claudia Drasdasky    |
| 2007/87   | Conscientização crítica através da leitura   | Antônio José Muller             | Débora Thomaz            |
| 2007/88   | Uma análise dos métodos de ensino utilizados pelos professores do curso de ciências contábeis do Centro Universitário de Brusque - Unifebe   | Luiz Pedro Benvenuti            | Ana Carina Dalcastagne   |
| 2007/89   | Planos de ensino dos cursos de licenciaturas da unifebe: análise das estratégias de ensino x instrumentos de avaliação   | Eliani Aparecida Busnardo Buemo | Tatiana Truppel          |
| 2007/90   | Os pioneiros da eficiência: história das suas vidas e contribuições para a administração científica  | Marcelo Recktenvald             | Aline Schork             |
| 2007/91   | A trajetória dos verbos <i>haver</i> e <i>ter</i> no Português Brasileiro  | Fabiola Sucupira F. Sell        | Ieda Maria Albino        |
| 2007/92   | Tutelas de urgência no atual processo civil brasileiro: tutela cautelar e tutela antecipada.   | Marcelo Petermann               | Joilson Rodrigues Vieira |
| 2007/93   | Perfil de crescimento e composição corporal de escolares da cidade de Canelinha/SC   | André Luiz de Oliveira Braz     | Patric Alexandre Veneri  |
| 2007/94   | Nexo epidemiológico previdenciário: alguns aspectos sociais e legais em evidência na realidade brasileira  | Ricardo José Engel              | Lucimara Rosa Gimenes    |
| 2007/95   | Motivação na empresa   | Heraldo Pantaleão Filho         | João Paulo dos Santos    |
| 2007/96   | Concepções e práticas de lazer dos alunos dos cursos de Tecnologia Têxtil, Tecnologia em Processos Industriais, Tecnologia em Cerâmica e Tecnologia em Gestão Empresarial da Unifebe | Claudemir Aparecido Lopes       | Roseli Dalva Sauer       |
| 2007/97   | A ação civil pública e o termo de ajustamento de conduta como instrumentos jurídicos eficazes para a   | Adriana Clara Bogo dos Santos   | Irma Ribeiro Reis        |

| <b>Projetos de Iniciação Científica – Edital Artigo 170 (2002-2007)</b> |  |                              |                              |
|---|--|------------------------------|------------------------------|
| <b>Ano / Nº</b>   | <b>Título do Projeto</b>   | <b>Orientador</b>            | <b>Orientando</b>            |
|   | defesa do meio ambiente  |                              |                              |
| 2007/98   | O Regime Falimentar e a Lei de Recuperação de Empresas   | Edson Riston                 | Taise Fernanda Simas         |
| 2007/99   | Cuidar-se: hábitos saudáveis e sensibilização na promoção da saúde da pessoa adulta e idosa  | Miriam Cestari Niebuhr       | Elaine Aparecida Maier Rotta |
| 2007/100  | Educação de adultos: articulando conhecimento e sociedade  | Clara Maria Furtado          | Loreni M. O. Reirão          |
| 2007/101  | Identificação do comportamento ético/financeiro no comércio lojista do município de São João Batista                               | Sérgio Sebold                | Karine Rodrigues Sestrem     |
| 2007/102  | Estudo sobre a desistência de acadêmicos do curso de educação física da Unifebe  | Adonis Marcos Lisboa         | Cléo Hodecker Dutra          |
| 2007/103  | Educação física e currículo: planejamento curricular nas escolas públicas municipais de Tijucas/SC                                 | Darilei Garcia Buemo         | Sidneia da Fonseca           |
| 2007/104  | A variação na linguagem oral e suas influências na linguagem escrita acadêmica   | Márcia Maria Junks           | Sheila Marcelino Izabel      |
| 2007/105  | Perfil motor de escolares de 1ª e 2ª séries do ensino fundamental do Centro educacional Sistema Unificado de Balneário Camboriú-SC | Altair Argentino Pereira Jr. | Anderson dos Santos          |

FONTE: PROPPEX - DEZ/2007

| <b>Projetos de Pesquisa – Fapesc (2002-2007)</b> |   |                                 |
|--|---|---------------------------------|
| <b>Ano/Nº</b>                                    | <b>Título do Projeto</b>  | <b>Coordenador</b>              |
| 2002/1   | Acervo Digital: Patrimônio Cultural e Histórico do Vale do Itajaí-Mirim e Região                                | Marlus Niebuhr                  |
| 2002/2   | Informatização da Biblioteca Acadêmica da Fundação Educacional de Brusque/Febe                                  | Deisi Martignago                |
| 2002/3   | Cursos a Distância em Ambientes Virtuais de Ensino  | Jeanete Terezinha de Souza      |
| 2002/4   | Leitura Nos Bairros: Contação de Histórias para Crianças  | Eliani Aparecida Busnardo Buemo |
| 2002/5   | Levantamento Qualitativo e Quantitativo dos Aspectos Ambientais em Processos de Tinturaria de Tecidos de Malha. | André Luís Almeida Bastos       |
| 2002/6   | Sistema de Informação Legislativa da Cidade de Brusque  | Ricardo José Engel              |
| 2002/7   | Sistema de Informação (Web-Rádio E Web-Tv) - Cidadania em Ação  | Alejandro Knaesel Arrabal       |

Projeto Pedagógico Institucional - PPI

| Projetos de Pesquisa – Fapesc (2002-2007) |   |  |
|---|---|--|
| Ano/Nº                                    | Título do Projeto   | Coordenador                              |
| 2003/8                                    | Luz, Câmera, Cidadão: O Cinema Como Uma Via Possível Para a Inclusão Social.  | André Marcos Vieira Soltau               |
| 2003/9                                    | Construção de Indicadores Ambientais Para Avaliação do Desenvolvimento Local: O Caso de Brusque (Sc)  | Jorge Luis Bonamente                     |
| 2003/10                                   | Plataforma de Pesquisa Temática   | Marlus Niebuhr                           |
| 2003/11                                   | Produção de Material Didático-Pedagógico Para o Ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental   | Otilia Lizete de Oliveira Martins Heinig |
| 2003/12                                   | Exercício Social: Manual Com Orientações sobre a Higiene e Segurança no Trabalho  | Heloisa Maria Wichern Zunino             |
| 2004/13                                   | Incubadora de Base Tecnológica de Brusque   | Roberto Heinzle                          |
| 2006/14                                   | Elaboração de um Manual Didático-pedagógico em Manutenção Industrial: Uma Pesquisa em Tecnologia em Processos Industriais (Eletromecânica). | Amilton Fernando Cardoso                 |
| 2006/15                                   | Modificação do ensaio de determinação de resistência à abrasão superficial de placas cerâmicas segundo NBR 13.818.                          | Adriano Michael Bernardin                |
| 2006/16                                   | Gêneros e formas arquitetônicas: diferentes opções interativas.   | Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira    |
| 2006/17                                   | Reaproveitamento de material cerâmico para fabricação de artefatos de cimento.  | Adriano Michael Bernardin                |
| 2006/18                                   | A prática de atividades físicas na terceira idade. *  | André Luiz de Oliveira Braz              |
| 2006/19                                   | Cinema e Educação: Diálogos Possíveis *   | André Marcos Vieira Soltau               |
| 2006/20                                   | Biblioteca Infantil da Unifebe: Um Espaço Para a Contação de Histórias e Práticas de Leitura *  | Eliani Aparecida Busnardo Buemo          |
| 2006/21                                   | Perfil do Desenvolvimento Motor: Crescimento e Estado Nutricional de Portadores de Síndrome de Down *                                       | André Luiz de Oliveira Braz              |
| 2006/22                                   | Os Brinquedos Cantados no Contexto Pedagógico das Aulas de Educação Física das Séries Iniciais do Ensino Fundamental *                      | Adonis Marcos Lisboa                     |

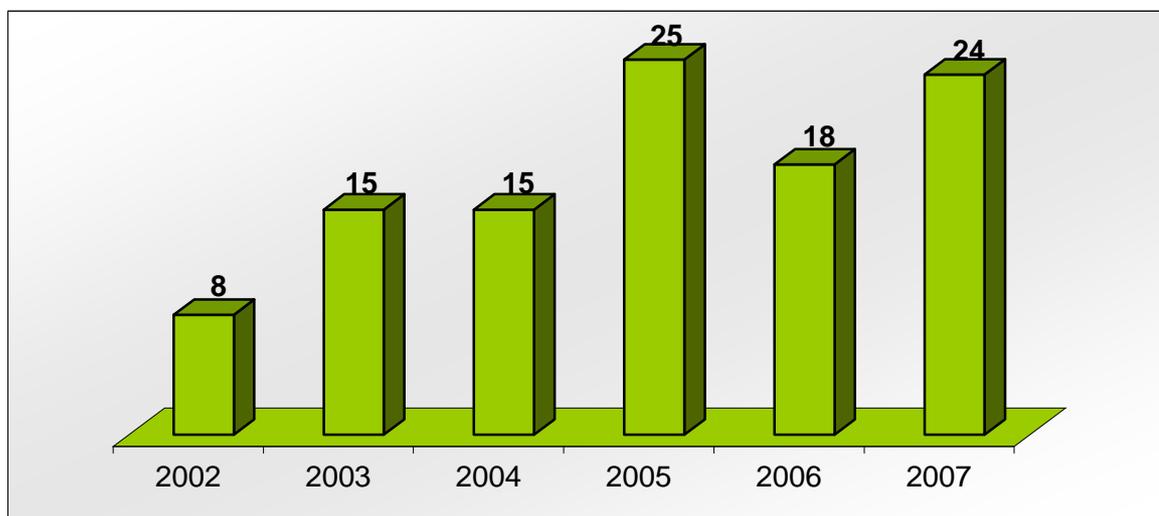
FONTE: PROPPEX - DEZ/2007

\* RESULTADO DIVULGADO EM 2007 E RECURSOS LIBERADOS PELA FAPESC EM 2008, INICIANDO A EXECUÇÃO DO PROJETO.

| Projetos de Pesquisa – CNPq |  |                               |              |
|-----------------------------|--|-------------------------------|--------------|
| Ano                         | Título do Projeto                      | Coordenador                   | Edital       |
| 2005/1                      | Núcleo de pesquisa e, turismo regional | Aldonei da Silva Lopes        | CNPq 32/2004 |
| 2005/2                      | Home page das manchas solares          | Heloisa Helena Leal Gonçalves | CNPq 14/2004 |

FONTE: PROPPEX (DEZ/2007)

O gráfico a seguir demonstra a evolução dos Projetos de Iniciação Científica, com recursos oriundos do Artigo 170, no período 2002-2007.



FONTE: PROPPEX - DEZ/2007

Salienta-se que a Unifebe implementando ações para estimular o desenvolvimento da iniciação científica tem elevado a participação e o interesse dos acadêmicos no desenvolvimento de projetos. Por exemplo, no ano de 2007, a Unifebe disponibilizou em Edital 24 bolsas de pesquisa (com base nos recursos disponíveis e marco legal do Artigo 170) sendo que a chamada do referido Edital recebeu a submissão de 41 projetos.

### 9.2.2 Publicações Científicas

De acordo com o Regulamento aprovado pela Resolução CA nº. 11/07, de 28/03/07, a Revista da Unifebe é uma publicação impressa e/ou eletrônica e tem como objetivo divulgar, de forma regular, o resultado de estudos e pesquisas desenvolvidos pelos docentes e discentes da Instituição, assim como de colaboradores externos.

A redação dos artigos científicos propostos para inserção e publicação na Revista é analisada pelo Conselho Editorial, que pode não aceitar ou solicitar

modificações tanto em seu conteúdo quanto em sua forma. A Revista da Unifebe (ISSN 1679-8708) é qualificada pelo Portal QUALIS/CAPES em quatro comitês: Multidisciplinar, Educação, Geografia e Engenharias I.

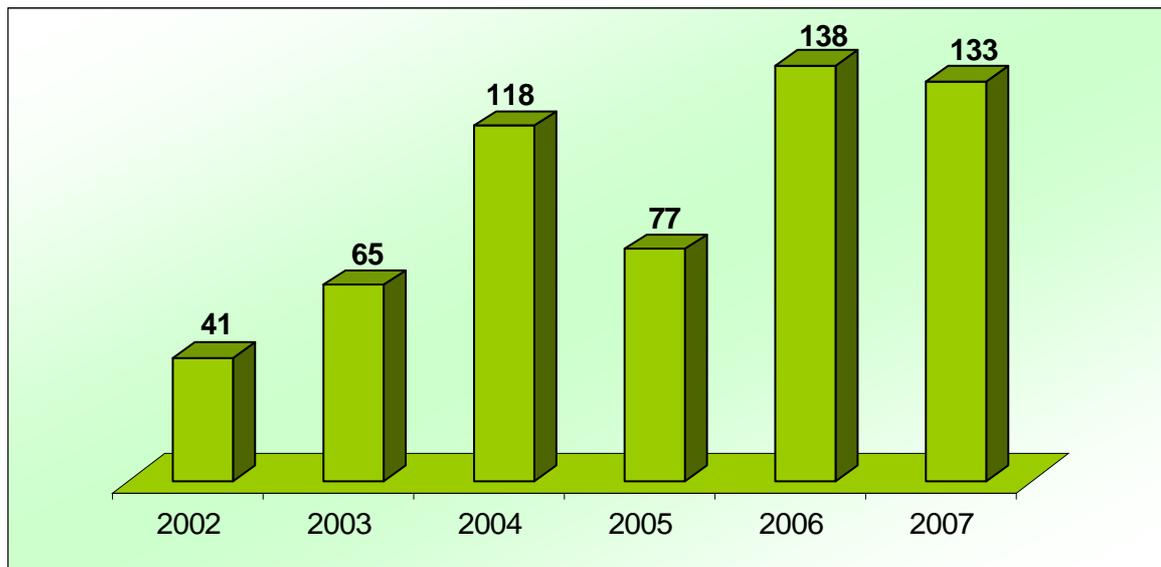
Além da Revista Unifebe destacamos as produções resultantes das ações articuladas entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que são os Anais da Jornada de Iniciação Científica da Unifebe.

A partir de 2007 foram publicados os anais do ENPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão (que englobou a Jornada de Iniciação Científica da Unifebe e a Mostra de Extensão) com o ISSN 1982-3789 (para divulgação em CD-ROM) e ISSN 1982-3770 (para divulgação em endereço eletrônico: <http://www.unifebe.edu.br/enpex/>).

### **9.2.3 Eventos de Iniciação Científica**

A Unifebe incentiva a participação de acadêmicos e professores na produção de trabalhos e projetos de iniciação científica, tanto em eventos internos quanto nos externos. A Unifebe promove desde 2002 um evento anual para divulgação pesquisas de iniciação científica. O referido evento até 2006 era denominado de Jornada de Iniciação Científica.

A partir de 2007 foi aprovado pelo Conselho Universitário – Consuni, o ENPEX – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão (que englobou a Jornada de Iniciação Científica da Unifebe e a Mostra de Extensão). O Enpex é um evento anual cuja proposta é reunir a comunidade acadêmica, instituições parceiras, a comunidade local e regional para apresentação e discussão dos projetos de pesquisa e de ações de extensão. O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de trabalhos apresentados no evento anual da Unifebe no período 2002-2007.



FONTE: PROPPEX (DEZ/2007)

NOTA: NO ANO DE 2004 ESTÃO INCLUSOS OS TRABALHOS APRESENTADOS PELAS IES: UNIFEBE/UNIDAVI/UNERJ NO CONGRESSO INTEGRADO, QUE OCORREU ATÉ O ANO DE 2006. EM 2004 O CONGRESSO INTEGRADO FOI SEDIADO PELA UNIFEBE.

### 9.3 EXTENSÃO

A Extensão realiza atividades e projetos articulados ao ensino e a pesquisa da Unifebe, regulamentada pela Resolução Consuni nº 32/06, de 16/08/06. Salienta-se que o Regulamento da Extensão da Unifebe como marco regulatório de políticas, procura se adequar às necessidades institucionais, locais e regionais, portanto, um documento em constante atualização.

As ações de Extensão da Unifebe estão pautadas na perspectiva de que estas são uma via de mão dupla. Neste sentido, a extensão pode ser um espaço de troca, em que a Instituição intervém, e pode refletir sobre as questões levantadas pela sociedade.

As atividades de extensão na qualificação do ensino ganham sentido quando contribuem para a formação crítica do acadêmico, possibilitando que este amplie seus conhecimentos com a comunidade e interaja com mais intensidade na realidade social. A extensão não é concebida como a finalidade social da IES e sim

a condição *sine qua non* para que a IES desenvolva a sua função social gerando outros problemas para a pesquisa e redimensionado o ensino ministrado.

Considerando a missão da Unifebe há uma necessidade de assumir uma postura ética diante das questões sociais em detrimento de posturas passivas e descomprometidas. Essa postura exige que a IES esteja profundamente vinculada aos projetos da comunidade onde está inserida, com diálogos permanentes.

Além disso, as atividades de extensão também são dinamizadoras da cultura regional. Sendo assim, a extensão não se limita a oferecer cursos, palestras ou exposições e sim, procura manter políticas e diretrizes que discutam os problemas da região e proponham possíveis soluções, contribuindo para o desenvolvimento social. Ou seja, desejamos estimular e intensificar o contato da nossa IES com a comunidade, acreditando que assim é possível contribuirmos para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

### **9.3.1 A Extensão na Unifebe**

As atividades de extensão na Unifebe são elaboradas preferencialmente para o desenvolvimento de ações permanentes e de longo prazo, com vistas ao constante diálogo com a comunidade local e regional. Dentre as ações permanentes de extensão destacamos:

- a) em 1999 foi criado o Soae – Serviço de Orientação e Atendimento ao Estudante. O Soae tem como propósito prestar atendimento aos acadêmicos buscando sua integração e sua permanência na Unifebe. Dentre as atividades do Soae destacam-se: os procedimentos legais necessários ao processo de concessão das Bolsas de Estudo com recursos do Artigo 170 da Constituição Estadual; orientações e auxílio para obtenção de financiamento do FIES; divulgação de oportunidades de empregos e estágios;
- b) o *Coro da Unifebe* que iniciou suas atividades no ano de 2000 é formado por acadêmicos, egressos, funcionários técnico-administrativos e professores da

Unifebe. O Coro da Unifebe desenvolve pesquisa musical e pratica o canto, realizando apresentações em Brusque e região.

- c) o *Programa<sup>7</sup> Permanente de Extensão Voltando à Escola*, que surgiu já em 2001 tem como objetivo geral implementar ações de extensão relacionadas à população idosa de Brusque e região. Este Programa contempla o *Curso de Extensão Vida Ativa* que também é oferecido desde o ano 2001, buscando promover a atualização dos participantes com estudos e atividades em diversas áreas do conhecimento;
- d) o *Unifebe na Comunidade* é um evento de extensão realizado desde o ano 2002 nas comunidades (em âmbito local e regional) e tem como propósito levar diversas atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação, como: palestras relacionadas às demandas da comunidade; recreação; orientação jurídica e de saúde; oficinas de artes; contação de histórias;
- e) o *Natal Solidário Unifebe* é realizado desde 2003, integrando acadêmicos, professores e funcionários da Unifebe com a Comunidade. O que se deseja é contribuir para o despertar da sensibilidade para com os mais frágeis, os mais necessitados. Acreditamos que atitudes de solidariedade podem contribuir para mudar o mundo, tornando-o menos hostil, transformando-o num espaço no qual se possa viver uma vida com mais qualidade e dignidade. Dessa forma, acreditamos também estar contribuindo para a plena formação dos acadêmicos da Unifebe, em consonância com a missão institucional;
- f) a *Mostra de Talentos* é um evento que ocorre desde 2004 e tem por finalidade promover e divulgar a diversidade artística da comunidade acadêmica da Unifebe, buscando a expressividade, interpretação, musicalidade e produção literária;
- g) o *Programa Permanente, Cidadania: Pratique essa Idéia*, aprovado em 2005 pelo Parecer Consuni nº 31/05 de 18/05/2005 e pela Resolução CA nº 23/05 de

---

<sup>7</sup> Segundo o FORPROEX (2006) um programa de extensão é entendido como um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente integrando a atividades de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

01/06/2005. O referido Programa Permanente contempla projetos relacionados ao desenvolvimento regional com ações de cultura, direitos humanos e justiça, educação e saúde;

- h) a *Incubadora de Base Tecnológica da Unifebe* implantada em 2005 com recursos da FAPESC, tem como finalidade estimular as iniciativas empreendedoras dos acadêmicos da Instituição, por meio do apoio a projetos de pesquisa que resultem em produtos e/ou serviços com perspectivas de serem produzidos ou utilizados em escala industrial e/ou de prestação de serviços (caracterizando-a também como um projeto de extensão). Em dezembro de 2007 a Incubadora de Base Tecnológica estava em pleno funcionamento, contava três projetos incubados, com 100% da sua capacidade instalada ocupada. Os projetos desenvolvidos na Incubadora de Base Tecnológica são: "Desenvolvimento de software de Gestão Corporativa", de responsabilidade do Prof. Cloves das Neves; "Fábrica de Software: desenvolvimento/construção de softwares", do Prof. Werner Bruns e "Sistema de Gestão Empresarial (ERP) para o setor metal-mecânico", do acadêmico egresso da Unifebe, Robson Siegel;
- i) o *Programa Permanente Unifebe Ambiental* institucionalizado em 2007, dedica-se a promover continuamente a educação ambiental. Um programa de educação ambiental para ser efetivo deve promover simultaneamente o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. O referido Programa Permanente engloba várias atividades desenvolvidas pelos cursos de graduação e pelos funcionários técnico-administrativos da Unifebe, e tem como objetivo contribuir para a qualificação do ensino, envolvendo a comunidade acadêmica nas discussões e ações ambientais junto à comunidade local e regional;
- j) o projeto permanente de cultura *Janelas para o Mundo* institucionalizado em 2007, possibilita que a comunidade acadêmica e a comunidade geral tenham acesso às obras dos artistas expositores, bem como à materiais instrucionais, que permitam o maior conhecimento da técnica, da vida e obras dos artistas.

## **10 ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

A Assessoria de Desenvolvimento é um órgão *staff* da Reitoria responsável pelo suporte e mediação dos trabalhos junto às Pró-Reitorias na sistematização e implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e do Projeto Pedagógico Institucional - PPI.

É responsável direta pela supervisão e orientação de Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC, dos processos de autorização dos novos cursos e reconhecimento de cursos vigentes.

É função dessa assessoria, a sistematização e elaboração dos Projetos Institucionais, o desenvolvimento da Avaliação Institucional, da Formação Continuada e da Política de Estágios Curriculares Não-Obrigatórios da Unifebe.

A Assessoria de Desenvolvimento, incorporando o trabalho da Avaliação Institucional, inclusive junto à comunidade acadêmica, se constitui em um suporte para a tomada de decisões acadêmicas, caracterizando-se como um processo coletivo e formativo, proporcionando a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.

### **10.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIFEBE: UM PROCESSO COLETIVO E FORMATIVO**

A avaliação é compreendida como um instrumento de gestão e consolidação do projeto educativo institucional, e a partir do redimensionamento da atual política pública, se consolida como um dos mecanismos relevantes para a sustentação da qualidade do sistema da Educação Superior. Os processos avaliativos internos e externos são concebidos como subsídios fundamentais para que se conheça a política institucional e suas práticas educacionais.

Nessa direção, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, ao instituir o novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES permite não só a ampliação desse olhar interno, mas também externo, com finalidade de qualificar a

educação superior, orientando sua expansão no que diz respeito à oferta, fomento, eficácia e efetividade acadêmica e social.

O Centro Universitário de Brusque - Unifebe, inserido neste contexto de reforma, tem caminhado nessa direção.

### **10.1.1 Avaliação Institucional**

Em sua política de Avaliação Institucional, o Centro Universitário de Brusque – Unifebe vem desde 1999 desenvolvendo um processo de auto-avaliação que se apóia na concepção de avaliação como uma prática contínua de aperfeiçoamento do desempenho institucional e de prestação de contas à sociedade, constituindo-se este processo integrado ao planejamento da gestão acadêmica, necessidades e expectativas da comunidade local.

O seu objetivo maior consiste em, através de um diagnóstico geral e sistemático, aprimorar a qualidade de ensino na formação profissional oferecida na instituição.

Enquanto instituição comprometida com o desenvolvimento regional e estadual, a Unifebe tem clareza que tem uma importante função social a desempenhar.

Para que essa meta se efetive, no seu dia a dia, a instituição vem desenvolvendo ações articuladas com o intuito de desempenhar bem e cumprir suas funções. Neste sentido, a Avaliação Institucional consiste numa dessas ações promotoras.

Na Unifebe as diretrizes que permeiam a avaliação apóiam-se no processo de regulação, que visa a melhoria da qualidade das ações individuais e coletivas. Desta forma, compreende o processo de avaliação pautado nas ações de diagnóstico dos focos de interesse, visando a análise e o planejamento de ações.

Nessa direção, a Assessoria de Desenvolvimento por meio da Avaliação Institucional desenvolve algumas modalidades de avaliação a fim de completar as diversas dimensões do contexto institucional.

Assim, dentre as modalidades podemos sinalizar:

MODALIDADES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

| Dimensões  | Objetivos  |
|--|--|
| <i>Diagnóstico Geral</i>                               | Construir um diagnóstico geral da instituição em termos quantitativos e qualitativos, implementando, integrando e modernizando os procedimentos de avaliação contribuindo desta forma para melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, na gestão e no cumprimento da pertinência e responsabilidade social da Unifebe. |
| <i>Avaliação de Cursos de Graduação e Seqüenciais</i>  | Acompanhar as condições oferecidas pelo curso no que se refere ao desempenho docente, discente, da infra-estrutura, entre outros, para a melhoria da qualidade das atividades de ensino e aprendizagem.  |
| <i>Perfil Sócio-Cultural dos Docentes</i>              | Identificar o perfil sócio-cultural dos docentes da Unifebe, auxiliando o planejamento e a tomada de decisão nos aspectos do ensino, estrutura e funcionamento da Unifebe.   |
| <i>Perfil Sócio-Econômico e Cultural dos Discentes</i> | Identificar as características dos acadêmicos, auxiliando o planejamento e a tomada de decisão nos aspectos do ensino, estrutura e funcionamento da Unifebe.   |
| <i>Avaliação dos Técnico-Administrativos</i>           | Conhecer as características dos técnico-administrativos auxiliando o planejamento e a tomada de decisão.   |
| <i>Perfil dos Egressos</i>                             | Investigar se a formação do acadêmico egresso da Unifebe, nos diferentes cursos de graduação, supre as atuais exigências e necessidades do mercado e da sociedade.   |
| <i>Pesquisa/Avaliação das Demandas Sociais</i>         | <i>Pesquisa pretensões do ensino médio</i>   Pesquisar as pretensões acadêmicas dos alunos do ensino médio e de cursos supletivos secundários de Brusque e região.   |
| <i>Avaliação da Formação continuada</i>                | Acompanhar o desempenho dos formadores e conhecer a opinião dos participantes da formação continuada.  |
| <i>Avaliação das Semanas dos Cursos</i>                | Acompanhar o desempenho dos formadores e conhecer a opinião dos participantes.   |
| <i>Avaliação dos Projetos de Extensão</i>              | Acompanhar os Projetos de Extensão e a relevância de sua contribuição para a melhoria da qualidade de ensino.  |
| <i>Avaliação dos Projetos de Pesquisa</i>              | Acompanhar os Projetos de Pesquisa e a relevância de sua contribuição para a melhoria da qualidade de ensino.  |
| <i>Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação</i>           | Acompanhar as condições de oferta do curso, identificando a sua contribuição para com a formação do acadêmico.   |
| <i>Avaliação do Estágio Curricular Não Obrigatório</i> | Acompanhar e supervisionar o estágio curricular não obrigatório dos acadêmicos da Unifebe.   |

#### 10.1.1.1 Objetivos da Avaliação Institucional

O Programa de Avaliação Institucional da Unifebe tem por objetivos:

- a) implementar os procedimentos de avaliação institucional, com a finalidade de torná-los instrumentos que contribuam para a melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e da extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência e responsabilidade social;
- b) sensibilizar a comunidade universitária para o significado e relevância da Avaliação Institucional, tornando-a um processo participativo permanente;
- c) alinhar as ações da Avaliação, à missão, aos princípios e valores e objetivos institucionais da Unifebe, bem como os eixos norteadores do PPI e do PDI;
- d) integrar os dados da avaliação da Unifebe, para análise e compreensão de como se realizam e inter-relacionam atividades acadêmicas em todas as suas dimensões;
- e) elaborar relatórios com os dados da avaliação que documentem o processo avaliativo, os resultados da avaliação, bem como sugestão de melhorias nas políticas e práticas institucionais;
- f) divulgar e discutir os relatórios de avaliação institucional com o grupo gestor e toda a comunidade acadêmica.

#### 10.1.1.2 Etapas da avaliação institucional

A Avaliação Institucional tem sido realizada em etapas:

- 1º Momento: perfil geral da Instituição (infra-estrutura física e organizacional da Fundação Educacional de Brusque);
- 2º Momento: avaliação do desempenho docente e discente (dimensionar a qualidade da ação docente, no desempenho das atividades de ensino, bem como, identificar o desempenho dos acadêmicos no processo de ensinar e de aprender).

### **10.1.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Assim, constitui o SINAES a avaliação da instituição, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

Nessa direção, o SINAES avaliará o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos acadêmicos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Também compõem o SINAES instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, Enade, Condições de Ensino e instrumentos de informação.

As informações obtidas com o SINAES serão utilizadas para:

- a) Unifebe: para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- b) órgãos governamentais: para orientar políticas públicas;
- c) comunidade: para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

### **10.1.3 Comissão Própria de Avaliação – CPA**

O SINAES orienta que instituição de ensino superior constitua sua Comissão Própria de Avaliação – CPA.

A CPA deve contar com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e, também, da sociedade civil organizada. Porém, fica a critério dos órgãos colegiados superiores a definição quanto ao seu modo de organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento.

A CPA é responsável pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”.

O papel da CPA está vinculado a elaboração e desenvolvimento da proposta de Auto-avaliação da Unifebe e é coordenada pela representante do corpo docente Prof<sup>a</sup>. Fabiani Cristini Cervi Colombi.

Seguem os demais representantes da CPA:

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Coordenadora da CPA          | Fabiani Cristini Cervi Colombi  |
| Corpo docente                | Ivanete Lago Groh, Marcilene Pöpper Gomes, Fabiani Cristini Cervi Colombi |
| Corpo técnico-administrativo | Schirlei Nisch, Juliana Peixer e Roseli A. da Silva Lopes                 |
| Corpo discente               | Marcolan Batista, Eder Antônio Cavalca e Cristiane Such                   |
| Sociedade civil organizada   | Salette Maria da Silva, Alexandre Oriques e Altamir Antônio Schaadt       |

#### **10.1.4 Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE**

O ENADE, Exame Nacional de Avaliação de Desempenhos dos Estudantes, é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme o art. 5º, da Lei nº 10.861, de 14/4/2004, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular em relação a essa obrigação, atestada pela efetiva participação.

O ENADE verificará o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos, habilidade e competências previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação.

#### **10.2 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO**

Com base nas diretrizes curriculares e nos princípios estabelecidos na Lei nº 6.494/77 e regulamentada pelo Decreto nº 87.497/82, a Unifebe considera Estágios Curriculares as atividades programadas, orientadas e avaliadas que proporcionam, ao acadêmico, aprendizagem social, profissional ou cultural, através da sua

participação em atividades de trabalho em seu meio, vinculado à sua área de formação acadêmico-profissional. Pressupõe planejamento, acompanhamento, supervisão, avaliação e validação por parte da Instituição e unidades concedentes.

Os Estágios Curriculares classificam-se em obrigatórios e não-obrigatórios, sendo estes últimos uma demanda do mercado de trabalho, e os primeiros uma demanda da Instituição, que deles necessita para integralizar o currículo de seus acadêmicos.

No intuito de adequar a atividade de estágio curricular obrigatório e não obrigatório e o desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC às Diretrizes Nacionais, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, juntamente com os colegiados de curso a Assessoria de Desenvolvimento e a Assessoria Jurídica, vêm trabalhando na atualização e elaboração desses documentos. Os mesmos contemplarão as grandes diretrizes da Unifebe e servirão de base para o desenvolvimento desta atividade em cada curso de graduação, respeitadas as suas especificidades e regulamentos próprios.

### **10.2.1 Estágio Curricular Não-Obrigatório**

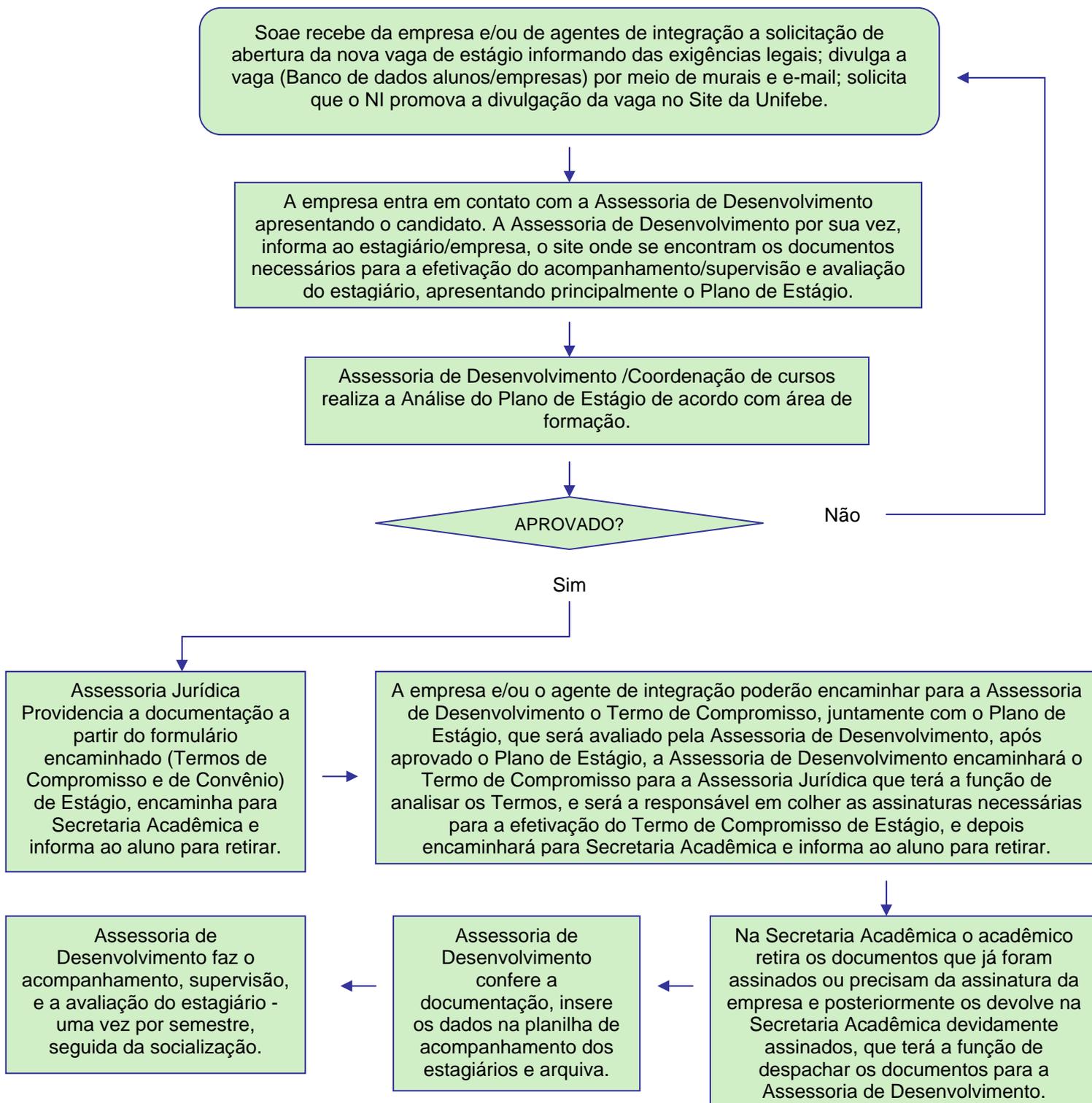
Conforme estabelece o Decreto 87.497/82, a finalidade essencial do estágio é propiciar ao estudante a complementação do ensino e da aprendizagem devidamente planejados, executados, acompanhados e avaliados, conforme os currículos, programas e calendários escolares.

Neste sentido, a Unifebe passou a incluir o estágio curricular não obrigatório nos Projetos Pedagógicos de Cursos, bem como a instituição vem organizando uma sistemática de acompanhamento e avaliação deste processo. Nos termos do artigo 3º do Decreto 87.497/82, “o estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele participam pessoas jurídicas de direito público ou privado, oferecendo oportunidades e campos de estágio, outras formas de ajuda e colaborando no processo educativo”.

Diante disto, a Unifebe somente formalizará convênio e termo de compromisso de estágio quando a entidade concedente, pública ou privada, demonstrar que o estagiário exercerá atividades práticas vinculadas à área de formação acadêmico-profissional respectiva. Da mesma forma a Unifebe está atenta a duração máxima do estágio, na mesma unidade concedente e/ou área de trabalho, em dois anos.

Para acompanhar, supervisionar e avaliar o estágio curricular não obrigatório, a Unifebe está adotando a sistemática descrita no fluxograma a seguir:

## FLUXOGRAMA GERAL ESTÁGIOS CURRICULARES NÃO-OBRIGATÓRIOS



A proposta de Plano de Estágio da Unifebe objetiva assim, planejar e organizar as atividades a serem desenvolvidas no estágio, bem como orientar o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do estágio e estagiário.

Desta forma, a Unifebe considera os estágios curriculares não obrigatórios como atividades programadas, orientadas e avaliadas que proporcionam ao acadêmico aprendizagens profissional, social e cultural, na participação em atividades de trabalho vinculadas à sua área de formação acadêmico-profissional. O estágio é oportunidade de unir a teoria adquirida em sala de aula condicionada à prática do cotidiano da vida profissional.

Os estágios podem ser realizados no próprio Centro Universitário ou em outras empresas e instituições conveniadas, sempre com a intervenção dos responsáveis pelo acompanhamento e supervisão.

Para o acadêmico realizar o estágio curricular não obrigatório, é necessário que ele esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva no curso de graduação correspondente à área de atuação.

### 10.3 FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação dos educadores vem sendo, nos últimos anos, tema de inúmeras discussões. Alguns pesquisadores têm centralizado as suas investigações nas representações sociais referentes aos “bons professores”, “professores competentes”, “professores reflexivos”, ou seja, educadores que em sala de aula apresentam um fazer pedagógico coerente com concepções progressistas de educação. Tais pesquisas, após evidenciarem os avanços no fazer docente dos professores, têm revelado também, a dicotomia existente entre a teoria defendida e a prática dos profissionais da educação.

O histórico da educação escolar no viés da formação continuada demonstra que inicialmente contentava-se em “reciclar” o educador, oferecendo cursos rápidos e descontextualizados, acrescidos de palestras e encontros esporádicos superficiais. Em outro momento histórico e de acordo com outras concepções, objetivou - se

“treinar” o educador, tendo como eixo a modelagem de comportamentos para o desempenho de ações mecânicas. Ao professor era atribuída a tarefa de fazer e não de pensar, impondo-se modelos, receitas e técnicas do fazer pedagógico.

Buscando superar a dinâmica das formações anteriores surgem novos conceitos para tal processo: “aperfeiçoamento” e “capacitação” de educadores. Coerente com tais conceitos, outras decisões foram tomadas e novas ações propostas. Ao refletir-se sobre o verdadeiro sentido da palavra aperfeiçoar chega-se ao tornar perfeito, completar o que estava incompleto. No conceito de capacitação: “tornar capaz”, parece existir uma doutrinação de idéias expostas como verdades absolutas que precisam ser simplesmente aceitas no exercício de uma ação docente curativa, remediadora e imediatista.

Ultrapassando essas idéias fragmentárias e polarizadoras de formação, delineia-se uma outra concepção: “formação permanente” (FREIRE, 1982) ou “formação contínua” (NÓVOA, 1992, PERRENOUD, 1993). Estes dois termos podem ser considerados similares, pois pontuam primordialmente, a valorização do conhecimento do professor, e através de um processo interativo, buscam contribuir para uma reflexão do próprio fazer pedagógico.

Tal concepção fundamenta propostas humanizadoras de educação, que de acordo com Paulo Freire objetivam “ultrapassar a visão fragmentada da realidade”, levando as pessoas a superarem o individualismo através da cooperação, das soluções coletivas, da liberdade de pensamento, avançando de uma “consciência ingênua para uma consciência crítica”, buscando uma mobilização social que questione o próprio sistema e transforme a realidade.

Educar nessa perspectiva é considerar, conforme defende Nóvoa (1992), os professores a partir de três eixos estratégicos: a pessoa do professor e sua experiência; a profissão e seus saberes, e a instituição e seus projetos.

“A formação não se constrói por acumulação (de cursos de aperfeiçoamento ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexão crítica sobre práticas e de re-construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa a dar estatuto ao saber da experiência” (NÓVOA, 1992, p. 38).

Portanto, é preciso respeitar os professores como pessoas, seres incompletos e eternos aprendizes, que a partir de uma formação contextualizada buscam transformar-se, entender o grupo no qual estão inseridos e re-significar a suas práticas pedagógicas.

O objetivo central da formação continuada é desenvolver o professor pesquisador/reflexivo. Não um pesquisador obcecado pela academia ou pela cientificidade, mas um profissional que tem, primeiramente, uma atitude cotidiana de reflexão da sua prática, que busca compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e que vai construindo autonomia na interpretação da realidade e dos saberes presentes no seu fazer pedagógico.

Desta forma,

“não se trata de uma simples aquisição de conhecimentos, mas de uma transformação da própria pessoa envolvendo mecanismos psicológicos mais amplos, e essa interação sujeito-mundo (local onde habito e no qual dou e recebo significações) é que faz aparecerem problemas mais profundos, os quais a simples instrução não consegue resolver. É necessária uma prática transformadora constituída pela teoria e pela ação, formando uma proposta pedagógica que não concebe as pessoas como ‘destinatárias’ mas como sujeitos da própria atividade política.” (MARIN, 1995, p 26).

Busca-se, portanto, competência pedagógica surgida a partir da reflexão na e sobre a prática, num movimento de ação-reflexão-ação que caminha para uma menor dicotomia teoria/prática, entendendo que entre uma determinada teoria que se quer assumir e a prática que se quer re-significar existe a teoria do professor, construída a partir das indagações das ações, e das concepções de mundo, sociedade, educação e ser humano.

### **10.3.1 Breve histórico da Formação Continuada na Unifebe**

Na Unifebe, o processo de Formação Continuada, de forma planejada e sistematizada, iniciou no primeiro semestre de 2002, com a tentativa inicial de

discutir a concretização do projeto educativo institucional. Este espaço de formação docente foi uma conquista resultante, especialmente, da ação empreendida pela Avaliação Institucional, que vem promovendo mudanças significativas na instituição, desde a sua implantação, em 1999. A avaliação, enquanto diagnóstico da dinâmica institucional, apresentou uma rede de significados e encaminhamentos que foram sendo atendidos, gradativamente, pela comunidade acadêmica envolvida neste processo.

O programa de Avaliação Institucional revelou indicadores do contexto institucional, principalmente no que se refere ao trabalho docente, sinalizando os avanços, as lacunas e as necessidades que poderiam ser atendidas na qualificação permanente da prática docente.

Nesse sentido, a Formação Continuada para Docentes na Unifebe se constituiu inicialmente por meio de “Seminários de Integração Universitária” que orientaram e buscaram promover mudanças significativas na política de formação e no ambiente institucional.

No primeiro seminário desenvolvido, vivenciamos uma etapa significativa em torno da construção da identidade da Unifebe. O “I Seminário de Integração Universitária” teve como objetivo a discussão em torno da identidade institucional, cuja reflexão se pautou nos questionamentos: FEBE: “Quem somos?” “O que queremos?”. Este diálogo envolveu membros da comunidade acadêmica e comunidade externa, impulsionando um planejamento integrado das metas e ações, iniciando discussões acerca da constituição do Projeto Educativo Institucional.

Nesse seminário, foram socializados os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, que desde 1999 vinham sendo desenvolvidos no contexto curricular dos cursos. Foi possível conhecer, mediante a exposição do Projeto Pedagógico de cada curso, sua identidade, a caminhada, os avanços e as limitações.

É importante considerar, neste contexto, que a possibilidade desta interlocução sobre o trabalho desenvolvido legitimou um processo de exposição pública da ação docente, bem como da formação oferecida pela Unifebe à comunidade. Este evento, portanto, registrou o início de uma política de formação,

desvelando um outro movimento de construção e resgate da identidade da profissão docente.

Esse momento representou o diagnóstico, a descrição e a expressão da realidade institucional. Para a comunidade envolvida foi uma prestação de contas, para a Unifebe, uma espécie de auto-análise e responsabilidade. Este diálogo favoreceu, no Projeto Pedagógico Institucional, a aproximação da comunidade, algo que na história da instituição era necessário resgatar.

O Seminário também fomentou e impulsionou a discussão a respeito da transformação em Centro Universitário. A UNESCO, instituição parceira do sistema Acafe, relatou suas experiências nessa vivência.

O relato dos professores foi esclarecedor, fazendo-nos refletir e avaliar a distância existente entre aquilo que vivenciávamos no contexto da Unifebe e o ideal pretendido. Os depoimentos sinalizaram um movimento que já fazia parte de nossa vivência. No entanto, era preciso planejar as metas e ações na concretização de nosso ideal.

A Prof<sup>a</sup> Dra. Meri Abramowicz da PUC de São Paulo proferiu palestra com o título "A Universidade e o seu projeto institucional", visando a discussão dos fundamentos teórico-práticos que envolvem a construção do projeto pedagógico, orientando a discussão em torno de: "*o que é, o que implica, o que simboliza o Projeto Pedagógico Institucional*". Para a palestrante, há a necessidade de compreender o Projeto Pedagógico como "um processo em construção".

Os momentos vividos neste "I Seminário de Integração Universitária: *Febe Quem Somos? O Que Queremos?*" estimularam reflexões acerca do Projeto Educativo Institucional. Este evento culminou com o planejamento integrado dos diversos segmentos que compunham a estrutura e organização da FEBE/CESBE, indicando-nos as possíveis metas e ações a serem desencadeadas no planejamento da instituição.

O Planejamento Institucional foi uma das metas propostas e desenvolvidas junto aos diversos segmentos representativos da comunidade acadêmica com vista à transformação da FEBE/CESBE em Centro Universitário. Era necessária, a partir

dos indicadores sinalizados no I Seminário de Integração Universitária, a implementação das principais metas e ações contempladas no Projeto Pedagógico Institucional. Para a concretização deste ideal, foi realizado um encontro de discussão, voltada inicialmente, ao tema “*A FEBE/CESBE como Centro Universitário e o seu Plano de Desenvolvimento Institucional*”. Na oportunidade, tivemos a presença do professor Doutor Cláudio Neiva que esclareceu, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, a natureza do Centro Universitário.

Para o professor Neiva, uma instituição que pretenda ser Centro Universitário precisa dar atenção a uma composição de corpo docente equilibrado entre experiência profissional, domínio de conhecimento e de metodologia científica. Para alcançar esse equilíbrio, ela precisa entender que há certas áreas de ensino onde, para se alcançar excelência, será preciso fazer pesquisa, investir em laboratórios, bibliotecas, assinaturas de periódicos, que sustentem o trabalho de alguns grupos de pesquisa que sejam capazes de irradiar para o restante do corpo docente, para todos os cursos da instituição, esse sentido investigativo, essa capacidade de investigação. Ainda nesse encontro, foi possível discutir e sistematizar a missão institucional.

Outro aspecto da discussão sobre a identidade institucional foi “*O Projeto Pedagógico nos Cursos de Graduação da FEBE/CESBE: Fundamentos e Metodologia*”, realizada na Formação Continuada dos docentes, em julho de 2002. Com esta temática, foi possível refletir as diferentes concepções e práticas educativas desenvolvidas no contexto curricular dos cursos de graduação frente às mudanças e desafios assumidos na docência. Neste momento, os cursos tinham a necessidade de aprimorar o seu Projeto Pedagógico, sendo que este trabalho já vinha sendo realizado desde 1999.

Na oportunidade, foram discutidos os princípios e fundamentos que norteiam a construção de um Projeto Pedagógico, bem como o caminho metodológico para a sua implementação e avaliação. Foram desenvolvidas também oficinas pedagógicas, objetivando oferecer suporte aos docentes.

A realização do “II Seminário de Integração Universitária - Avaliando as metas e projetando novas ações” no final do ano letivo em 2002, objetivou diagnosticar se as metas e ações propostas pela comunidade acadêmica no “I Seminário de Integração Universitária” a partir do planejamento institucional, foram alcançadas.

Esta ação teve ainda como propósito identificar os avanços e limitações presentes no decorrer deste processo, sendo mediada inicialmente, pelos coordenadores de curso, que em parceria com os docentes e acadêmicos refletiram e projetaram novas metas e ações para o ano de 2003.

Com o avanço do processo de transformação do Centro de Educação Superior de Brusque em Centro Universitário - Unifebe, no ano de 2003, a política de Formação Continuada se intensifica mediante a necessidade de concretização da missão e dos objetivos institucionais. Nesta direção, como prosseguimento das ações, organizou-se o III Seminário de Formação Continuada que objetivou provocar uma reflexão sobre a prática docente em torno da Missão institucional, do Projeto Institucional e do Projeto Pedagógico.

As temáticas discutidas neste encontro contemplaram a Missão Institucional da FEBE: Fundamentos éticos, políticos e epistemológicos; Projeto Institucional, Projeto Pedagógico dos Cursos e Plano de Ensino: uma articulação necessária.

Foram apontadas ainda as ações que a instituição vem desenvolvendo em vista da consecução dessas metas, quais sejam: a implementação do Programa de Avaliação Institucional, a Formação Continuada dos Docentes, a implementação dos projetos pedagógicos nos cursos de graduação, a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional, a implementação do Núcleo de Apoio Pedagógico, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a ampliação da estrutura física e oferta de novos cursos de graduação, entre outras.

O seminário proporcionou também oficinas sobre os itens dos “Planos de Ensino”, almejando mais clareza sobre os mesmos, na busca de uma prática docente articulada e eficiente.

As práticas de formação que se desencadeiam no processo de construção do Projeto Pedagógico tomam como referência uma dimensão coletiva, por meio de um trabalho crítico e reflexivo sobre a prática docente. Nessa perspectiva, com a participação da equipe do NAPE - Núcleo de Apoio Pedagógico, organizou-se o IV Seminário de Integração Universitária para discutir os processos de ensinar e aprender. Dessa forma, o trabalho na formação continuada caminhou para as discussões das teorias de aprendizagem e a metodologia de ensino pertinente à garantia de uma aprendizagem significativa no ensino superior.

A palestra inicial foi proferida pela Prof<sup>a</sup> Dra. Andréa Zanella, da UFSC, que abordou o tema “Teorias de Aprendizagem”, retomando as principais correntes teóricas que discutem o tema, visando oportunizar maior clareza teórica para que os docentes possam refletir sobre suas práticas, buscando re-significar as ações de acordo com a missão e com os objetivos institucionais.

Foram desenvolvidas ainda várias oficinas pedagógicas abordando os temas: Aula Expositivo-Dialogada, Ensino-Pesquisa, Prova Operatória, Seminário, Estudo de Texto e Mapa Conceitual. Esses temas atendiam à demanda dos professores por uma formação didática mais específica, e contribuíram para articular a fala inicial da Prof<sup>a</sup> Zanella com as situações mais práticas do cotidiano docente.

O ano de 2004 iniciou-se com “V Seminário de Integração Universitária - Unifebe: Realidade e compromisso”, num momento em que o Centro Universitário de Brusque – Unifebe já era uma realidade. Esta temática se apresentou como uma necessidade para a comunidade acadêmica compreender a missão, os princípios, as diretrizes e os objetivos que norteiam o Projeto Institucional e a partir destes, realizar uma intervenção pedagógica coerente.

A abertura do evento ficou por conta do Prof. Dr. Mário Sérgio Cortella, da PUC/SP, que desenvolveu o tema: “Antropodiversidade e visão de alteridade: flexibilidade sólida, convivência honesta e lealdade transparente”.

Cortella falou da função social da educação, que deve estar articulada à paixão dos educadores pela construção de uma humanidade melhor, enfrentando os

preconceitos, o cinismo, o narcisismo e a violência, na busca de um respeito sincero pelo outro, sem hipocrisia e da flexibilidade sem volubilidade.

A palestra do Prof. Cortella suscitou um profícuo debate, e contribuiu de maneira significativa para a elucidação de questões inerentes à Missão Institucional, sobretudo sua ênfase no caráter humanista da formação, enquanto apresentou inúmeras situações reais que ilustram as conseqüências práticas daquilo que é definido na Missão e que, de fato, lhe dão significado.

Na seqüência da formação, a administração superior apresentou os avanços da Unifebe no ano de 2003 e as perspectivas para 2004.

A proposta de formação continuada objetivou no ano de 2004 desencadear com os docentes e discentes dos cursos de graduação, o estudo e a reflexão acerca do espaço ideológico que a avaliação ocupa no contexto dos cursos, e coletivamente propor as alternativas metodológicas viáveis na consecução e implementação da nova proposta de avaliação no primeiro semestre de 2005.

Para tanto, no segundo semestre, organizou-se o 2º módulo da formação, que contou com a presença do Prof. Dr. Miguel Arroyo, da PUC/MG, que proferiu a palestra “Avaliar no Contexto da Humanização”. O objetivo foi sensibilizar e provocar nos docentes e discentes uma reflexão acerca do papel que a avaliação cumpre no contexto atual. Nesse cenário, buscou resgatar a trajetória histórica da avaliação e suas conseqüências para formação, bem como situar os pressupostos de uma avaliação pautada em uma educação humanizadora, sinalizando práticas para subsidiar e contribuir com a mudança que se pretende implementar.

Esse tema se mostrou crucial para o momento, tendo em vista a previsão para a implantação, no início do ano letivo de 2005, de nova concepção de avaliação do processo ensino - aprendizagem na instituição.

Além da palestra do Profº Arroyo, os cursos se reuniram para a discussão conjunta da questão da avaliação na realidade de cada curso, em vistas da elaboração de um “contrato didático”, a fim de elucidar a concepção, os instrumentos e os critérios de avaliação.

Diante do contexto da Reforma Universitária proposta pelo governo federal no final do ano de 2004, a formação continuada de 2005 remeteu à referida discussão.

Para a palestra inicial que contou com a presença de vários segmentos da sociedade organizada da região de Brusque, foi convidado o Prof. Dr. Paulo Hentz, membro do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, que apresentou pontos críticos do projeto, destacando sua afronta com o princípio federativo, na medida em que diminui a importância dos conselhos estaduais no controle e na fiscalização do ensino superior. O tema levantou importantes discussões e cumpriu o objetivo principal de trazer a comunidade regional para esse importante debate.

Na segunda noite do seminário, contamos com a presença da Prof<sup>a</sup> Dra. Verônica Gesser, da UNIVALI, que apresentou o tema: “Projeto Educativo Institucional: por um movimento crítico emancipatório”. Houve destaque para as características e a importância do Projeto Pedagógico Institucional, como a constituição da identidade da instituição e a explicitação dos valores embutidos nas suas ações. Discutiu ainda a necessidade de um projeto integrado e flexível e os pressupostos epistemológicos e metodológicos que lhe são inerentes.

Na terceira noite, os cursos se reuniram com a finalidade de promover o estudo com o colegiado acerca dos referenciais contidos no projeto pedagógico, visando a sua reconstrução a partir da nova política curricular, constituindo também uma comissão em cada curso, para perpetuar essa discussão durante todo o ano.

O VII seminário de formação continuada, realizado no período de 18 a 20 de julho de 2005 teve como objetivo discutir a política de estágio curricular obrigatório e não obrigatório no contexto do Projeto Pedagógico da Unifebe, buscando analisar criticamente os referenciais desta política e seus impactos na formação acadêmica, com vistas ao redimensionamento da política institucional.

No primeiro dia aconteceu uma mesa redonda em que cada curso de graduação apresentou sua concepção, seus fundamentos e suas práticas acerca dos estágios curriculares obrigatórios desenvolvidos no contexto dos projetos pedagógicos. As discussões pautaram-se na missão e objetivos do curso; no perfil

profissiográfico; no delineamento do estágio na matriz curricular do curso; no diagnóstico e planejamento dos campos de estágio; nas ações e projetos implementados; no processo de avaliação dos estágios; na divulgação dos resultados; nos avanços e limitações percebidos em cada curso de graduação; no impacto do estágio na formação do acadêmico.

No segundo dia de formação foi realizada a palestra: “*Estágio curricular no ensino superior: articulação da dimensão pedagógica e profissional*” proferida pela Prof<sup>a</sup> Dra. Cássia Ferri. Esse momento foi planejado com o intuito de se discutir a política curricular de estágio, levando em consideração as diferentes dimensões que integram a ação docente e a formação acadêmica.

No último dia de formação, constituíram-se grupos de trabalhos com o objetivo de identificar conceitualmente as dimensões que integram a concepção e prática do estágio curricular nas diferentes áreas de ensino, buscando re-significar concepções e ações, delineando a política de estágio curricular dos cursos com vistas a realidade institucional e externa.

A Formação Continuada da Unifebe, agora sob a responsabilidade da Assessoria de Desenvolvimento Institucional, contemplou no primeiro semestre de 2006 três propostas, à saber: o seminário intitulado “A construção do conhecimento na Educação Superior promovida pela articulação ensino, pesquisa e extensão”; “Formação Docente para o Ensino Superior”; e “Unifebe para Ingressantes”.

O Seminário “A construção do conhecimento na Educação Superior promovida pela articulação ensino, pesquisa e extensão” visou promover reflexões junto à comunidade acadêmica acerca do processo de construção do conhecimento na educação superior, discutindo o papel do professor e do aluno nesse processo, e a importância da pesquisa e da extensão articuladas ao ensino, para a sua efetiva produção.

O principal objetivo do Seminário foi discutir no contexto do Projeto Pedagógico da Unifebe e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação a “construção do conhecimento” como função essencial das

instituições de Educação Superior, buscando uma maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão na forma de pensar/fazer educação.

No primeiro dia de formação promovemos uma palestra com o professor Júlio Wiggers acerca da referida temática. O objetivo foi de refletir os novos desafios e as possibilidades da educação superior como promotora de conhecimento, analisando o papel dos docentes e acadêmicos nesse processo.

No segundo dia convidamos a professora Stela Meneghel para nos auxiliar na compreensão da articulação entre ensino, pesquisa e extensão na graduação, objetivando conhecer concepções e ações que delineiam essa significativa articulação no contexto da Unifebe.

No terceiro dia constituímos grupos de trabalho para analisarmos os projetos pedagógicos dos cursos, os planos de ensino, as ações em desenvolvimento e novas ações que contemplem a articulação desejada.

A proposta de Formação Continuada “Formação Docente para o Ensino Superior” foi realizada no decorrer do semestre letivo, perfazendo a carga horária de 40h/a. Essa proposta objetivou atender as necessidades diagnosticadas através da Avaliação Institucional em relação ao desempenho docente. Desta forma, a programação envolveu as temáticas onde a análise dos dados coletados revelou certa carência. Todos os docentes foram convidados a participar, independente do resultado obtido em sua avaliação específica.

Cabe destacar que em fevereiro de 2006 foi implantada uma nova modalidade de formação continuada para docentes ingressantes na instituição, objetivando que conheçam a Unifebe, sua missão, sua proposta pedagógica e os diferentes setores que a compõem.

Ainda no primeiro semestre 2006 realizamos pela primeira vez, uma proposta de formação continuada para funcionários técnico - administrativos, sendo que, dissociada da formação docente.

Aprimorando a concepção de formação continuada, em 2006/2 passamos a compreendê-la como necessária aos docentes e aos funcionários técnico –

administrativos. Assume então esse caráter, não se restringindo apenas aos docentes.

Nesse sentido, realizamos de 10 a 13 julho de 2006, a Formação Continuada para Docentes e Funcionários Técnico - Administrativos intitulada: “Conhecimentos Entrelaçados: Refletindo a Qualidade no Ensino Superior”, cujo objetivo geral esteve centrado nas discussões acerca do incremento da qualidade no processo ensino- aprendizagem.

A programação do evento contemplou momentos de integração entre docentes, funcionários técnico - administrativos, acadêmicos e comunidade externa, bem como momentos específicos atendendo às necessidades apontadas pela Avaliação Institucional.

A abertura do evento foi destinada à apresentação e discussão do Projeto Pedagógico Institucional - PPI e do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, explicitando a importância destes e a trajetória de sua construção realizada por todos os que compõem o coletivo dessa instituição, sendo sistematizados pela Assessoria de Desenvolvimento. O momento teve a participação de docentes, funcionários- técnico administrativos e acadêmicos.

Na seqüência, foram realizados grupos de estudos para docentes, cujas temáticas atenderam sugestões dos mesmos. Os funcionários técnico-administrativos participaram da palestra “Postura Assertiva no Atendimento”, mediada pela Prof<sup>a</sup> Eliana Wamser.

A quarta noite do evento contemplou a palestra “O dia a Dia do Professor Competente em Aula”, ministrada pelo Prof<sup>o</sup> Vasco Pedro Moretto e foi direcionada aos docentes, funcionários técnico-administrativos, acadêmicos e à comunidade externa. O momento oportunizou significativas reflexões a respeito da ação docente e trouxe relevantes contribuições a todos os responsáveis pelo “fazer educacional”, que envolve a instituição em sua totalidade.

A outra proposta da Formação Continuada desenvolvida nesse segundo semestre de 2006, foi destinada aos docentes e funcionários técnico-administrativos

interessantes na instituição. Essa proposta contemplou a carga horária de 4h/a, dividida em dois momentos.

O primeiro momento integrou docentes e funcionários técnico-administrativos e foi destinado a apresentação da Reitoria, das Pró- Reitorias, da missão e da proposta institucional, e dos setores: RH, Secretaria Acadêmica, Secretaria das Coordenações de Cursos, Biblioteca Acadêmica, Patrimônio, Soae, Núcleo de Informática e Assessoria de Desenvolvimento. Todos os setores foram apresentados por funcionários que atuam nas áreas específicas.

O segundo momento, específico aos docentes, contemplou o plano de ensino. Foram apresentados e discutidos os fundamentos do mesmo, e a partir desses, foi oferecido suporte em relação à sua elaboração.

Em 2007.1 a temática discutida foi Caminhos para o Ensino Superior, e 2007.2 Educação Superior: Desafios Contemporâneos e a Construção de Novos Caminhos, apresentando o mesmo formato de 2006, para técnico-administrativos e docentes tendo como objetivo proporcionar momentos de estudo e reflexão sobre o conceito de Universidade, como espaço de produção, organização, sistematização e divulgação social do conhecimento, da cultura e da inovação, considerando o tripé que dá sustentação ao ensino superior: ensino, pesquisa e extensão.

Realizada entre os dias 11 e 13 de fevereiro de 2008, a Formação Continuada 2008.1, foi intitulada de “Unifebe 35 Anos: o conhecimento que faz a diferença” enfatizando os 30 anos de fundação e dos 5 anos de credenciamento do Centro Universitário de Brusque - Unifebe, reforçando a marca institucional. A Formação do primeiro semestre letivo de 2008 teve como público alvo os docentes, discentes e técnico-administrativos da Unifebe.

O objetivo geral da Formação Continuada 2008.1 foi proporcionar momentos de estudo e reflexão para docentes e técnico-administrativos, sobre o conceito de aprendizagem proposta na missão institucional, que tem por objetivo promover o desenvolvimento humano integral almejando a qualidade de vida na sociedade.

Na primeira noite da Formação o tema abordado foi “Projeto Pedagógico Institucional: educação como instrumento de humanização”. O debate, mediado pela

Reitora da Unifebe Prof<sup>a</sup>. Maria de Lourdes Busnardo Tridapalli, contou com a participação da mesa, formada pela reitora, pró-reitores e representantes dos coordenadores, professores, acadêmicos e funcionários e do público presente, que em sua grande maioria era composta por professores e funcionários técnico-administrativos da Unifebe.

A segunda noite da Formação Continuada 2008.1, contou com uma palestra proferida por um egresso da Unifebe, o Prof. Dr. João Carlos Martins, que abordou o tema “O Significado da Aprendizagem”. A palestra realizada no auditório do bloco C da Unifebe contou com a participação de docentes, discentes e técnico-administrativos da Unifebe.

Na terceira e última noite da Formação, ocorreram grupos de estudos nos colegiados de cursos onde trataram sobre o tema “Rediscussão dos Projetos Pedagógico dos Cursos - PPCs à luz da missão institucional”. Participaram dos grupos de estudos os coordenadores dos cursos, docentes e acadêmicos. Para os técnico-administrativos foi realizada uma palestra com o tema “Desafios e Oportunidades em Qualidade de Vida”, que foi proferida pela Psicóloga Ivelise Mueller Diegoli.

Conforme mencionamos anteriormente, a história descrita aponta uma formação continuada para os docentes e por ora, percebemos um avanço no sentido de transpor essa concepção, não mais pensando em formação docente e sim, formação continuada para docentes e técnico-administrativos.

Redefinir a concepção que tínhamos e elaborar uma nova concepção implica na reestruturação de atitudes calcadas na missão institucional. Dessa forma, repensar a proposta de formação continuada para todos os envolvidos com o ofício da instituição significa traçar metas e projetar objetivos e estratégias que a viabilizem.

Portanto, é oportuno reiterar que a partir de 2006.1, além dos docentes, os técnico-administrativos, passaram a participar dos momentos de formação, buscando a integração entre os diversos segmentos da IES, objetivando a consonância com a missão institucional.

## 11 SUFICIÊNCIA DAS BASES FÍSICAS

CAMPUS DA UNIFEBE LOCALIZADO NO BAIRRO SANTA TEREZINHA

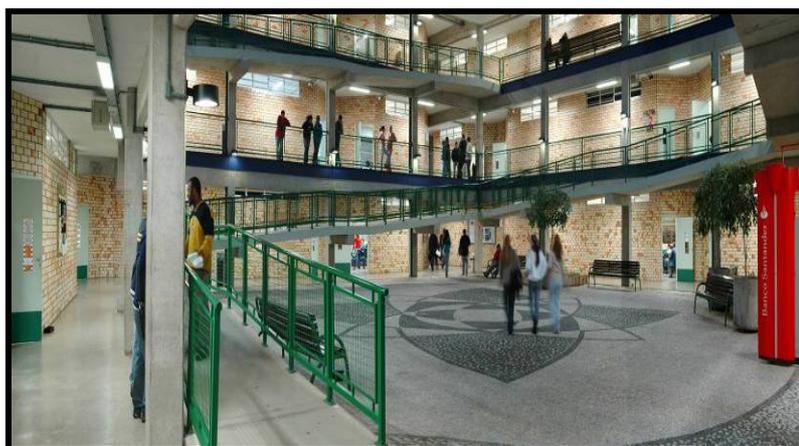


O *campus* do Bairro Santa Teresinha, onde estão localizados os Blocos A, B, e C possui sistema de climatização em todas as suas salas de aula, auditório, Biblioteca Acadêmica, laboratórios e as salas dos setores administrativos.

## 11.1 BLOCO A

Em 03 de março de 2001 foi inaugurado o Bloco A do *campus* da Unifebe iniciado em setembro do ano 2000.

IMAGEM INTERNA DO BLOCO A



Além, das salas de aula (com medidas entre 47m<sup>2</sup> e 78m<sup>2</sup>), nesse prédio estão funcionando quatro laboratórios de informática, (90m<sup>2</sup> cada um), uma sala de vídeo conferência, uma sala para os professores com dois banheiros (masculino e feminino) e 12 banheiros (6 masculinos e 6 femininos).

SALA DOS PROFESSORES



SALA DE AULA DO CURSO TECNOLOGIA EM GESTÃO EMPRESARIAL



Ainda nesse mesmo bloco, de 5,4 mil metros quadrados, estão funcionando a Secretaria Acadêmica, o setor de Recursos Humanos, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - Proeng, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - Propex, o Núcleo de Informática, a Assessoria Jurídica e a Reitoria.

## 11.2 CENTRO DE CONVENIÊNCIA – BLOCO B

Em primeiro de agosto de 2002 foi inaugurado o Bloco de Convivência, também conhecido como Bloco B.

### IMAGEM FRONTAL DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA – BLOCO B



Com 1.050 m<sup>2</sup>, esse bloco abriga o Diretório Central dos Estudantes, a Lanchonete, a Livraria, um setor de Fotocópias, a Assessoria de Comunicação Social, a Pró-Reitoria de Administração (Proad), a Contabilidade, o Financeiro, o setor de Serviços Gerais e o setor de Suprimentos.

IMAGEM FRONTAL DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA – BLOCO B



### 11.3 BLOCO C

O Bloco C da Unifebe teve sua obra iniciada em 29 de junho de 2004, e foi inaugurado em 23 de fevereiro de 2005.

IMAGEM DO PÁTIO DO BLOCO C



IMAGENS DO BLOCO C



Com uma área construída de 4.363,82 m<sup>2</sup>, o prédio abriga a Biblioteca Acadêmica com 1.077,51 m<sup>2</sup> e um auditório com 153,66 m<sup>2</sup> para comportar 130 pessoas e 30 salas de aula que são utilizados no período noturno e matutino pelos cursos de graduação e pós-graduação.

AUDITÓRIO DO BLOCO C



As salas de aula têm dimensões variando entre 43,87 m<sup>2</sup> e 77,96 m<sup>2</sup>. Além das salas de aula, funcionam neste bloco, duas salas destinadas à Secretaria das Coordenações, dois Laboratórios de Moda e a Assessoria de Desenvolvimento.

#### LABORATÓRIOS DO CURSO DE DESIGN DE MODA



#### 11.4 PRÉDIO DO ANFITEATRO

Além do campus do Bairro Santa Terezinha, a Unifebe possui, no centro do município de Brusque, um Anfiteatro.

O prédio do Anfiteatro é o primeiro imóvel próprio adquirido pela mantenedora da Unifebe. Inaugurado no dia 30 de abril de 1987, mede 1.442 m<sup>2</sup> (mil quatrocentos e quarenta e dois metros quadrados) e localiza-se à Rua Manuel Tavares, nº 52, no centro da cidade de Brusque. Nesse prédio encontram-se cinco salas de aula, uma sala de audiências e várias salas menores ocupadas pelo Núcleo de Prática Jurídica, banheiros e um auditório equipado com luz, som, palco com dois camarins e espaço na platéia para 450 pessoas sentadas.

#### IMAGENS EXTERNAS DO ANFITEATRO DA UNIFEBE



É no prédio do Anfiteatro que são realizadas as cerimônias de Colação de Grau dos cursos de graduação da Unifebe e a maioria dos eventos institucionais, promovidos tanto pela IES como pelos acadêmicos. Este prédio, também é bastante utilizado pela comunidade de Brusque na realização de eventos culturais.

IMAGENS INTERNAS DO ANFITEATRO DA UNIFEBE



## **12 ADEQUAÇÃO DE LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS**

### **12.1 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS DA UNIFEBE**

#### **12.1.1 Caracterização**

No ano 2000 foi implantado o Núcleo de Informática - NI que é um setor que está diretamente ligado à Reitoria da Unifebe. Os Laboratórios de Informática, a partir de então, passaram a definir seus trabalhos e atendimento através do NI.

A Unifebe possui quatro Laboratórios de Informática. O primeiro foi implantado em maio de 1996, o segundo em fevereiro de 2003 e o terceiro em março de 2005. A implantação do quarto Laboratório de Informática ocorreu no segundo semestre de 2007.

LABORATÓRIO I



LABORATÓRIO II



LABORATÓRIO III



Excetuando-se os horários de aulas, todos estão abertos gratuitamente aos acadêmicos e professores para elaboração de trabalhos escolares, monografias, teses e trabalhos de conclusão de cursos, bem como acesso à navegação na web.

Os usuários não precisam necessariamente ter conhecimento prévio de informática, pois os responsáveis pelo laboratório prestam-lhes assistência no uso dos computadores e softwares neles instalados.

### **12.1.2 Objetivos**

O Núcleo de Informática tem como objetivo principal garantir a organização do crescimento e desenvolvimento da Instituição em relação às novas tecnologias de informação, bem como resolver os problemas e necessidades que possam surgir.

O Núcleo é responsável pela manutenção e dinamização da Internet, inclusive do “site” da entidade, além de promover a autonomia e responsabilidade de

cada departamento pela atualização das suas próprias páginas (Internet) e modernização de seus equipamentos.

Ele tem como atribuições:

- a) manutenção dos equipamentos e planejamento na aquisição de hardware e software para a instituição;
- b) apoio técnico aos setores, auxiliando no acompanhamento da informatização da instituição;
- c) inserção e promoção das novas tecnologias nos cursos de graduação e pós-graduação, como recursos para o trabalho pedagógico e a pesquisa, possibilitando assim outras formas de promover o conhecimento no meio acadêmico;
- d) construção de um banco de dados da FEBE, facilitando assim, pela comunicação em rede, o acesso a dados e serviços da instituição pelos acadêmicos, professores, técnico-administrativos e comunidade;
- e) acompanhamento de discussões em torno das novas tecnologias na educação, educação a distância, levando os novos conceitos da área aos professores e aos cursos;
- f) elaboração de um projeto de treinamento em informática para os professores, que faz-se necessário para elaboração de aulas e pesquisas, utilizando os recursos oferecidos pelo uso do computador;
- g) manutenção da rede local, instalação e configuração de programas e equipamentos, testes de sistemas, processamento e comunicação com sistemas *on line*;
- h) gerenciamento do laboratório de informática;
- i) encaminhamento de projetos de informatização e reestruturação de novos setores;
- j) provimento de acesso remoto à Internet, aos professores e acadêmicos;

- k) gerenciamento do *site* da entidade, elaborando novas páginas, controlando as publicações enviadas pelos setores, disponibilizando *on line* serviços e dados úteis aos acadêmicos, professores, técnico-administrativos e comunidade.

### **12.1.3 Recursos humanos envolvidos**

Para atender as áreas de Suporte, Rede e Internet, a Unifebe conta, hoje, com 07 técnico-administrativos e 01 estagiário.

### **12.1.4 Horário de funcionamento**

Os Laboratórios I, II e IV estarão abertos aos acadêmicos, professores e técnico-administrativos da Unifebe de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 22h. Aos sábados funcionam apenas no período matutino, das 8h às 12h.

O Laboratório de Informática III funciona somente de segunda a sexta-feira, no período noturno, e nos sábados, no período matutino, de acordo com as necessidades do curso de Sistemas de Informação.

### **12.1.5 Política de uso**

Os Laboratórios de Informática I, II e IV são destinados aos acadêmicos, professores e técnico-administrativos da Unifebe para realização de trabalhos e pesquisas de cunho acadêmico, tanto nos softwares quanto na Internet.

O Laboratório I atende, também, alunos da rede municipal, estadual e membros da comunidade.

Em qualquer tempo, os trabalhos acadêmicos têm prioridade sobre qualquer outro uso.

O acesso à Internet é regulamentado.

O Laboratório III será usado exclusivamente para a área de Sistemas de Informação. Uma sala anexa a este laboratório, com 05 computadores e um monitor (funcionário) estará à disposição dos acadêmicos, de qualquer curso, para consultas e trabalhos durante o período da noite, de segunda a sexta-feira.

#### SALA PARA PESQUISA DO LABORATÓRIO III



##### 12.1.5.1 Aulas no laboratório

O Laboratório de Informática constitui espaço didático primordial para os cursos de graduação, que utilizam os recursos de internet disponíveis (sites, links, e-mails, e.books, blogs, chats, ICQ, Yahoo messenger, revistas virtuais e outros) para os estudos.

Além dos computadores ligados em rede, outros equipamentos próprios do Laboratório, como projetores multimídia, tela de projeção, impressoras, microfones e vídeo-câmeras estão disponíveis para as atividades realizadas nos Laboratório.

##### 12.1.5.2 Internet

Os Laboratórios de Informática da Unifebe colocam à disposição de acadêmicos e professores o mundo da Internet. Os usuários podem cadastrar-se, gratuitamente, para ter o seu endereço eletrônico (*e-mail*).

A pesquisa é livre e por esta razão, há restrições de uso da Internet.

A Unifebe também é provedora de Internet, realizando a autenticação dos técnico-administrativos, acadêmicos e professores com conexão através de linha discada e ADSL. Com a implantação da Internet-2 (RCT-2), a Unifebe, através da sua mantenedora, disponibilizou o acesso à comunidade.

### **12.1.6 Equipamentos de apoio didático-pedagógico**

Os cursos de graduação da Unifebe têm à sua disposição os equipamentos didático-pedagógicos a seguir relacionados:

- 20 retroprojetores;
- 20 telas para retroprojetores;
- 03 televisores;
- 04 vídeos cassete;
- 05 televisores com vídeo acoplados;
- 02 projetores de slides, 03 episcópios;
- 02 rádios (gravador com CD);
- 02 máquinas fotográficas;
- 07 projetores multimídia.

Além dos sete (07) aparelhos de projetores multimídia que a Unifebe possui, o curso de Administração possui um (01) e o curso de Ciências Contábeis um (01).

### **12.1.7 Equipamentos de informática disponíveis**

A seguir apresentaremos uma relação dos equipamentos de informática que a Unifebe dispõe até o presente momento.

QUADRO DA RELAÇÃO DOS COMPUTADORES INSTALADOS NA UNIFEBE\*

| Tipos de Computadores | Administração |          |           | Ensino de Graduação (*) |          |            | Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão |          |          |
|-----------------------|---------------|----------|-----------|-------------------------|----------|------------|------------------------------------|----------|----------|
|                       | Em rede       | Isolado  | Total     | Em rede                 | Isolado  | Total      | Em rede                            | Isolado  | Total    |
| Pentium IV            | 35            | -        | 35        | 51                      | -        | 51         | 5                                  | -        | 5        |
| Pentium III           | 12            | -        | 12        | 49                      | -        | 49         | 1                                  | -        | 1        |
| Celeron 2.56Mhz       | 3             | -        | 3         | 13                      | -        | 13         | 1                                  | -        | 1        |
| Celeron 333Mhz        | 12            | -        | 12        | -                       | -        | -          | -                                  | -        | -        |
| Pentium 100Mhz        | 4             | -        | 4         | -                       | -        | -          | -                                  | -        | -        |
| Servidores            | 10            | -        | 10        | -                       | -        | -          | -                                  | -        | -        |
| <b>Total</b>          | <b>76</b>     | <b>-</b> | <b>76</b> | <b>113</b>              | <b>-</b> | <b>113</b> | <b>7</b>                           | <b>-</b> | <b>7</b> |

FONTE: NÚCLEO DE INFORMÁTICA – ABR/2007.

\*TODOS OS COMPUTADORES ESTÃO LIGADOS À REDE.

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DA UNIFEBE

| SETOR                                 | Micro-computadores | Servidores | Impressoras | Kit multimídia | Scanner | No-break | Hub | Roteador | Roteador ADSL | Switches |
|---------------------------------------|--------------------|------------|-------------|----------------|---------|----------|-----|----------|---------------|----------|
| Administração da Rede (NI)            | 09                 | 10         | 02          | 08             | 01      | 05       | 7   | 03       | 02            | 29       |
| Almoxarifado / Compras                | 01                 | -          | -           | 01             | -       | -        | -   | -        | -             | -        |
| Assessoria Jurídica                   | 03                 | -          | 02          | 03             | -       | -        | -   | -        | -             | -        |
| Biblioteca Acadêmica                  | 16                 | -          | 02          | 05             | -       | -        | -   | -        | -             | -        |
| Central Telefônica                    | 01                 | -          | -           | 01             | -       | -        | -   | -        | -             | -        |
| Contabilidade                         | 02                 | -          | 01          | 02             | -       | -        | -   | -        | -             | -        |
| Secretaria das Coordenações de cursos | 09                 | -          | 02          | 07             | -       | -        | -   | -        | -             | -        |
| Assessoria de Comunicação Social      | 03                 | -          | 01          | 03             | 01      | -        | -   | -        | -             | -        |
| Pró-Reitoria de Administração         | 01                 | -          | 01          | 01             | -       | -        | -   | -        | -             | -        |
| Laboratórios de Informática           | 89                 | -          | 02          | 75             | -       | -        | -   | -        | -             | -        |
| Núcleo de Prática Jurídica – NPJ      | 12                 | -          | 04          | 12             | 01      | -        | -   | -        | -             | -        |
| Reitoria                              | 03                 | -          | 01          | 03             | -       | -        | -   | -        | -             | -        |
| Assessoria de Desenvolvimento         | 05                 | -          | 02          | 03             | -       | -        | -   | -        | -             | -        |
| Pró-Reitoria de Ensino de Graduação   | 02                 | -          | 02          | 02             | -       | -        | -   | -        | -             | -        |

| SETOR  | Micro-computadores | Servidores | Impressoras | Kit multimídia | Scanner   | No-break  | Hub       | Roteador  | Roteador ADSL | Switches  |
|--|--------------------|------------|-------------|----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------------|-----------|
| Recursos Humanos                                   | 04                 | -          | 02          | 04             | -         | -         | -         | -         | -             | -         |
| Secretaria Acadêmica                               | 09                 | -          | 03          | 05             | -         | -         | -         | -         | -             | -         |
| Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão | 07                 | -          | 03          | 06             | -         | -         | -         | -         | -             | -         |
| SOAE   | 02                 | -          | 02          | 02             | -         | -         | -         | -         | -             | -         |
| Patrimônio   | 01                 | -          | -           | 01             |           |           |           |           |               |           |
| Tesouraria   | 03                 | -          | 02          | 03             | -         | -         | -         | -         | -             | -         |
| Educação Física                                    | 14                 | -          | 01          | 14             | -         | -         | -         | -         | -             | -         |
| <b>Total</b>                                       | <b>196</b>         | <b>10</b>  | <b>36</b>   | <b>161</b>     | <b>03</b> | <b>05</b> | <b>07</b> | <b>03</b> | <b>02</b>     | <b>29</b> |

FONTE: NÚCLEO DE INFORMÁTICA – ABR/2007.

Os computadores lotados no laboratório de informática também estão à disposição dos professores e acadêmicos da Pós-Graduação e técnico-administrativos das IES.

## 12.2 BIBLIOTECA ACADÊMICA

### 12.2.1 Caracterização

A Biblioteca Acadêmica é um órgão que está diretamente ligado à Reitoria do Centro Universitário de Brusque – Unifebe e mantém o controle e a organização de todo o seu acervo.

Em 23 de fevereiro de 2005 a Biblioteca Acadêmica inaugurou seu novo espaço físico, localizado no segundo piso do Bloco C.

#### ÁREA DE ACESSO A BIBLIOTECA ACADÊMICA



Criada em 1973, a biblioteca comporta, além da área destinada ao acervo e ao espaço para consulta, setor de coleção especial, setor de referência, mapoteca, videoteca, espaço para estudo individual e em grupo.

#### BIBLIOTECA ACADÊMICA



### 12.2.2 Espaço físico

A Biblioteca Acadêmica está localizada no segundo piso do Bloco C do *campus* e conta com um espaço de 987,85 m<sup>2</sup>, sendo destes:

- 42,25 m<sup>2</sup> destinados à coordenação e processamento técnico;
- 42,25 m<sup>2</sup> estudo em grupo e orientação;
- 41,74 m<sup>2</sup> destinados à coleção de referência;

- 23,40 m<sup>2</sup> destinados à coleção especial;
- 17,40 m<sup>2</sup> destinados á videoteca.

O restante da área está dividido em:

- coleção de periódicos;
- cabines de estudo individual;
- espaço para leitura.

#### MESAS PARA PESQUISA E LEITURA



### 12.2.3 Segurança do espaço físico e equipamentos

Atualmente a Biblioteca Acadêmica possui ambiência adequada para a preservação dos acervos e o desenvolvimento de suas funções como um todo. Possui área suficiente e condições de expansão.

A escolha de mobílias e equipamentos obedece as rigorosas especificações de segurança contra acidentes, agressão ambiental ou biológica, assegurando boa conservação. Contemplam também, percursos de evacuação do edifício, saídas de emergência devidamente sinalizadas, sistemas de alarme e detecção de incêndios e, sistemas de combate a incêndios previstos no interior e exterior do edifício.

A próxima ação será a de elaborar um projeto para instalação de um sistema antifurto para o acervo da biblioteca.

#### **12.2.4 Manutenção**

A manutenção do acervo se dá por avaliações periódicas da equipe da biblioteca e, os livros que necessitarem de restauração serão retirados do acervo e encaminhados a empresas terceirizadas para efetuar reparos. Neste processo também é avaliado o item custo/benefício da restauração dos mesmos.

Salientamos, que foi organizado, no mês de outubro de 2005, uma exposição de livros danificados da Biblioteca Acadêmica, com o objetivo de conscientizar os usuários na preservação do acervo bibliográfico.

#### **12.2.5 Objetivos**

A Biblioteca Acadêmica da Unifebe tem por objetivos específicos:

- a) disponibilizar informações de caráter científico e técnico para a construção do conhecimento;
- b) maximizar o uso do acervo bibliográfico;
- c) criar metodologias que incentivem a comunidade acadêmica, real e em potencial, a freqüentar a biblioteca.

#### **12.2.6 Responsabilidade social**

É considerada responsabilidade social as ações que se referem às contribuições da Unifebe em relação à inclusão social, cultural e digital da sociedade. Neste sentido, a biblioteca poderá contribuir facilitando o acesso a informação, com objetivo de minimizar as lacunas existentes em determinadas comunidades, no que diz respeito ao acesso aos livros.

A tabela a seguir, demonstra o número atendimentos à comunidade nos últimos três anos.

QUADRO DO Nº DE ATENDIMENTOS A COMUNIDADE

| Ano  | Nº de Atendimento |
|------|-------------------|
| 2004 | 1.100             |
| 2005 | 1.540             |
| 2006 | 1.372             |

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

Salientamos que em 1998, a Biblioteca Acadêmica atendia aproximadamente 200 pessoas da comunidade.

### **12.2.7 Informatização da Biblioteca Acadêmica**

Atualmente a Biblioteca Acadêmica encontra-se totalmente informatizada, possibilitando aos seus usuários consulta *on-line* ao acervo, renovação e reserva de materiais.

O *software* Pergamum permite que seja identificado a localização e a situação de exemplares, ou seja, se estes estão disponíveis no acervo ou emprestados.

Dando continuidade ao processo de informatização, foi iniciado em 2005, a impressão da carteira de identificação de usuários da biblioteca, que permite que os usuários realizem as rotinas de empréstimo e, como segue Medida Provisória nº 2.209 de 17 de agosto de 2001, concede o direito à meia-entrada em eventos culturais e esportivos.

### **12.2.8 Horário de funcionamento**

A Biblioteca Acadêmica do Centro Universitário de Brusque – Unifebe funciona nos seguintes horários:

QUADRO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA ACADÊMICA

| Dia da Semana    | Horário                              |
|------------------|--------------------------------------|
| De 2ª a 6ª feira | Das 7h30min às 12 h e das 13h às 22h |
| Sábados          | Das 8h às 11h30min e das 13h às 16h  |

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

### 12.2.9 Recursos humanos envolvidos

A estrutura organizacional da Biblioteca Acadêmica é composta de bibliotecárias, auxiliares administrativos e estagiários/bolsistas, conforme demonstra o quadro abaixo:

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA BIBLIOTECA ACADÊMICA

| Descrição/Cargo                   | Funcionário                             | Horas/Semanais |
|-----------------------------------|---|----------------|
| Bibliotecária chefe               | Carla Zenita do Nascimento – CRB 14/727 | 40h            |
| Bibliotecária                     | Angela Sikorski Santos – CRB 14/836     | 40h            |
| Auxiliar Administrativo           | Mara Cristina Hüppes                    | 40h            |
| Auxiliar Administrativo           | Jeniffer Margaret Barbosa               | 40h            |
| Estagiária                        | Sheila Tomaz                            | 20h            |
| <b>Total de Colaboradores: 05</b> |   |                |

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

### 12.2.10 Apoio à normalização de trabalhos acadêmicos

A partir do início do ano letivo de 2007, a Unifebe passou a adotar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT como o referencial metodológico para os trabalhos acadêmicos de todos os cursos de graduação (alunos que ingressaram a partir do 1º semestre de 2007), ação consolidada pela Resolução Consuni nº 06/07, de 21 de fevereiro de 2007.

Considerando essa mudança um avanço e um salto qualitativo na elaboração, padronizada, dos trabalhos acadêmicos. Cabe reiterar, que não

somente para a disciplina de Metodologia Científica, mas para todas as disciplinas, as orientações metodológicas são as mesmas. Em outras palavras, para garantirmos a qualidade da produção científica na Unifebe, é imprescindível que todos os docentes sigam as mesmas diretrizes para orientação de trabalhos, conforme Instrução Normativa Proeng nº 01/07, de 27 de março de 07.

Desse modo, na intenção de contribuir para a padronização nos procedimentos metodológicos e na qualidade das produções acadêmicas, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, juntamente com professores de metodologia e bibliotecárias da Unifebe, elaborou uma apostila didática, que servirá de alicerce e orientação, aos docentes e discentes, quanto ao referencial metodológico adotado pela Unifebe. O referido material apresenta-se como síntese, e, vem a definir alguns aspectos que a ABNT deixa em aberto. Esta apostila tem por finalidade, facilitar a execução de trabalhos acadêmicos e pesquisas dos discentes e docentes, abordando informações relativas às exigências atuais dos trabalhos científicos. Salientando que, o referido material se encontra disponível no site da Unifebe – Central de Aluno e Central do Professor, bem como na biblioteca da Instituição.

Por fim, destacamos que nosso intuito com esse material é contribuir para uma formação sólida e de qualidade, na construção crítica e criativa do conhecimento humano, de forma organizada e sistematizada, oferecendo orientações práticas desde os procedimentos de escrita até a apresentação formal dos trabalhos.

### 12.2.11 Equipamentos disponíveis

A Biblioteca possui para desempenhar suas atividades e atender aos seus usuários os seguintes equipamentos:

QUADROS DOS EQUIPAMENTOS DA BIBLIOTECA ACADÊMICA

| Quantidade | Descrição dos Equipamentos   | Finalidade   |
|------------|--|--|
| 03         | Computadores Intel Celeron 1.10 GHz com 246 de RAM<br>Pentium 3, 600 MHz, com 128 de RAM                             | processamento técnico e atividades administrativas   |
| 01         | Pentium IV CPU 2.8 GHz , com 256 de RAM  | processamento técnico, atividades administrativas, elaboração de carteira de usuários.                 |
| 03         | Pentium II, 350 MHz, com 128 de RAM,<br>Pentium 100 MHz, com 32 de RAM,<br>Intel Pentium III, 600 MHz, com 64 de RAM | terminais para rotinas de empréstimo, devolução e renovação de materiais.                              |
| 05         | IBM, com 16 de RAM<br>Pentium 100 MHz, com 16 de RAM   | terminais para consulta ao acervo, renovação e reserva de materiais.                                   |
| 08         | Pentium III, 1,0 GHz, com 128 de RAM<br>Intel Celeron 333 MHz, com 32 de RAM.  | Terminais com acesso a internet para pesquisas e digitação de trabalhos                                |
| 01         | Impressora jato de tinta HP 610C   | atividades administrativas   |
| 01         | Impressora Laser HP 1000   | atividades administrativas e impressão de etiquetas com código de barra                                |
| 01         | Impressora Zebra – Eltron P420 card printer  | impressão de carteira de identificação de usuários   |
| 01         | Scanner HP 3770  | digitalização de fotos para a carteira de usuários   |
| 03         | Leitoras ópticas   | leitura de código de barras – efetivando as rotinas de empréstimo, renovação e devolução de materiais. |

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

### 12.2.12 Serviços prestados

Compete à Biblioteca Acadêmica executar os serviços a seguir:

- a) intercâmbio de publicações;
- b) lista de desideratas;

- c) seleção e aquisição de material bibliográfico nacional e estrangeiro;
- d) orçamento de material bibliográfico;
- e) catalogação, classificação e preparo físico do material bibliográfico;
- f) listas do acervo de monografias, das publicações seriadas e dos multimeios;
- g) atendimento e orientação à comunidade acadêmica e externa;
- h) restauração de obras danificadas;
- i) orientação quanto ao uso da base de dados;
- j) manutenção e organização dos acervos;
- k) sumários de periódicos correntes;
- l) exposição de novas obras adquiridas;
- m) comutação bibliográfica;
- n) empréstimo inter-bibliotecário;
- o) levantamento bibliográfico automatizado;
- p) capacitação dos usuários quanto ao uso da biblioteca;
- q) orientação quanto à normalização bibliográfica;
- r) empréstimo local e domiciliar;
- s) cadastro de usuários.

### **12.2.13 Política de empréstimo e consulta**

A consulta ao acervo da biblioteca é disponibilizada aos acadêmicos, professores, técnico-administrativos e comunidade em geral.

O empréstimo domiciliar restringe-se aos acadêmicos regularmente matriculados em todos os níveis de ensino da Unifebe, técnico-administrativos e professores da Instituição. Com a informatização, através do *software* Pergamum os usuários poderão realizar consulta on-line ao acervo, renovação e reserva de materiais.

Os quadros a seguir apresentam os tipos de materiais a serem emprestados, os prazos e as cotas de cada categoria de usuários:

- a) livros, monografias, relatórios de prática de ensino, projetos de pesquisa e materiais complementares;

**QUADRO DOS MATERIAIS A SEREM EMPRESTADOS POR PRAZOS, COTAS E CATEGORIAS DE USUÁRIOS**

| <b>Categorias</b>   | <b>Prazos</b> | <b>Cotas</b> |
|---|---------------|--------------|
| Docentes  | 15 dias       | 5 unidades   |
| Acadêmicos da graduação e de cursos seqüenciais                         | 07 dias       | 3 unidades   |
| Acadêmicos da pós-graduação   | 15 dias       | 5 unidades   |
| Alunos de cursos de extensão  | 07 dias       | 3 unidades   |
| Técnico-administrativos   | 07 dias       | 3 unidades   |
| Acadêmicos da graduação em fase de monografia e/ou relatório de estágio | 07 dias       | 4 unidades   |
| Usuários especiais  | 04 dias       | 3 unidades   |

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

- b) fitas de vídeo, disquetes e cd-roms;

**QUADRO DOS MATERIAIS A SEREM EMPRESTADOS POR PRAZOS, COTAS E CATEGORIAS DE USUÁRIOS**

| <b>Categorias</b>  | <b>Prazos</b> | <b>Cotas</b> |
|--|---------------|--------------|
| Docentes   | 07 dias       | 2 unidades   |
| Acadêmicos da graduação, de cursos seqüenciais, da pós-graduação e de cursos de extensão | 07 dias       | 2 unidades   |
| Técnico-administrativos  | 07 dias       | 2 unidades   |

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

- c) Mapas;

**QUADRO DOS MATERIAIS A SEREM EMPRESTADOS POR PRAZOS, COTAS E CATEGORIAS DE USUÁRIOS**

| <b>Categorias</b>  | <b>Prazos</b>               | <b>Cotas</b>           |
|--|-----------------------------|------------------------|
| Docentes   | Só para uso em sala de aula | Conforme a necessidade |
| Acadêmicos da graduação, de cursos seqüenciais, da pós-graduação e de cursos de extensão | Só para uso em sala de aula | Conforme a necessidade |

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

Para obras inexistentes no acervo da Biblioteca Acadêmica, o usuário poderá solicitar empréstimo entre bibliotecas, o qual poderá ser atendido pelas bibliotecas integrantes da Câmara de Bibliotecas da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE, através do Sistema Integrado de Bibliotecas do Sistema ACAFE - SINBAC, de acordo com sua disponibilidade.

#### 12.2.13.1 Estatística de empréstimo

A tabela abaixo, demonstra o número de empréstimos de 2003 até agosto de 2007.

QUADROS DOS NÚMEROS DE EMPRÉSTIMOS

| Ano                | Nº de Empréstimos |
|--------------------|-------------------|
| 2003               | 26.006            |
| 2004               | 27.647            |
| 2005               | 54.349            |
| 2006               | 37.350            |
| Até Agosto de 2007 | 22.303            |

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

#### 12.2.14 Política de desenvolvimento de coleções

A implantação de políticas de seleção e aquisição, em qualquer biblioteca, deve ser elaborada como uma das formas de planejamento orçamentário e na busca da manutenção de qualidade do acervo.

Além disto, adquirir, manter ou descartar materiais bibliográficos e ou especiais tendo como base critérios previamente definidos, que, por sua vez são estabelecidos por meio das diretrizes previamente elaboradas para a formação ideal do acervo, é um instrumento indispensável para o planejamento e avaliação da coleção.

Considerando os objetivos da Biblioteca Acadêmica da Unifebe, os diferentes níveis de ensino (Graduação, Pós-Graduação e Cursos de Extensão Universitária); a demanda da comunidade interna (professores, acadêmicos e técnico-administrativos) e comunidade externa; crescente aumento da produção científica e cultural no mundo; a Biblioteca Acadêmica da Unifebe adota a seguinte política de seleção e aquisição de material.

#### 12.2.14.1 Formas de aquisição

A Biblioteca promove a expansão de seu acervo por compra, doação e/ou permuta.

#### 12.2.14.2 Responsáveis pela seleção

Coordenadores de curso e corpo docente da Unifebe; a Biblioteca Acadêmica através do estudo de demanda, outros segmentos da Instituição, através da necessidade de cada projeto específico.

#### 12.2.14.3 Instrumentos auxiliares do processo de seleção

Catálogo de editoras; bibliografias fornecidas pelos professores; resenhas de livros; outras fontes de seleção.

#### 12.2.14.4 Critérios gerais de seleção

- a) *Doações*: área de interesse do conteúdo do material, ano de publicação, atualidade da informação, valor histórico da obra, idioma, estado físico do material, disponibilidade de exemplares no acervo e autoridade.
- b) *Permuta*: área de interesse do conteúdo do material, disponibilidade de exemplares no acervo, idioma e autoridade.

- c) *Compra*: adequação ao currículo acadêmico e às linhas de pesquisa, disponibilidade de exemplares no acervo, idioma, custo, autoridade.
- d) *Obras de referência* – existência de obras similares, facilidade de acesso, idioma, ano de publicação, custo, autoridade e cobertura.
- e) *Periódicos*: necessidade do curso/área de interesse, autoridade, continuidade.
- f) *CDs, fitas, slides, mapas e outros materiais não-convencionais*: serão adquiridos quando comprovada a necessidade destes para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

#### 12.2.14.5 Aspecto quantitativo

No processo de aquisição de material bibliográfico via compra, são adotadas as seguintes proporções:

- *bibliografia básica*: são adquiridos inicialmente 5 (cinco) exemplares dos títulos de livros indicados nas bibliografias básicas das disciplinas, sendo um exemplar para consulta local e o restante para circulação (empréstimo domiciliar);
- *bibliografia complementar*: é adquirido um exemplar dos títulos indicados nas bibliografias complementares das disciplinas, exceto nos casos em que haja demanda, ou por solicitação expressa efetuada pelos solicitantes que justifiquem a necessidade de um número maior de exemplares. Cabe ao professor indicar a necessidade de sua restrição para consulta local.

#### 12.2.15 Acervo geral

O acervo da Biblioteca Acadêmica da Unifebe está arranjado em grandes assuntos, de acordo com a Classificação Decimal de Dewey - CDD e, para notação de autor a tabela Cutter-Sanborn. Para o processo de catalogação, é utilizado o Código Anglo-Americano - AACR2.

O acervo encontra-se disponível para consulta *on-line* podendo ser identificada a situação do exemplar, bem como renovação e reserva de materiais.

QUADRO DO ACERVO GERAL DA BIBLIOTECA ACADÊMICA DA UNIFEBE

| <b>Livros/Periódicos</b>  | <b>Títulos/Exemplares</b>           |
|---|-------------------------------------|
| Livros  | 19.995 títulos<br>36.774 exemplares |
| Periódicos de caráter informativo<br>(local, estadual e nacional) | 16 títulos                          |
| Periódicos especializados   | 98 títulos                          |

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

QUADRO DO ACERVO GERAL DA BIBLIOTECA ACADÊMICA DA UNIFEBE

| <b>Fitas de Vídeo</b> | <b>Disquetes/Cd-Rom</b> | <b>Mapas</b> | <b>Teses/Dissertações</b> | <b>Monografias</b> |
|-----------------------|-------------------------|--------------|---------------------------|--------------------|
| 537 unidades          | 219 unidades            | 219 unidades | 25 unidades               | 1.519 unidades     |

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

## REFERÊNCIAS

ACAFE. **Avaliação Institucional para as IES do Sistema ACAFE**, novembro, 2005.

BARBOSA, Rommel Melgaço (org). **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Projetos e Ambientes Inovadores**. Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei que Regulamenta a Educação a Distância**, Decreto Federal nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. DOU, 20 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei que Normatiza o Credenciamento de Instituições para EAD**, Portaria Ministerial nº 301, de 07 de abril de 1998. DOU, 9 abr. 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei que Normatiza o Credenciamento de Instituições para EAD**, Portaria Ministerial nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004. DOU, 30 dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei que Normatiza a Modalidade semi-presencial**, Portaria Ministerial nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. DOU, 13 abr. 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção p.3, 14 abr. 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sociedade em Rede: a era da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CORRÊA, Juliane. Sociedade da informação, globalização e educação a distância. In **Cenário atual da EAD - Unidade 1**. [Rio de Janeiro]: Editora Senac do Brasil, E-Book (CD-ROM), 2001.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, P.. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação Como Prática da Liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FORGRAD – **Fórum de pró-reitores de graduação das universidades brasileiras: resgatando espaços e construindo idéias: de 1997 a 2003**.

Organização Roberto Quental Coutinho e Jacira Guio Marino. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações Gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições.** Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Avaliação externa de instituições de educação superior – Diretrizes e Instrumentos.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2005.

\_\_\_\_\_. **Roteiro de auto-avaliação institucional:** orientações gerais. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais, 2004.

KLEIS, Margarete Lazzaris (org). Unidade 1 – EAD no Brasil e no Mundo. In **Conceitualização e Contextualização Histórica.** [Florianópolis]: Editora ACAFEVirtual, E-Book (CD-ROM), 2005a.

LINS, Maria Judith S. da Costa. A Aprendizagem. In **A aprendizagem e a tutoria - Unidade 4.** [Rio de Janeiro]: Editora Senac do Brasil, E-Book (CD-ROM), 2001.

LITWIN, Edith. **Educação a Distância:** temas para o debate de uma agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MASETTO, M. (org). **Docência na Universidade.** Campinas, SP: Papyrus, 1998.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** 13. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.

NANDIM, Claudia. Experiências em EAD. In **A elaboração de projetos - Unidade 5.** Rio de Janeiro: Editora Senac do Brasil, E-Book (CD-ROM), 2001.

PALLOFF, Rena M; PRATT, Keith. **O Aluno Virtual um guia para trabalhar com estudante on-line.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

\_\_\_\_\_. Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço: Estratégias eficientes para salas on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RIBEIRO, Antônia Maria Coelho; NEVES, Maria Cristina Baeta. A Tutoria. In **A aprendizagem e a tutoria - Unidade 4.** [Rio de Janeiro]: Editora Senac do Brasil, E-Book (CD-ROM), 2001.

RIBEIRO, Victoria Maria Brant. Planeja para desenvolver competências. In **O planejamento e a avaliação - Unidade 3**. Rio de Janeiro: Editora Senac do Brasil, E-Book (CD-ROM), 2001.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática; trad. Ernani F. da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SARTORI, Ademilde; ROESLER, Jucimara. **Educação Superior a Distância**: Gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e *on-line*. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

VALENTE, J. Armando et al. **Educação a Distância Via Internet**. São Paulo: Editora Avercamp, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, I. P. A. **Educação Básica e Educação Superior**: Projeto Político Pedagógico. Papyrus, 2004.

VIANNEY, João et al. **A Universidade Virtual no Brasil**. Tubarão: Ed. Unisul, 2003. Documento do Forgrad

# **ANEXOS**

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo A – Estatuto do Centro Universitário de Brusque – Unifebe.

Anexo B – Regimento Geral do Centro Universitário de Brusque – Unifebe.



**Centro Universitário de Brusque – Unifebe**

**Projeto Pedagógico Institucional - PPI**

# ***Anexo A***

**Estatuto do Centro Universitário de Brusque - Unifebe**



**Centro Universitário de Brusque – Unifebe**

**Projeto Pedagógico Institucional - PPI**

# **Anexo B**

**Regimento Geral do Centro Universitário de Brusque - Unifebe**